



Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Artes e Turismo
www.uea.edu.br
www.pos.uea.edu.br/cienciashumanas

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH

ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE

**A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA COM O
TURISMO: entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade**

MANAUS/AM
2022



Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Artes e Turismo
www.uea.edu.br
www.pos.uea.edu.br/cienciashumanas

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH

ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE

**A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA COM O TURISMO:
entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jocilene Gomes da Cruz

MANAUS/AM
2022

Catálogo na fonte

Bibliotecária responsável: Sásghala Maciel CRB1 1/673-AM

A553e Andrade, Andreia Benchimol de

A experiência do povo Mura do Careiro da Várzea com o turismo: entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade / Andreia Benchimol de Andrade; orientadora Jocilene Gomes da Cruz. - - Manaus, AM: [s.n.], 2022.

138fls.; il. col.; quad. col: Publicação digital (.pdf)

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH). Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Artes e Turismo, 2022.

Incluem referências, p. 122-127.

Incluem apêndices e anexos, p. 128-138.

Publicação digital disponível em: <https://pos.uea.edu.br/cienciashumanas/>

1. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH 2.Território 3.Turismo 4.Gestão territorial 5.Gestão ambiental I. Cruz, Jocilene Gomes da II. A experiência do povo Mura do Careiro da Várzea com o turismo.

CDU1997 – 574.3(=1-82) (811.3CareirodaVárzea)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br

Biblioteca Setorial de Artes e Turismo

Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol

Centro – CEP 69010-170 – Manaus-AM.

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE

TÍTULO: A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA COM O
TURISMO: entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade.

Esta dissertação foi defendida e aprovada às 15 horas no dia 30 de março, 2022, para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Humanas, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Dr.(a) Jocilene Gomes da Cruz.

Presidente

Universidade do Estado do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Ana Claudeise Silva do Nascimento

Examinador (a) Interno(a).

Universidade do Estado do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Silvia Helena Ribeiro Cruz.

Examinador(a) Externo(a).

Universidade Federal do Pará

DEDICATÓRIA



Ao Povo Mura do Careiro da Várzea por permitirem contar um pouco da sua história, em especial às mulheres indígenas Mura, que demonstram uma garra forte para enfrentar os desafios do cotidiano, sempre com um sorriso no rosto e uma energia positiva difícil de ser encontrada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus sinceros sentimentos de gratidão a Deus, uma força maior, que me concedeu saúde física e psicológica em um momento tão turbulento o qual estamos atravessando que é a pandemia de Covid-19.

Agradeço ao Povo Mura do Careiro da Várzea por aceitar a realização da pesquisa em seus territórios e colaborar para a construção reflexiva da dissertação por meios de sua história de vida, dos seus relatos nas oficinas e entrevistas.

À minha orientadora e amiga Profa. Dra. Jocilene Gomes da Cruz que me deu a oportunidade de fazer parte do grupo de pesquisa NEICAM/UEA, agradeço a parceria e cumplicidade, além da humanidade com a qual lidou comigo, sempre atenciosa, sendo compreensiva com os prazos, as conversas, as orientações, as trocas.

Dedico esse trabalho a minha família, em especial à minha filha Olivia para que possa no futuro se inspirar e valorizar nossa cultura Amazônica, e respeitar a diversidade cultural, social e territorial dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Agradeço aos meus pais, minha mãe France por sempre estar ao meu lado nos bons e maus momentos, ao meu pai Altair por servir o café quentinho na hora das aulas online, ao meu marido Fred por aguentar meus momentos de desespero e ansiedade para a escrita, agradeço por dividir a caminhada e também por me auxiliar com as questões tecnológicas, elaboração de quadros, gráficos.

Ao meu cunhado Thiago Moraes por me ajudar na construção dos formulários, auxiliar no preenchimento das informações para o comitê de ética, além de compartilhar livros e artigos.

Aos meus colegas de turma Gheysa Moura e Manoel Inácio que dividiram as etapas desde o início do curso, passaram momentos de ansiedade, assim como eu, obrigada pela força. O apoio de vocês foi fundamental durante todo o processo. Obrigada pela amizade.

RESUMO

O turismo em terras indígenas (TIs) é uma atividade que começou de forma ilegal e foi regularizado pela FUNAI por meio da Instrução Normativa 03/2015. A regularização da atividade despertou o interesse de muitos povos indígenas em desenvolver o etnoturismo ou ecoturismo como alternativa de gestão territorial e ambiental, além de uma possível geração de renda. O Povo Mura do Careiro da Várzea, por sua vez, em 2015 teve a iniciativa de elaborar um projeto de ecoturismo para o seu território. Diante disso a pesquisa teve como objeto de estudo o “Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti” elaborado pela Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), tendo como objetivo geral analisar a mobilização do Povo Mura, por meio da OLIMCV – Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea, visando a proteção do território, os projetos e as alternativas de renda na gestão do território. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa teve como método de análise a Teoria Ator Rede de Latour (2012) que buscou identificar os agentes humanos e não humanos que compõem a rede sociotécnica do Povo Mura. Para a coleta de dados foram utilizadas duas etapas, a primeira foi a pesquisa bibliográfica e documental por meio do acesso a arquivos disponibilizados pela OLIMCV, tais como o estatuto da associação, protocolo Trincheiras Yandé Peara Mura. E a segunda etapa consistiu na pesquisa de campo, realizada por dois instrumentos diferentes: a oficina sobre IN 03/2015 como uma diretriz da FUNAI para a construção do plano de visitação, realizada pelo NEICAM/UEA em outubro de 2021, e as entrevistas virtuais realizadas pela plataforma *Google Meet* em Janeiro/2022. Como principais resultados têm-se que na atualidade o Povo Mura enfrenta vários conflitos territoriais e sociais com não indígenas dentre eles o desmatamento dentro do território, atividades de turismo e pesca esportiva ilegais, a tentativa de legalização de atividade de mineração pela empresa Potássio do Brasil, assédio por fazendeiros, dentre outros. Esses fatores justificaram o interesse do Povo Mura em criar o projeto Ecoturismo Jabuti tendo como objetivo central mitigar o desmatamento dentro do território, além de propiciar uma alternativa econômica estruturando uma base física que servisse não só para recepcionar os turistas, como também funcionasse de escritório para a OLIMCV.

Palavras-chave: território; turismo; gestão territorial, gestão ambiental.

ABSTRACT

The tourism on indigenous lands (ILs) is an activity that began illegally, and was regulated by FUNAI through Normative Instruction 03/2015. The regularization of the activity aroused the interest of many indigenous people in developing ethnotourism or ecotourism as an alternative of territorial and environmental management, in addition to a possible generation of income. The people from Careiro da Varzea, in turn, in 2015, had the initiative to develop an Ecotourism Project for their territory. Therefore, the research had as object of study the “Jabuti Community Ecotourism Project” created by the Mura do Careiro da Varzea Indigenous Leadership Organization (OLIMCV), with the general objective of analyzing the mobilization of the Mura People, through the OLIMCV-Organization of Indigenous Leaders Mura from Careiro da Varzea, to protect the territory, projects and income alternatives in the management of the territory. The methodology used to carry out the research had as method of analysis the Latour’s Network Actor Theory (2012). Two stages were used for data collection, the first was the bibliographic and documentary research through access to files made available by OLIMCV, such as the association’s statute, protocol Trincheiras Yandé Peara Mura. And the second stage consisted of field research, carried out by two different instruments: the workshop on IN 03/2015 as a FUNAI guideline for the construction of the visitation plan, carried out by NEICAM/UEA in October 2021, and the virtual interviews held by the Google Meet platform in January/2022. The main results are that currently the Mura people face several territorial and social conflicts with non-indigenous people, including deforestation within the territory, illegal tourism and sport fishing, the attempt to legalize mining activity by the company Potássio do Brasil, harassment by farmers, among others. These factors justified the interest of the Mura people in creating the Ecotourism Jabuti project with the central objective of mitigating deforestation within the territory, in addition to providing an economic alternative by structuring a physical base that would not only serve to welcome tourists but also function as an office for the OLIMCV.

Keywords: territory; tourism; territorial management; environmental management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sistematização das normativas que foram estabelecidas pelo governo brasileiro no período de 1680 a 1989, referente à questão indígena brasileira.....	28
Figura 2- Conflitos causados pelas atividades de mineração.....	34
Figura 3- Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia legal.....	36
Figura 4- Reivindicação contra atividades de mineração em Autazes.....	43
Figura 5- Localização da Terra Indígena Mura do Careiro da Várzea.....	44
Figura 6- Porto da Ceasa.....	45
Figura 7- Avenida Gutierrez.....	45
Figura 8- Acesso via terrestre pela BR-319.....	46
Figura 9- Entrada em direção ao Rio Sissayma.....	46
Figura 10- Mapa da Região das Terras Indígenas Mura do Careiro da Várzea.....	48
Figura 11- Primeira reunião do Povo Mura do Careiro da Várzea para a criação da OLIMCV.....	49
Figura 12- Área da TI Trincheiras queimada por invasores para criação de pastos.....	56
Figura 13- Chegando à Comunidade Sissayma.....	63
Figura 14- Chegando à Comunidade Sissayma.....	63
Figura 15- Pousada Recanto do Mutuca.....	64
Figura 16- Grupo de turistas de pesca esportiva dentro do Rio Sissayma.....	64
Figura 17- Localização e nome das Pousadas próximas a TI Mura do Careiro da Várzea.....	66
Figura 18- Perfil da Pousada Amazon Mutuca.....	67
Figura 19 Perfil da Pousada Recanto do Mutuca.....	67
Figura 20- Perfil da Pousada Mutuca Pesca&Aventura.....	68
Figura 21- Perfil da Pousada Rio Mutuca.....	68
Figura 22- Perfil da Pousada Toca do Mutuca.....	69
Figura 23- Tuxaua da aldeia Jabuti.....	73
Figura 24- Metodologia participativa das oficinas.....	76
Figura 25- Apresentação dos grupos.....	76
Figura 26- Projetos que contribuíram para a construção da PNGATI.....	93

Figura 27- Reunião da Feira de Agricultura Familiar realizada da Universidade Federal do Amazonas (AGROUFAM).....	98
Figura 28- Agentes não indígenas que participaram da 1ª Oficina de Construção do Plano de Visitação.....	104
Figura 29- Agentes não indígenas.....	104
Figura 30- Participantes indígenas e não indígenas.....	105
Figura 31- Moradores das 10 aldeias Mura do Careiro da Várzea.....	105
Figura 32- Moradores da TI Mura do Careiro da Várzea.....	105
Figura 33- Primeira versão do Projeto de Turismo Comunitário do Povo Mura do Careiro da Várzea.....	107
Figura 34- Equipe da FEI e do NEICAM.....	108
Figura 35- Abertura do evento com a fala do tuxaua da aldeia Jabuti L. Mura.....	109
Figura 36- Agentes não indígenas da 2ª oficina.....	109
Figura 37- Roda de Conversa.....	111
Figura 38- Encerramento da II Oficina.....	111
Figura 39- Os grupos discutindo quais ofertas turísticas as aldeias poderiam oferecer.....	112
Figura 40 - Os grupos discutindo quais ofertas turísticas as aldeias poderiam oferecer.....	112
Figura 41- Elaboração e discussão dos roteiros.....	112
Figura 42- Equipe do NEICAM e representante da FEI.....	113
Figura 43- Participantes da 4ª Oficina	113
Figura 44- Turno Vespertino da 4ª Oficina da OLIMCV.....	115
Figura 45- Turno Vespertino da 4ª Oficina da OLIMCV.....	115
Figura 46- Encerramento da 4ª Oficina da OLIMCV.....	117
Figura 47- Encerramento da 4ª Oficina da OLIMCV.....	117
Figura 48- Estrutura da rede sociotécnica da TI Mura do Careiro da Várzea.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais diferenças entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs).....	31
Quadro 2- “Marco temporal PTD da BR-319” FGV (2021).....	59
Quadro 3- Quantidade de Pousadas com o nome “Mutuca”.....	65
Quadro 4- Pousadas na Região da TI Mura, sem o nome “Mutuca”.....	66
Quadro 5- Território na perspectiva ocidental.....	88
Quadro 6- Território na perspectiva não ocidental.....	89
Quadro 7- Território na perspectiva dos moradores da TI Mura do Careiro da Várzea.....	89
Quadro 8- Oficinas para construção do plano de visitação da TI Mura do Careiro da Várzea.....	103

LISTA DE SIGLAS

- AMAZONASTUR-** Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
- CIM-** Conselho Indígena Mura
- CIMI-** Conselho Indigenista Missionário
- CONAB-** Companhia Nacional de Abastecimento
- DNIT-** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- FEI-** Fundação Estadual do Índio
- FGV-** Fundação Getúlio Vargas
- FUNAI-** Fundação Nacional do Índio
- IBAMA-** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IPAAM-** Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- MPF-** Ministério Público Federal
- OLIMCV-** Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea
- OMS-** Organização Mundial da Saúde
- PPGICH-** Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
- MTUR-** Ministério do Turismo
- MME-** Ministério de Minas e Energia
- NEICAM-** Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica
- NUSEC-** Núcleo de Socioeconomia
- SEPA-** Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura
- UEA-** Universidade do Estado do Amazonas
- UFAM-** Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA GARANTIA DE DIREITOS TERRITORIAIS E SOCIAIS.....	21
1.1 Análise da categoria “índio” a partir de dois imaginários “o bárbaro” e o “mito do bom selvagem”.....	22
1.2 Terras Indígenas como um direito originário.....	26
1.3 O protagonismo político dos povos indígenas contra a sobreposição de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) proposta pela política ambientalista brasileira.....	29
1.4 A mineração como atividade de interesse do poder público e possível retrocesso aos direitos indígenas.....	33
CAPÍTULO 2- A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO AMAZONAS:REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO POVO MURA.....	38
2.1 A historiografia do Povo Indígena Mura, a “fama de bárbaros” e suas correlações com o presente.....	38
2.2 O Povo Mura do Careiro da Várzea e suas diferentes estratégias de luta no contexto atual.....	44
2.3 Os Mura e os conflitos com Agentes sociais externos.....	53
2.3.1 Conflitos com fazendeiros e criação de búfalos.....	54
2.3.2 Conflitos com o asfaltamento da Rodovia Manaus/Porto Velho (BR-319).....	56
2.3.3 Conflitos com a mineradora Potássio do Brasil.....	61
2.3.4 Conflitos com atividades de Turismo de Pesca Esportiva Ilegais.....	63
2.4 O processo de construção do Protocolo de Consulta Trincheiras: Yandé Peara Mura.....	72
CAPÍTULO 3- O TERRITÓRIO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA E OS PROJETOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL.....	80
3.1 Territórios ou Territorialidades?.....	81
3.2 Ferramentas para consolidação de gestão ambiental e territorial.....	91

3.2.1 Os projetos implementados pela OLIMCV.....	95
3.2.2 O projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES.....	129
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

Antes da Pandemia da Covid-19, povos indígenas de diferentes etnias e localidades, no Brasil e nos países vizinhos, a exemplo da Colômbia e do Peru, realizavam experiências com o turismo, particularmente com o chamado Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC). Estudos realizados por pesquisadores da área do turismo, mas também de outras áreas como da geografia e antropologia, apontavam que o turismo realizado em Terras Indígenas (TIs) era uma atividade em expansão, ganhando força na América Latina. Segundo Maldonado (2009) na América Latina foram ações lideradas e organizadas por movimentos indígenas com intuito de criar estratégias de resistência cultural e política frente às ameaças de invasão, degradação ambiental e atividades turísticas ilegais dentro dos seus territórios.

No âmbito dos territórios indígenas, as atividades turísticas chegaram, inicialmente de forma controversa e realizadas por agentes externos. Silva (2010) coordenou um Grupo de Trabalho criado dentro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para analisar as práticas de turismo dentro das terras indígenas, uma ação ilegal na época. Várias foram às atividades turísticas denunciadas pelos indígenas dentro de seus territórios, as quais eram realizadas por empresários do setor, gerando conflitos.

Essas atividades ilegais mobilizaram representantes de diferentes povos indígenas em torno do ordenamento da atividade. A partir de 11 de junho de 2015, com a Instrução Normativa 03 da FUNAI, dá-se início ao processo de regulamentação da atividade dentro das Terras Indígenas (TIs), pois ela estabelece algumas diretrizes obrigatórias, tais como disposto no artigo 5º, como a obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Visitação para fins turísticos, com intuito de contribuir na estruturação da atividade enquanto uma alternativa de geração de renda para as comunidades, que seja ao mesmo tempo, um instrumento de conservação ambiental e valorização cultural.

Diante o exposto justifica-se o objeto da pesquisa, que centra-se em analisar o projeto de turismo comunitário que está sendo elaborado pelo Povo Mura do Careiro da Várzea por meio de sua associação comunitária a Organização de Lideranç as Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), tendo como fase inicial a construção de um Plano de Visitação conforme, disposto pela IN 03/2015 da FUNAI.

Segundo lideranç as da associação ouvidas na pesquisa de campo, a ideia para a criação do projeto de Ecoturismo Jabuti surgiu em 2015. No entanto a articulação com parceiros

indígenas e não indígenas iniciou em julho de 2019, na tentativa de viabilizar a organização de uma oficina para planejamento do plano de visitação conforme solicita a FUNAI.

É importante ressaltar que 2019 era um outro cenário, não havia as preocupações com os males que uma pandemia mundial pudesse causar na saúde física e mental da população. Logo existem dois cenários que representam o processo de elaboração do plano de visitação para a TI Mura do Careiro da Várzea o período anterior a pandemia da Covid-19 (2019) e o período durante a pandemia (2020 a 2022).

Nesse novo contexto, com a pandemia da Covid-19, onde surgiram novos parâmetros de segurança para manutenção da saúde e bem estar da população, é de fundamental importância refletir quais as perspectivas dos povos indígenas sobre a adoção do turismo como alternativa de renda, conservação e proteção dos seus territórios, além de contextualizar quais as mudanças incorporadas aos projetos elaborados pela OLIMCV antes do período da pandemia.

A partir do interesse do Povo Mura em construir um projeto de turismo, surgiram questionamentos que direcionaram a escrita da dissertação e foram trabalhados em forma de objetivos específicos. De modo a promover uma reflexão da pesquisa destacamos as seguintes questões: Quais projetos e as atividades estavam sendo pensados no período anterior a pandemia da Covid-19 visando a proteção dos territórios? Em quais bases conceituais e culturais se assentam o Projeto de Gestão territorial Mura? Por quais fatores decidiram estruturar uma proposta de Turismo Comunitário? Quais os agentes sociais (indígenas e não indígenas) envolvidos na elaboração e execução da proposta?

Esses delineamentos nortearam os objetivos da pesquisa, que teve como objetivo geral analisar a mobilização do Povo Mura do Careiro da Várzea, por meio da Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), para desenvolver um projeto de turismo nos seus territórios, visando a proteção e conservação do território, os projetos e as alternativas de renda e gestão. Tendo em vista chegar ao objetivo proposto, a pesquisa foi dividida em três objetivos específicos.

1° - Conhecer as dinâmicas da Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV) na gestão territorial e ambiental da terra indígena Mura do Careiro da Várzea;

2° Identificar as motivações dos moradores da TI Mura do Careiro da Várzea e da OLIMCV para desenvolver um projeto de turismo nos seus territórios;

3° Identificar os agentes sociais (indígenas e não indígenas) envolvidos na elaboração e execução da proposta de turismo no território Mura.

Para analisar o tema a pesquisa utilizou como proposta teórico-metodológica a *Actor-Network Theory (ANT)* em inglês, ou em português Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour (1994) anunciada e discutida no livro “Jamais Fomos Modernos” e tem como premissa compreender as dinâmicas sociais a partir de agentes humanos e não humanos como actantes, o que apregoa um diálogo mais plural e simétrico. A análise por meio da TAR não divide em hierarquias o local ou global, a sociedade ou a natureza, todos os agentes tem a mesma relevância para a compreensão da realidade social. Estudar o turismo mediante a ferramenta metodológica TAR nos permite desconstruir “imagem” do TBC como um “modelo de turismo adequado”, nos ajuda refletir criticamente o turismo como um fenômeno social, organizado em redes.

Uma rede compõe elementos heterogêneos como propõe Latour (1994), a exemplo, os conflitos existentes, os modos de organização e gestão, os motivos que influenciam os sujeitos a criar projetos em suas comunidades. Na rede sociotécnica do Povo Mura do Careiro da Várzea foram encontrados objetivos em comum, tais como influenciar a construção de políticas públicas, fortalecer ações da OLIMCV, elaborar ações de gestão territorial e ambiental. Contudo essa rede é formada de elementos heterogêneos, indígenas e não indígenas, humanos e não humanos. Indígenas segundo seu próprio reconhecimento e não indígenas tais como os representantes dos órgãos parceiros (NEICAM/UEA, Instituto Acariquara, FEI, NUSEC/UFAM, CIMI, MPF/AM).

A pesquisa realizada junto ao povo Mura do Careiro da Várzea, partiu de uma abordagem qualitativa. Flick (2009) afirma que a pesquisa qualitativa pode recorrer a diversificadas metodologias de investigação, nessa perspectiva podem ser utilizadas várias técnicas de coleta e análise de dados, com uma triangulação de métodos. Com base no autor referenciado a pesquisa utilizou três metodologias para levantamento dos dados.

A metodologia do trabalho foi baseada na associação direta entre pesquisa bibliográfica, documental e de campo (presencial e virtual). No primeiro momento no que tange à pesquisa bibliográfica foram efetuadas leituras de teses, dissertações, livros vinculados aos povos indígenas do Brasil e Amazonas, além de estudos sobre plano do turismo e gestão territorial a exemplo o Plano de Visitação Yaripo do Povo Yanomami.

Sobre o aspecto documental foram consultados documentos produzidos por três instituições. A primeira instituição foi a OLIMCV que disponibilizou o protocolo Trincheiras Yandé Peara Mura (2019), o estatuto da associação, as atas das oficinas para a construção do plano de visitação realizadas entre 2019 a 2021.

A segunda instituição foi o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM/UEA), que atualmente é um dos parceiros não indígenas que colaboram com a construção do plano de visitação. O grupo de pesquisa possibilitou o acesso aos relatórios dos trabalhos de pesquisa de campo, apresentações em *Power Point* das oficinas sobre a IN 03/2015 da FUNAI realizadas em 2019 e 2021 nas aldeias Jabuti e Sissayma e registros fotográficos.

A terceira instituição foi a Fundação Estadual do Índio (FEI) pela qual tive acesso aos relatórios de assessoria técnica prestada pelo órgão, os dados acessados referem-se às ações sociais realizadas, tais como a ajuda com a regularização de documentos pessoais dos indígenas, doação de cestas básicas, articulação logística junto a Prefeitura do Careiro da Várzea para a realização das oficinas para a construção do plano de visitação.

No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo que ocorreu por meio presencial e virtual. Faz-se necessário ressaltar que a pesquisa utilizou uma pesquisa de campo físico e virtual como lugar de atuação por meio de diretrizes propostas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2021, p.1), que compreende “meio ou ambiente virtual: aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, etc.), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, etc.), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios”.

O local da pesquisa abrangeu a Terra Indígena Mura do município do Careiro da Várzea cujo território possui paisagens de várzea e terra firme, é habitado por um povo, que por séculos, luta em defesa do seu lugar e de sua existência. A TI Mura do Careiro da Várzea reúne doze aldeias: Bom Futuro, Gavião, Jabuti, Jacaré, Jutaí, Mura Tukumã, Mutukinha, Ponciano, Santo Antônio, Sissayma, Boa Vista e Galiléia (mais recente terra demarcada), essas comunidades estão organizadas com representatividade por meio da OLIMCV.

Para a pesquisa de campo foram delimitadas quatro (04) aldeias¹, a saber: Jabuti, Sissayma, Gavião e Galiléia, por serem logisticamente mais próximas e porque são as aldeias envolvidas diretamente com o planejamento do projeto de turismo em construção. Outro fator que direcionou a delimitação da área para pesquisa *in loco* refere-se aos conflitos atuais enfrentados pelos moradores das aldeias citadas, como a invasão dos seus territórios por instalação de pousadas dentro da terra indígena e atividades de turismo de pesca esportiva ilegais, conforme dados organizados por pesquisadoras do NEICAM/UEA em 2021.

¹ Aldeia é a forma que o Povo Mura identifica os territórios que habitam, segundo informações coletadas na pesquisa de campo realizada em outubro de 2021 na aldeia Sissayma.

O primeiro instrumento utilizado para pesquisa de campo foi a 4ª Oficina realizada na aldeia Sissayma em Outubro de 2021, que foi descrita no item 3.2.2 da dissertação, e por meio da análise dos dados compôs o histórico do Projeto de Ecoturismo Jabuti. A oficina foi realizada pela OLIMCV e teve como agente externo mediador o NEICAM/UEA. Como participantes foram catorze indígenas das aldeias Jabuti, Sissayma e Jacaré, dentre eles um indígena que atualmente atua como chefe do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FEI e como não indígenas três pesquisadoras do NEICAM/UEA.

A oficina foi muito importante para levantar dados referentes aos principais conflitos enfrentados pelo povo Mura do Careiro da Várzea hoje, dentre eles o turismo ilegal. Por meio da oficina foi possível ouvir diversas vozes indígenas, que talvez nas entrevistas individuais não fosse possível alcançar devido a dificuldade do acesso a internet nas aldeias. Por isso considera-se que foi um momento fundamental para consolidação da pesquisa.

O segundo instrumento metodológico utilizado para a pesquisa de campo foram as entrevistas virtuais realizadas com as lideranças e moradores da TI Mura do Careiro da Várzea. As entrevistas foram semiestruturadas e utilizaram-se três modalidades a ligação telefônica, gravação de áudio no aplicativo *Whatsapp* e videoconferência, utilizando a plataforma digital *Google Meet*. A adoção de diferentes plataformas justificou-se pela dificuldade dos moradores ao acesso à internet.

Considera-se que o ambiente virtual dificultou o procedimento das entrevistas porque estamos em período de “Inverno Amazônico”², onde as chuvas são intensas, fator esse que interferiu diretamente no sinal de internet e telefone. Outro fator que dificultou o procedimento das entrevistas foi que alguns participantes contatados não tiveram interesse em participar, esse fator justifica o número da amostra de entrevistados. Como participantes estiveram três lideranças indígenas e uma moradora da aldeia Sissayma.

Foi usado diário de campo, para anotação de todas as etapas da participação em eventos científicos e atividades referentes à escrita e elaboração da dissertação. Após todas essas etapas foi realizada análise crítica dos dados, pautados em uma relação simétrica baseada na Teoria Ator Rede - TAR de Latour (2012), que fizeram parte das considerações,

² O chamado "Inverno Amazônico" é a denominação regional do que ocorre com o período de chuva, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, já que é verão nesta época do ano na maior parte do hemisfério sul. Ou seja, é um nome popular utilizado, por quem vive nestas regiões, para justificar um período com mais nebulosidade, chuva onde faz menos calor, nestas localidades. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/climatempo/vocesabeoqueeinvernoamazonico,6b1405d2d09e2d66506a67c4c6e744fdhe3stm5k.html>. Acesso em 13/02/2022.

compondo o trabalho final. Tendo como meta apresentar os resultados para os indígenas Mura.

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro capítulo traz como principais abordagens a organização do movimento indígena na década de 1990 e as conquistas adquiridas pelos povos indígenas na Constituição Federal de 1988. O capítulo buscou identificar quais os desafios enfrentados para a salvaguarda dos direitos na contemporaneidade.

Os estudos foram baseados em autores indígenas e não indígenas, como Luciano (2006), Cunha e Almeida (2009), Krenak (2020). Segundo Luciano (2006, p. 43) “os povos indígenas no Brasil conformam uma enorme diversidade sociocultural e étnica. São 222 povos étnica e socioculturalmente diferenciados que falam 180 línguas distintas”. Nesse sentido, a luta do movimento indígena segundo o referido autor, é um conjunto de ações e estratégias desenvolvidas em defesa de seus direitos e interesses coletivos, abrangendo muito mais do que o território físico. Uma de suas reivindicações é o respeito à cultura, aos seus modos de vida.

No segundo capítulo foi introduzida a análise sobre os povos indígenas no contexto Amazônico, voltando o olhar para a historiografia do Povo Mura, seus aspectos sociais e territoriais. Foi apresentada como é formada a Organização das Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea (OLIMCV) e os conflitos enfrentados no cotidiano pelo povo Mura.

O terceiro capítulo abordou as diferentes perspectivas das categorias território a partir das correntes teóricas material, relacional e cultural. A análise partiu da compreensão de que cada um dos povos indígenas tem um modo próprio de ser e uma visão de mundo específica com base no perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2002), mas que possuem uma vontade em comum, proteger seus territórios.

Diante disso apresentou-se a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) como um instrumento de iniciativa indígena para a gestão ambiental e territorial das TIs. Por fim, o capítulo contextualizou a análise dos dados coletados na pesquisa documental e pesquisa de campo, evidenciando os principais projetos desenvolvidos pelo Povo Mura do Careiro da Várzea por meio da OLIMCV em aliança com parceiros não indígenas, dentre eles o Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, que está em fase de construção do plano de visitação.

Com principais resultados, tem-se que o povo Mura do Careiro da Várzea, enfrenta hoje conflitos externos com não indígenas tais como ameaças de fazendeiros e madeireiros, a tentativa de legalização da atividade de mineração pela empresa Potássio do Brasil dentro do

território, e atividades de turismo ilegal que afeta principalmente as aldeias que se localizam na entrada do Rio Sissayma que são as aldeias Jabuti, Sissayma, Galiléia e Gavião. Utilizando as premissas da (TAR) proposta por Latour (2012), nos estudos sobre o turismo, viu-se que o turismo de pesca esportiva é uma ameaça efetiva, um dos fatores encontrados para a construção da rede sociotécnica com atores não indígenas em busca de fomentar uma iniciativa de turismo comunitário do Povo Mura para proteger e conservar seus territórios.

Outro fator encontrado, que justificou a busca em desenvolver o turismo, é propiciar uma possível alternativa de geração de renda tendo em vista a tentativa de minimizar o assédio da mão de obra indígena por empresários donos das pousadas.

CAPÍTULO I

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA PARA GARANTIA DE DIREITOS TERRITORIAIS E SOCIAIS

Neste capítulo, inicialmente, foi apresentado um apanhado teórico sobre os povos indígenas no Brasil trazendo um paralelo da classificação “índio”, que descreve a visão colonizadora sobre esses povos, até chegar na discussão proposta por Cunha e Almeida (2009) que analisam a mudança de rumo ideológico de como esses povos passaram a ser vistos de “entraves ao progresso” para possíveis “conservacionistas”, o que implica em uma representação direta e ativa desses povos no movimento indígena na década de 1990.

Ao longo do capítulo foram discutidas as principais lutas (nem sempre pacíficas) travadas por esses povos e, como estes se mobilizaram politicamente para a conquista dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, que continuam ameaçados até hoje por questões de interesses públicos e privados, conforme temos o exemplo da aprovação da PL 490/2007³.

Essas discussões são importantes para situar o cenário atual do território do Povo Mura do Careiro da Várzea, os conflitos enfrentados no cotidiano contra agentes externos tais como, fazendeiros, pecuaristas, empresários do setor de turismo, dentre outros. Esses conflitos afetam diretamente os modos de vida dos moradores do território, pois são atividades realizadas sem a consulta prévia e autorização, conforme dispõem os artigos 6º e 7º da Convenção 169 da OIT “os governos deverão consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. (CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p.3).

O capítulo trouxe um diálogo fundamentado na legislação e referenciou teoricamente autores como Cunha e Almeida (2009) por seus estudos se debruçarem sobre a trajetória dos povos indígenas no Brasil a partir de imposição da categoria “índio” pelo Estado Brasileiro como uma forma de “integrar” esses povos à sociedade brasileira e como a organização

³ Por 40 votos a 21, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (23) o parecer de Arthur Maia (DEM-BA) sobre a proposta que visa alterar o processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, o Projeto de Lei 490/2007. Disponível em: nbral.com.br/politica/2021/06/24/entenda-o-pl-490-projeto-de-lei-que-altera-a-demarcacao-de-terras-indigenas. Acesso em 11/07/2021 às 16:27h.

política do movimento indígena da década de 90 foi fundamental para a garantia de direitos existentes hoje na legislação brasileira.

Também são referendados autores indígenas, a exemplo de Luciano (2006), que analisa a categoria “índio” a partir de três perspectivas, “naturalizada”, “bárbaro” e “mais cidadã” incorporando os estudos voltados a história dos índios no Brasil.

Considerou-se importante também trazer a discussão proposta por Krenak (2020) que além de indígena e escritor, é ativista. O autor participou da mobilização política contra a sobreposição de TIs pela proposta pela política ambientalista brasileira. O teórico apresenta o protagonismo dos povos indígenas como agentes políticos que lutaram para o direito de permanecer em seus territórios.

1.1 Análise da categoria “índio”, a partir de dois imaginários “o bárbaro” e o “mito do bom selvagem”

Os povos indígenas no Brasil foram alvo de um intenso projeto colonizador que por muito tempo promoveu a invisibilização de suas culturas e a invasão dos seus territórios. “Os índios não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo forçado de integração e assimilação à sociedade nacional” (LUCIANO, 2006, p.41). É importante dizer que o processo de colonização, a princípio, segundo o autor referendado, tinha como principal objetivo desenvolver o sistema econômico, mas não hesitou em dizimar muitos povos e culturas, por meio de violência física e simbólica.

A existência desses povos na sociedade brasileira por muito tempo foi vista como “empecilho” para o desenvolvimento, de acordo com as análises de Cunha e Almeida (2009). No entanto, conforme apontam os autores, tem ocorrido uma mudança de rumo ideológico no que se refere à descrição e ao estudo de quem são os povos indígenas. Essa mudança se deve ao fato dos povos indígenas se organizarem por meio de alianças nacionais e internacionais em busca de garantir direitos na legislação brasileira.

Há diferentes classificações e estudos existentes que tentam definir quem são os povos indígenas. O Estado Brasileiro adota a categoria “índio”, por exemplo, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para análise de censos demográficos como o último realizado em 2010.

No Censo Demográfico 2010, aprimorou-se a investigação desse **contingente populacional**, introduzindo o pertencimento étnico, a língua falada no domicílio e a localização geográfica, que são considerados critérios de identificação de **população**

indígena nos censos nacionais dos diversos países. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 2012, grifo do autor).

A perspectiva do Estado sobre os povos indígenas adota uma análise técnica, que os descreve como “população indígena” e se baseia na autodeclaração para obtenção de dados quantitativos. Contudo como objetiva-se na pesquisa apresentar uma discussão teórica e científica sobre os povos indígenas para além de uma abordagem do Estado, foram adotadas as perspectivas antropológicas do “índio bárbaro” e do índio romantizado como “o bom selvagem”, estudadas pelos autores Cunha e Almeida (2009) e Luciano (2006).

Luciano (2006) centra sua análise sobre os povos indígenas a partir de três perspectivas, a primeira diz respeito à visão romantizada dos povos indígenas. “É a visão que concebe os povos indígenas como “ligados à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores”.⁴

De acordo com o autor a visão do “indígena romantizado” foi disseminada por escritores e intelectuais ainda no tempo da colonização e transcreve a imagem de que os povos indígenas vivem em plena harmonia com a natureza, como se não existisse conflitos internos entre esses povos. Desse ponto de vista os “índios” são vistos como “ingênuos”, como todos iguais, e que necessitam de instituições para servir de tutor, ou seja, uma relação de dependência. “Aqui o índio é percebido sempre como uma vítima e um coitado que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo, isto é, sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender, se proteger, se desenvolver e sobreviver”.⁵

Cunha e Almeida (2009, p.287), ao dialogar sobre a visão romantizada acerca dos povos indígenas afirmam que:

Durante muito tempo existiu entre antropólogos, conservacionistas, governantes e as próprias populações uma essencialização do relacionamento entre as populações tradicionais e o meio ambiente. Um conjunto de ideias que imaginam os grupos indígenas como sendo “naturalmente” conservacionistas resultou no que tem sido chamado de “mito do bom selvagem ecológico”.

A perspectiva do “indígena naturalizado”, visto como protetor das florestas, como aquele que vive em total harmonia com a natureza, exclui os conflitos existentes no passado entre os indígenas e os colonizadores e exclui os conflitos internos da atualidade entre os próprios indígenas e conflitos com não indígenas como é o contexto do Povo Indígena Mura do Careiro da Várzea e será visto no capítulo dois deste trabalho. Portanto é uma visão que

⁴ *ibid.*, p. 35.

⁵ *ibid.*, p. 35.

influencia de forma negativa a elaboração de políticas públicas e projetos que valorizem as ações desses povos em busca da proteção e conservação dos seus territórios e cultura.

A segunda perspectiva apresentada por Luciano (2006, p.36) se refere à visão do “indígena cruel”, “bárbaro”. Nessa descrição os povos indígenas são narrados como “cruéis, violentos, preguiçosos e com uma cultura inferior”.

Ainda hoje essa visão continua sendo sustentada por grupos econômicos que têm interesse pelas terras indígenas e pelos recursos naturais nelas existentes. Os índios são taxados por esses grupos como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, pelo simples fato de não aceitarem se submeter à exploração injusta do mercado capitalista, uma vez que são de culturas igualitárias e não cumulativistas.

Conforme a análise do autor, essa visão que classifica os povos indígenas como bárbaros e os identifica como atrasados, decorre do fato destes estabelecerem diferentes modos de gestão do território, pois não estão subordinados a lógica capitalista, os povos indígenas possuem uma relação de coletividade e ancestralidade específicas, e diferentes modos de uso do território. Cunha e Almeida (2009) ao analisarem a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil evidenciam que no discurso reproduzido por governantes, militares, empresas privadas, dentre outros, os povos indígenas eram vistos ou são vistos como “entraves ao progresso”.

Diante da análise dos autores e por meio do cenário conflituoso estudado nessa pesquisa, corroboro com a visão dos autores. E afirmo, eram e são vistos como entraves, porque apesar dos direitos garantidos em constituição, no atual contexto do nosso país esses povos continuam lutando para resguardar direitos que já foram conquistados, mas são direitos ameaçados devido, sobretudo, ao interesse dos recursos naturais existentes no território.

Os conflitos continuam ocorrendo diariamente tais como, o desmatamento, a invasão de terras indígenas, os projetos de leis que promovem o retrocesso. Portanto, na prática vemos que a mudança de rumo ideológico não ocorre de maneira estática e passiva, mas integra o movimento desses povos em busca de resguardar seus direitos, de manter sua cultura e território.

A terceira perspectiva apresentada pelo autor se refere a uma “visão mais cidadã”.

Esta visão concebe os índios como sujeitos de direitos e, portanto, de cidadania. E não se trata de cidadania comum, única e genérica, mas daquela que se baseia em direitos específicos, resultando em uma cidadania diferenciada, ou melhor, plural. Aqui os povos indígenas ganharam o direito de continuar perpetuando seus modos próprios de vida, suas culturas, suas civilizações, seus valores, garantindo igualmente o direito de acesso a outras culturas, às tecnologias e aos valores do mundo como um todo. (LUCIANO, 2006, p.36).

A partir da análise apresentada pelo autor, vimos que há uma mudança sobre o pensamento e a descrição de quem são os povos indígenas, logo, é importante destacar como ocorreu essa mudança, quais as ações foram importantes para mudar o cenário dos povos indígenas vistos como bárbaros para uma visão mais cidadã?

Nesse sentido os estudos realizados por Cunha e Almeida (2009) apresentam um paralelo, uma linha histórica por meio de suas atuações como pesquisadores, não só com povos indígenas como também com comunidades tradicionais em várias cidades do país, refletindo sobre a mobilização política e a construção de alianças nacionais e internacionais para a garantia de direitos em constituição que resultam nessa mudança de rumo ideológico de “entraves para o progresso até a visão de modelos de conservacionistas”.

Os autores destacam que embora os povos indígenas a princípio tenham sido classificados como “índio”, a partir de uma visão do Estado na tentativa de integrá-los a sociedade brasileira e diminuir a diversidade cultural desses povos, por meio de discursos preconceituosos, que os descrevia e enxergava como povos inferiores. Estes passaram a absorver essa categoria e a utilizá-la como forma de reconhecimento cultural e bandeira de ocupação e defesa do território.

É o que acontece, mas não necessariamente, quando ganham *status* administrativo ou jurídico. Não deixa de ser notável o fato de que com muita frequência os povos que de início foram forçados a habitar essas categorias tenham sido capazes de se apossar delas, convertendo termos carregados de preconceito e, bandeiras mobilizadoras. Nesse caso, a deportação para um território conceitual estrangeiro acabou resultando na ocupação e defesa desse território. A partir daí, passa-se da definição da categoria mediante a descrição “em extensão” para uma redefinição analítica a partir de suas propriedades. (CUNHA E ALMEIDA, 2009, p. 278).

Os estudos apresentados com base em Cunha e Almeida (2009) e Luciano (2006) nos mostram que houve um avanço no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas no Brasil, o avanço se deve ao fato da intensa organização política e da construção de alianças desses povos com agentes nacionais e internacionais na década de 90. No entanto esses direitos são ameaçados constantemente por lógicas capitalistas de gestão do território adotadas tanto pelo Estado, como também por instituições privadas, que incentivam atividades de exploração do território a exemplo a mineração em terras indígenas. Esse cenário conflituoso instiga as lutas desses povos em busca de manter não só sua sobrevivência dentro da sociedade, mas de ter o direito de manter sua cultura em uma sociedade contemporânea.

1.2 Terras Indígenas como um direito originário

Ao longo da história brasileira o Estado estabeleceu um sistema de ordenamento territorial para administrar e gerir as relações dos povos indígenas com a terra criando o “instituto do indigenato”, que surgiu ainda na época da colonização. “O indigenato é um direito baseado da posse enquanto direito anterior a toda propriedade” (MIRAS, 2015, p.30).

Esse sistema surgiu como forma de contestar políticas elaboradas pela Coroa Portuguesa que tinham como objetivo massacrar, invadir, usar a mão de obra dos indígenas. O indigenato partiu da compreensão, de que os povos indígenas são os originais senhores de suas terras sem a necessidade de legitimação de sua posse (FREIRE; OLIVEIRA, 2006). Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁶ que foi elaborado por Marechal Cândido Rondon, que estabeleceu algumas finalidades como garantia de sobrevivência física dos povos indígenas, intervenção “amistosa” na vida indígena por meio do ensino informal, fixar o índio à terra.

O SPI promoveu ações de intervenção voltadas para a “pacificação e sedentarização” dos povos indígenas, segundo Oliveira (1989) foram ações marcadas por contradições “paradoxos indigenistas”, cujo discurso era respeitar a terra e cultura indígena, mas na prática agia transferindo e liberando território indígena para a colonização. O autor aponta as contradições existentes nesse sistema que apresentava o discurso diferente da prática, porque ao criar lotes de terra para os povos indígenas o objetivo não era valorizar a cultura desses povos, mas gradualmente “civilizá-los” ou “integrá-los” para então instrumentalizar sua mão de obra para a produção agrícola, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país.

Em outras palavras, o SPI era um sistema de “nacionalização dos índios”, um projeto de integração destes à sociedade brasileira. Lima (1987) corrobora por meio de sua análise com a fala de Oliveira (1989) quanto às contradições no sistema, para ele as estratégias do sistema estimulavam algumas mudanças de forma “pacífica”, sobretudo sobre a organização do trabalho indígena, como a difusão de novas tecnologias agrícolas e o ensino da pecuária, além de arregimentação de índios para os trabalhos de conservação das linhas telegráficas.

Alguns antropólogos, como Darcy Ribeiro e Cláudio Villas-Boas foram atuantes no levantamento demográfico durante esse período, e na denúncia contra o genocídio e a

⁶ Os regulamentos e regimentos do SPI estiveram voltados para o controle dos processos econômicos envolvendo os índios, estabelecendo uma tipologia para disciplinar as atividades a serem desenvolvidas nas áreas. Era uma classificação que definia o modo de proceder e as intervenções a serem adotadas, disciplinando a expansão da cidadania. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?limitstart=0#> Acesso em 26/07/2021 as 17:18h.

opressão vivida pelos povos indígenas, essas ações foram passos importantes para influenciar nas mudanças estruturais que marcaram essa fase.

Nesse período o SPI, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Dambrós (2019, p.177) assinala que:

Em 1967 o Serviço de Proteção ao Índio foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e mantida até os dias atuais. E, em 19 de dezembro de 1973 foi aprovada a Lei 6001, também conhecida como Estatuto do Índio, onde mantém a ideia de que o indígena é parcialmente capaz e que necessita da tutela do estado (a FUNAI) e tem como objetivo a integração dos indígenas a sociedade brasileira.

Ainda, conforme o autor, a Lei 6001/1973 desconsiderava as atividades como caça, pesca, dentre outras, apenas reconhecia os espaços destinados à habitação e produção agrícola. Cavalcante (2015, p.22) afirma que “Foi no Estatuto do Índio que o conceito “terra indígena” apareceu pela primeira vez nas leis nacionais”. No entanto, mesmo com a substituição do SPI pela FUNAI, não houve mudanças significativas na questão da autonomia dos povos indígenas em gerir as terras, pois a FUNAI continuava interferindo diretamente nos processos de demarcação de forma arbitrária, de modo que os povos indígenas eram tutelados pelo Estado.

Foi somente na Constituição de 1988 que os direitos sobre as terras indígenas foram declarados como sendo “originários”, por meio da mobilização política e alianças com atores nacionais e internacionais, dentre eles o movimento indígena, antropólogos, ONGs.

Finalmente os direitos indígenas ganharam um capítulo próprio na Constituição de 1988. A definição de terra indígena no artigo 231 explicitamente incluiu não somente os espaços de habitação e as áreas cultivadas, mas também o território demandado para a “preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos povos indígenas, bem como a terra necessária para a sua reprodução física e cultural, em conformidade com seus hábitos, costumes e tradições”. (CUNHA E ALMEIDA, 2009, p. 283).

Ainda conforme as análises dos autores citados, a Constituição estabeleceu uma definição de Terra Indígena (TI) seguindo uma orientação multicultural, baseada nos direitos “originários”, o que quer dizer sua relação com as raízes históricas e culturais de um povo e não uma tutela do Estado, como pode ser observado a seguir.

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente

ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

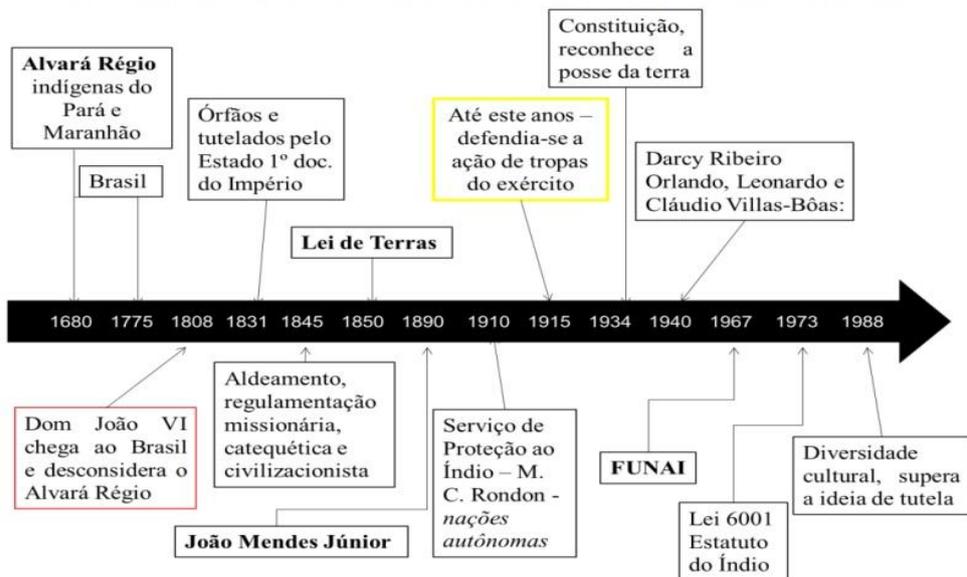
§2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (BRASIL, 1988).

Atualmente a demarcação de TIs é feita pela FUNAI, regida pelo artigo 231 que determina os procedimentos para o diagnóstico de natureza “etno-históricas, sociológico, cartográfica, jurídico, fundiária e ambiental” (DAMBRÓS, 2019, p. 178). São muitos os esforços dos povos indígenas em busca de garantir esses direitos que foram arduamente conquistados. As reivindicações no contexto atual continuam sendo reflexo da luta contra um sistema econômico e cultural homogeneizador. Por meio da figura (1) é possível apresentar de forma sistemática a mudança no contexto brasileiro quanto o direito sobre a posse, demarcação, gestão de TIs no Brasil.

Imagem 1: Sistematização das normativas que foram estabelecidas pelo governo brasileiro no período de 1680 a 1989, referente à questão indígena brasileira.



Org.: Dambrós, C.

Fonte: Dambrós (2019)

A demarcação de TIs é um processo que em geral é longo e burocrático e, ainda, gera muitos conflitos, mas é necessário para a proteção e efetivação dos direitos indígenas, porque mesmo as terras que estão homologadas sofrem ataques e tentativas de invasão por grandes empreendimentos públicos e privados, a exemplo do projeto de pavimentação da BR- 319 no Amazonas, trouxe esse exemplo por ser um dos conflitos atuais enfrentados pelo Povo Mura do Careiro da Várzea, que será abordado no capítulo dois, deste trabalho.

Desse modo vimos que as TIs são categorias externas aos povos indígenas e diferente das nossas ideias naturalizadas, podem não promover as diferentes territorialidades indígenas, mas sim uma imposição do Estado, uma vez que para a demarcação é necessário seguir certos modelos de estudos técnicos. No entanto, o seu reconhecimento se mostra necessário como estratégia de gestão territorial e ambiental que garanta a existência desses povos e a manutenção das suas práticas culturais para as gerações futuras.

Não obstante, apesar de o Estado reconhecer em tese que existem outros modos de territorialidade, é apenas com o ato da demarcação que se garante a efetividade da posse indígena. É apenas ao fixar o território em sua forma de propriedade, como Terra da União, que se interrompe o processo de apropriação das terras indígenas e de desterritorialização desses povos pelos colonizadores. O processo de demarcação é um processo de reterritorialização dos nativos, porque se trata da criação de novas relações, novos hábitos e novos habitats, após um primeiro movimento de desterritorialização, que por sua vez foi fruto da dominação da terra pelos colonizadores (antigos e atuais) que a tomam para si e a transformam em propriedade privada. (MIRAS, 2015, p.32).

Nota-se diante do exposto, que ocorreu um avanço na questão dos direitos a terra e reconhecimento dos povos indígenas, mas o Brasil ainda tem muito para avançar no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, de programas e projetos que incentivem e apoiem os diferentes povos e seus modos de vida, seja dos que vivem em territórios rurais, como também, dos que vivem em território urbano. Neste sentido, são de grande relevância estudos que visibilizem as estratégias de gestão do território e as alternativas de renda elaboradas pelos povos indígenas.

1.3 O protagonismo político dos povos indígenas contra a sobreposição de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) proposta pela política ambientalista brasileira.

O objetivo do tópico anterior foi traçar uma linha histórica das principais lutas dos povos indígenas para a conquista ao direito de gerir e usufruir suas terras. O protagonismo

indígena teve um papel decisivo na reivindicação contra a sobreposição de TIs e Unidades de Conservação (UCs) proposta pela política ambiental brasileira, a qual foi motivo de muita mobilização na década de 1990.

Nesse sentido considere importante trazer as principais diferenças entre a constituição de uma TI e uma UC como resultado de uma política de ordenamento territorial e ambiental estabelecida pelo Estado brasileiro. As UCs são resultantes de uma política ambientalista do país, inspirada em ações internacionais.

Segundo Pádua (1997) o ambientalismo ganhou força no Brasil no século XIX, o movimento não surgiu nos Estados Unidos inspirado pela criação de parques nacionais como Yellowstone⁷, como se pensava a priori, mas nas periferias, no Caribe, Índia, África do Sul, Austrália e América Latina, onde se praticou a exploração colonial intensa e predatória.

A política ambientalista, como conhecemos hoje, é fruto de um movimento intenso de diferentes sujeitos sociais em busca dos seus direitos garantidos em lei. Nota-se que a criação de UCs, assim como a demarcação de TIs, é um sistema de ordenamento do Estado, que é exógeno aos povos indígenas e comunidades tradicionais, porém na contemporaneidade se faz necessário como uma estratégia para conter um sistema homogeneizador do território que apregoa o progresso econômico a todo custo.

Segundo Neto (2009), a construção da política ambientalista no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira fase teve como objetivo racionalizar a utilização dos recursos naturais, a segunda fase direcionou-se a cobrança e pressão social do poder público em relação aos problemas ambientais, resultando na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). A terceira fase se consolidou na criação de uma política pública de proteção do meio ambiente a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).⁸

É importante salientar que o sistema ambientalista brasileiro a princípio fragmentou “espaços” para preservação e conservação ambiental, dissociado da permanência dos povos indígenas e comunidades tradicionais dentro dessas áreas, os quais já desenvolviam atividades de manejo dos recursos naturais antes mesmo da criação dessas categorias. Trago essa reflexão para reafirmar a importância da concepção do território em suas múltiplas compreensões para além da dimensão material.

⁷ Almeida (2018, p. 5) Em 01 de março de 1872, o presidente Ulysses Grant assinou a lei para a criação do PNY, sob o título de "An Act to set apart a certain Tract of Land lying near the Head-waters of the Yellowstone River as a public Park" (Um ato para separar uma determinada área de terra que se encontra nas proximidades das cabeceiras do Rio Yellowstone como um parque público).

⁸ Neto (2009) “A lei n.º 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente- PNMA determina a necessidade de se preservar áreas de especial interesse, da mesma forma como consta no artigo 225 da CF/88 em seu inciso III”.

Bôas (2004, p.120) apresenta uma diferenciação importante sobre Terras indígenas e Unidades de Conservação (UC):

Do ponto de vista interno, a Terra Indígena não é uma Unidade de Conservação por princípio. Trata-se de um território destinado a povos que geralmente têm uma forma de manejo de baixo impacto, o que tem assegurado à conservação da maioria dessas áreas. Mas esse quadro pode mudar face às novas necessidades dessas populações, decorrentes de sua história de contato com a sociedade envolvente, seu crescimento populacional e o confinamento em áreas circunscritas. As variáveis desses fatores impõem diferentes combinações de gestão e manejo.

Conforme a análise do autor há sobre o aspecto jurídico e administração pública, uma distinção clara entre as categorias UCs e as TIs, e dentro da própria categoria TIs existem as variáveis como as terras indígenas tradicionalmente ocupadas, as reservas indígenas. Algumas diferenças que foram identificadas são as discussões que ocorrem em torno da permanência ou não dessas comunidades tradicionais dentro das UCs, quanto às TIs pode-se citar o direito dos povos indígenas em requerer a demarcação de suas terras, enquanto que as UCs necessitam de um ato administrativo específico por meio de um órgão ambiental fiscalizador, seja nacional ou regional tais como o IBAMA e ICMBio, que reconheçam alguma característica de especial interesse para a preservação dessa área tendo em vista a garantia do equilíbrio ecológico.

Com base nos autores citados, tais como, Cunha e Almeida (2009), Neto (2009), Santilli (2004), para fins de maior clareza para o leitor da pesquisa, o quadro (1) apresenta uma síntese das principais diferenças entre as duas categorias, que ajudarão a compreender as diferentes formas de gestão ambiental e territorial dessas áreas.

Quadro 1: Principais diferenças entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs)		
	TIs	UCs
Leis	CF-1988 artigo 231, 232.	9.985/00
Povos habitantes	Povos indígenas	Povos tradicionais, à exemplo, seringueiros, ribeirinhos.
Direitos	Natureza originária	Legalizados pelo Poder Público com intenção de resguardar determinados espaços de valor ambiental e cultural.
Quem pode requerer a demarcação?	Por ser de natureza originária, ou seja, ligada às raízes históricas, não uma tutela do Estado, os próprios povos indígenas podem solicitar a demarcação ao Poder Público. Em geral é um processo longo e burocrático.	Por ser um dos instrumentos definidos na PNMA como a obrigação de criação de espaços protegidos, é definida pelo Poder Público.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Diante das variáveis apresentadas na discussão dos autores vimos que as TIs estão associadas à conservação e preservação ambiental, mas diferente do que é “naturalizado” na sociedade, não foram espaços criados apenas para esse fim, possuem relação com a dinâmica cultural, e possibilitam uma maior autonomia para que os povos indígenas possam realizar com base em seus saberes, a gestão dos seus territórios.

As UCs dependem de um ato administrativo do Poder Público para sua criação, a existência hoje das categorias de UCs de uso sustentável são resultados das “pressões” feitas principalmente pelos povos indígenas em busca de seus direitos e defesa por seus territórios, na década de 1990, que inspirou as comunidades tradicionais como os seringueiros, a lutar pela permanência dentro das UCs.

É importante dizer que apesar da influência dos povos indígenas, por meio da Aliança dos Povos da Floresta, de acordo com Cunha e Almeida (2009), os seringueiros foram os protagonistas na criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.⁹ Na legislação, essas categorias se diferem. Por isso não é possível empreender uma única estratégia de gestão territorial e ambiental que seja adaptada as TIs e as UCs, são necessárias diferentes combinações de alternativas e estratégias de acordo com cada estrutura social e territorial por isso são usadas diversas formas tais como projetos de agricultura familiar, projetos de manejo de pesca, projetos de manejo florestal, dentre outros.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais que habitam esses territórios tem um aspecto em comum, realizam atividades de uso dos recursos naturais com baixo impacto e já desenvolviam essas estratégias como instrumento de equilíbrio entre ambiente e sociedade, antes mesmo da criação dessas categorias.

O objetivo de trazer uma breve apresentação sobre a criação das UCs foi visibilizar as lutas dos povos indígenas as quais não são isoladas, estes se mobilizam estrategicamente por meio de uma rede sociotécnica, conceito elaborado por Latour (2012) para identificar os agentes humanos e não humanos organizados em torno de um objetivo em comum, que se compõem de agentes heterogêneos. A exemplo dos agentes que compõem essa rede, estão agentes indígenas como suas associações e a construção de parceiras com não indígenas tais como, universidades, ONGs, instituições públicas e privadas na tentativa de viabilizar a execução de projetos para conter, sobretudo, a invasão e o uso indevido dos seus territórios.

⁹ O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) § 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 12/04/22.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são diferentes, possuem modos de gestão territorial e ambiental de modos distintos, no entanto possuem uma luta em comum que é a busca pelo direito de gerir seus territórios com autonomia, para manutenção de suas raízes históricas e culturais conforme bem destacam autores como Krenak (2020), Luciano (2006).

1.4 A mineração como atividade de interesse do poder público e possível retrocesso aos direitos indígenas

A mineração tem crescido em ritmo acelerado no Brasil desde a década de 1990 conforme os estudos de Araújo e Fernandes (2016), os autores se dedicaram a realizar pesquisas sobre os impactos socioambientais das atividades de mineração no país por meio do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (CETEM/MCTI).

A pesquisa apontou que a mineração sempre foi uma importante atividade econômica para o governo brasileiro desde o Brasil Colônia até os dias atuais.

A despeito dos impactos envolvidos, a mineração tem sido tratada pelo Estado brasileiro como uma atividade de interesse público, tendo em vista especialmente o retorno econômico que proporciona. Atualmente, a **mineração** e o **agronegócio** são importantes itens da balança comercial. (ARAÚJO E FERNANDES, 2016, p.69, grifo do autor).

Os autores Souza e Varão (2020) corroborando com Araújo e Fernandes (2016) sobre a mineração como uma das atividades principais propostas pelo governo brasileiro para o crescimento econômico do país afirmam:

No caso específico do Brasil, a desigualdade presente nos campos sociais minados é **reforçada pelo modo como é estruturado o licenciamento ambiental**, em que as empresas e o Estado retêm o poder de definir os significados das categorias envolvidas nos licenciamentos e execuções das obras, sem que sejam previstas fases adequadas para a participação dos povos indígenas. (SOUZA E VARÃO, 2020, p. 69, grifo do autor).

Os autores criticam o discurso do governo sobre a falta de regulamentação da atividade de mineração e os instrumentos públicos utilizados para licenciar a atividade tais como o licenciamento ambiental. Ambos usam os conceitos de “legalidade e racionalidade econômica”, para analisar as ameaças causadas pelos projetos governamentais que incentivam atividade de mineração e “aceleram” o processo de estudos de impacto ambiental sem a devida consulta prévia e participação das comunidades afetadas.

Diante dessa dicotomia presente na natureza jurídica das terras indígenas, o Estado, ao lidar com conflitos coletivos, reduz todas as territorialidades a uma relação individual. Nos conflitos envolvendo grandes mineradoras e povos indígenas, por exemplo, o conflito é reduzido a uma lide entre o direito de propriedade da empresa mineradora contra o direito subjetivo possessório da tribo superficiária. Assim ao **legitimar** o modelo de desenvolvimento hegemônico, a **racionalidade jurídica imperante exclui os direitos coletivos dos povos tradicionais**. Essa exclusão se dá em virtude de o pensamento moderno eurocêntrico e colonial desconsiderar a existência de outros povos culturalmente diversos. Trata-se de mais uma tentativa de homogeneizar os vários povos para que estes se enquadrem em um perfil de cidadão universal. (SOUZA E VARÃO, 2020, p. 72, grifo do autor).

O grande desafio proposto para o Estado segundo a análise dos autores é estabelecer um sistema econômico que dissocie as diferentes territorialidades indígenas e garanta de fato a participação nos processos decisórios.

A mineração em terras indígenas é em si mesma uma prática violadora dos direitos humanos e direitos fundamentais dos povos indígenas. Os impactos negativos, ocasionados pela extração dos minérios, deixam uma onda de devastação nos territórios. É importante destacar que o novo marco regulatório de mineração foi pensado fora das instancias decisórias desses povos. O único momento que estabelece a oportunidade de esses povos serem ouvidos, se dá durante o processo de licenciamento ambiental, processo esse construído sob a racionalidade econômica ocidental, fazendo com que os povos indígenas estejam automaticamente excluídos das decisões a serem tomadas no que diz respeito à execução de grandes obras em seus territórios.¹⁰

Ainda conforme os estudos, entre as muitas atividades econômicas a mineração é uma das mais impactantes em diversos aspectos. Com base na análise realizada pelos autores elenquei na figura (2) os principais conflitos ambientais, sociais e territoriais causados pela mineração.

Figura 2. Conflitos causados pelas atividades de mineração



¹⁰ ibid., p. 72.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

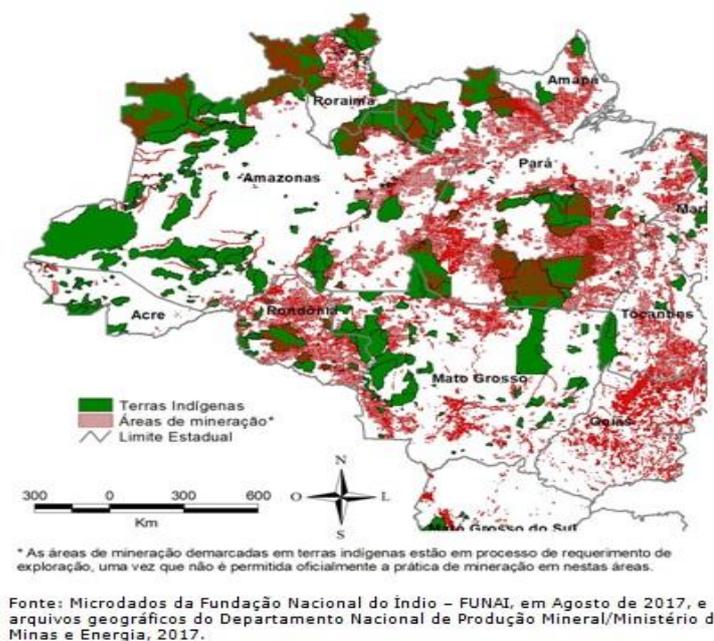
Notou-se também que aliado ao crescimento acelerado das atividades de mineração no país aumentaram também os conflitos entre as empresas privadas e os povos indígenas e comunidades tradicionais impactadas por essas grandes obras. O aumento dos conflitos pode ser explicado por fatores tais como a falta de consulta prévia. “Além disso, outra questão, pouco abordada, é que a mineração é a primeira implantada e depois operada num contexto de inexistência de normas internacionais com especificações claras sobre as práticas para o seu exercício, sempre favorecendo os agentes empresariais minerais”. (ARAÚJO E FERNANDES, 2016, p.66).

Outro fator que justifica o aumento da incidência de conflitos é que os povos indígenas hoje não se constituem de atores passivos diante das ameaças enfrentadas, mas estão cada vez mais em busca de organizar suas ações políticas para a gestão de seus territórios, em busca de autonomia. Conforme salientam Souza e Varão (2020, p.70) “Ao contrário, lutam para abrir novos espaços de confrontação, negociação e combinação relacionados com as tomadas de decisão relativas à apropriação da natureza e à participação social na gestão de seus territórios.”

Ao direcionar a discussão para o contexto da Região Norte do Brasil, região a qual se localiza a TI. Mura do Careiro da Várzea área de estudo da pesquisa, segundo a FUNAI a região Norte tem a maior quantidade de TIs já demarcadas. “É importante destacar que a Região Norte do Brasil, além de concentrar o maior número de Terras Indígenas, também reúne o maior número de incidências registradas de conflitos”. (DAMBRÓS, 2019, p.184). Os conflitos são causados grande parte por empreendimentos e projetos que desrespeitam a legislação ambiental e os direitos indígenas o que causa a mobilização das lideranças.

A Figura (3) foi construída pela FUNAI e o Ministério de Minas e Energia (MME) para apresentar as áreas com maior processo de requerimento para instalação de projetos de mineração na região Norte.

Mapa 3. Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia legal



Fonte: FUNAI e Ministério de Minas e Energia-MME (2017)

O mapa é representado por meio da divisão em cores, a cor vermelha que toma conta da maior parte da imagem, representa a quantidade de áreas que hoje estão em processo de estudos de viabilidade para implementação de atividades de mineração na Região Norte. Segundo a análise dos dados, a área com maior conflito se localiza no Estado do Pará conforme pode ser visto na direita do mapa.

Em meio a esse contexto infere-se que é um interesse do poder público a legalização da mineração em terras indígenas e há falta de fiscalização dos órgãos ambientais para conter os avanços da atividade em territórios extensos como a Região Norte do Brasil. Diante disso os direitos dos povos indígenas estão ameaçados frente a um sistema econômico que desconsidera as diferentes territorialidades indígenas.

O atual governo brasileiro tem como propostas regulamentar projetos de lei que explorem recursos minerais em territórios indígenas como a PL 191/20.

O Projeto de Lei 191/20 regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. A iniciativa do governo federal vai ao encontro de declarações do presidente Jair Bolsonaro, que desde a posse defende o aproveitamento econômico de territórios indígenas. O projeto define condições específicas para a pesquisa e lavra de recursos minerais, como ouro e minério de ferro, de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural; e para o aproveitamento hídrico de rios para geração de energia elétrica nas reservas indígenas. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (2022). Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabilizaexploracao-de-minerios-em-terras-indigenas>/Acesso: 09/02/2022.

As ações do governo representam um possível retrocesso e ameaças aos direitos indígenas conquistados na legislação porque conforme afirmam Souza e Varão (2020) a territorialidade indígena e a mineração são incompatíveis, pois possuem lógicas diferentes. As ações do Estado são baseadas em lógicas capitalistas e propõem um sistema homogeneizador, enquanto que as territorialidades indígenas estão assentadas na luta em torno da proteção e conservação de seus territórios, busca por autonomia na gestão dos seus projetos e bem-viver.

A discussão sobre os impactos da mineração em TIs trazida no primeiro capítulo teve como objetivo introduzir teoricamente um dos conflitos enfrentados hoje pelo povo Mura do Careiro da Várzea e de Autazes, que é a tentativa de legalização da exploração da silvinita (*cloreto de potássio kcl*) realizada pela empresa Potássio do Brasil dentro da TI Mura.

O capítulo dois trouxe a discussão detalhada sobre os principais conflitos encontrados no território Mura, o item 2.3.3 centrou-se sobre o conflito com o agente externo a mineradora Potássio do Brasil e será iniciado a seguir.

CAPÍTULO II

A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NO AMAZONAS: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO POVO MURA

O segundo capítulo buscou responder indagações feitas no primeiro objetivo específico, que teve a proposta de conhecer as dinâmicas da Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV) na gestão territorial e ambiental da terra indígena Mura do Careiro da Várzea.

Para que o objetivo fosse alcançado foi utilizada pesquisa de campo documental e pesquisa de campo virtual. A pesquisa de campo documental utilizou-se do estatuto da associação e do protocolo Trincheiras Yandé Peara Mura (2019).

A pesquisa de campo virtual foi realizada por meio de diferentes procedimentos metodológicos, sendo eles;

- a) Dois eventos sobre o asfaltamento da Rodovia Manaus/Porto Velho (BR-319) realizados em 2020 e 2021;
- b) As entrevistas virtuais, realizadas com três lideranças mura (H. Mura da aldeia Santo Antonio, A. Mura da aldeia Jabuti e W. Mura da aldeia Santo Antônio). É importante deixar claro que as entrevistas seguiram formatos diferentes devido à dificuldade de acesso à internet em algumas aldeias. As entrevistas com H. Mura e W.Mura foram realizadas pelo *Google Meet* e duraram cerca de uma hora (1h), a entrevista com A. Mura foi feita pelo recurso de áudio no *Whatsapp*.
- c) Foi realizada pesquisa exploratória nas redes de comercialização (*Websites e Instagram*) das pousadas que atuam de modo ilegal dentro da TI Mura do Careiro da Várzea.

A análise das informações coletadas, associadas à pesquisa bibliográfica, compôs a escrita do capítulo dois.

2.1 A historiografia do Povo Indígena Mura, a “fama de bárbaros” e suas correlações com o presente

Uma das principais referências sobre os processos de colonização vivenciados pelo povo Mura é Pequeno (2006), cujos estudos são de grande importância para compreender, não apenas o passado do referido povo e o massacre direcionado aos seus territórios e cultura, mas

as consequências que se repercutem no presente. De acordo com a autora, os Mura são um dos povos mais mencionados na historiografia Amazônica, conhecidos na etnografia colonial a partir da visão dos viajantes e dos colonizadores, como os “corsários do caminho fluvial”.

Os índios Mura ficaram conhecidos na bibliografia etnográfica como “corsários do caminho fluvial”. Viviam em suas próprias canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios. Sua imagem é marcada por traços guerreiros, destemidos, conhecedores de táticas *sui generis* de ataque e de emboscada, o que atemorizava e lhes concedia uma enorme fama de “perigosos”, principalmente nos idos dos séculos XVII a XIX, quando impediram, por sua presença e força física, o avanço das missões, do comércio português e das ações de cunho militar na Amazônia, especialmente na região compreendida pelos municípios de Autazes, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Careiro do Castanho, Borba e Manicoré, Estado Amazonas (PEQUENO, p.134).

Para Azevedo (2019) o fator que contribuiu para o estigma de serem indígenas “cruéis”, dispostos a “matar”, “saquear”, era porque o povo Mura se concentrava geograficamente na região do rio Madeira e, a partir do século XVIII, com o interesse da Coroa portuguesa em usar a rota do rio para o comércio, foi organizado um ataque para dizimar esse povo, os Mura passaram então a confrontar os colonizadores, mostrando resistência à invasão dos seus territórios.

Os estudos mostram que, mesmo lutando bravamente, os Mura não conseguiram impedir a invasão dos portugueses em seus territórios porque estes utilizaram de diversas estratégias de violência física e simbólica. Um dos meios utilizados foi implantar falsas denúncias sobre esses povos para que estes fossem condenados judicialmente, essa tática se denominou “Os Autos da Devassa”. O processo “Os Autos da Devassa” segundo Rendeiro (2019) ocorreu entre os anos de 1738 e 1739, foi um debate judicial acerca da guerra justa¹¹ contra o povo Mura, do qual participaram os capuchinos, franciscanos, a Companhia de Jesus e administradores da capitania do Grão Pará que viram na “guerra justa” uma oportunidade de ter mão de obra escrava, o domínio do comércio do cacau, assim como as drogas do sertão.

Na dissertação não aprofundi as discussões sobre esse processo dos “Autos da Devassa”, abordei de forma sintetizada por constituir, segundo o CEDEAM (1986), um

¹¹ Acontecimento pertencente aos anos de 1738 e 1739, as discussões a respeito da legitimidade de uma possível guerra justa contra os respectivos índios foi bastante acalorada entre os missionários (autoridades da Junta das Missões e Companhia de Jesus) e os administradores régios responsáveis pela capitania do Grão-Pará junto aos interesses do colonato. A escravização de mão-de-obra indígena era o principal propulsor da economia na região da Amazônia Colonial, a realização de uma possível guerra justa tinha como por benefícios aos colonos a aquisição de força de trabalho para a produção e extração do cacau e de outras drogas dos sertões, além do escoamento do ouro vindo das novas minas de São Félix. RENDEIRO, Manoel. "Autos da devassa contra os índios Mura". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Autos_da_devassa_contra_os_%C3%ADndios_Mura. Data de acesso: 22 de fevereiro de 2022.

conjunto extenso de catorze documentos, pareceres de ambos os lados, tanto a favor, quanto contra a guerra justa. É importante evidenciar que essas investidas contra o Povo Mura alteraram sua organização social e territorial, porque o povo foi atacado inúmeras vezes.

A despeito dos votos favoráveis à guerra do governador, João de Souza Castelo Branco, do ouvidor-geral da Capitania do Grão-Pará, Salvador de Souza Rabelo, do padre provincial da Companhia de Jesus e de outros membros da Junta das Missões, o rei de Portugal, D. João VI, não considerou o documento juridicamente apreciável, dizendo: “[...] me parece o deizer voz que Não está em termoz de se Reputarem com justaz, e necessárias estaz guerraz[...].” (CEDEAM, 1986, p. 163).

A perseguição contra o povo Mura os levou ao deslocamento para outras áreas no curso do Rio Madeira, suas características que antes eram feitas de “ausências”, segundo Amoroso (1997), um povo que não plantava, não possuía aldeias e não tecia, passou a buscar estratégias de sobrevivência, tais como fazer alianças com outros povos, adquirir o hábito de armazenar alimentos. Essas questões podem ser constatadas na fala de uma liderança Mura, quando destaca que:

Depois do contato com o homem branco, os Mura iniciaram o hábito de armazenar alimentos e isso teve vários impactos na cultura desse meu povo, primeiro porque foi necessário aprender a construir instrumentos e utensílios que ajudassem a conservar os alimentos e depois, porque foi necessário ficar preso às roças para cuidar delas. (H. MURA, 2020, p.3)

Nota-se por meio do exposto que, a sobrevivência do povo Mura só foi possível por meio da criação de estratégias sociais e territoriais, onde passaram de nômades para um povo que constituía aldeamentos. E essa mudança sociocultural criada por eles, faz parte da sua relação histórica de “encontro” com o colonizador, que influencia até os dias atuais na organização estratégica desse povo para proteger seus territórios.

Os Mura nunca fixavam seus aldeamentos muito para o interior das terras e, mesmo no período de maior expansão, sempre procuravam várzeas do Amazonas, do Solimões, do rio Negro, do Japurá, do Madeira e de seus tributários. O primordial era assegurar a capacidade de deslocamento em suas canoas, que os conduziam às áreas onde estabeleciam suas moradias e aos lugares onde a caça e a pesca eram mais abundantes. (PEQUENO, 2006, p.143).

Conforme destaca a autora, outro momento que é marcante no histórico de lutas desse povo é a Revolta da Cabanagem, um período importante na constituição de alianças com outros povos. “Em 1834 e 1835, com a eclosão do movimento denominado Revolta da Cabanagem, houve a participação dos índios Mura ao lado dos negros, brancos e mestiços revoltosos”. (PEQUENO, 2006, p.148). A participação dos Mura nesse movimento causou

novamente grande perseguição a esse povo, o que repercutiu diretamente no seu quase extermínio.

Segundo Azevedo (2019) um dos fatos que marcou a Cabanagem no Amazonas foi a morte de Ambrósio Ayres, conhecido como Bararoá, que era chefe da expedição para repressão dos revolucionários cabanos. As táticas de guerrilha denominadas “trincheiras”¹² e as alianças com outros grupos, a exemplo dos quilombolas, que também buscavam refúgios, foram essenciais para a resistência às investidas dos portugueses. No entanto apesar da resistência, a repressão e perseguição contra os Mura, após a morte de Bararoá, foi violenta e levou a um novo declínio demográfico em 1850.

O processo de colonização do povo Mura, de acordo com Azevedo (2019), pode ser sintetizado a partir de dois modelos, o “modelo teológico”, com as disputas entre as ordens religiosas e os colonos pela mão de obra escrava indígena, e o “modelo do Estado dinástico”, que integra poderes políticos, administrativos e passa a fragmentar seus territórios.

Na contemporaneidade a violência física não é mais a primeira estratégia dominante contra o povo Mura como no passado, mas ainda são realizadas ameaças por parte de fazendeiros e madeireiros que tentam subornar as lideranças, existem investidas por parte dos empresários do setor de turismo de pesca esportiva que objetivam avançar ilegalmente no território, dentre outras formas de conflitos impostas por um sistema econômico desigual.

Os Mura habitam o território da região do Rio Madeira antes mesmo da criação dos Municípios de Autazes e Careiro da Várzea como pôde ser visto nos estudos de Pequeno (2006) e Azevedo (2019). Hoje grande parte do povo Mura habita os territórios divididos entre os dois municípios citados. Em ambos os territórios são recorrentes situações conflituosas com os não indígenas, como é o exemplo do conflito da TI Pantaleão localizada na área urbana do município de Autazes. O território foi invadido e ocupado para ser urbanizado, asfaltado, houve ameaças de fazendeiros, o poder público negou e questionou se os indígenas que ali residiam eram de fato “índios”, por estarem habitando outros tipos de moradias ao invés das malocas.

Olavo Correia (2018) em uma entrevista para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹³, destaca:

¹² Nessa época, a melhor tática de guerra eram as trincheiras de paracuúbas fincadas nos leitos dos rios. As trincheiras tinham o objetivo de impedir a entrada das jangadas e embarcações com os soldados que viam atacar as aldeias Muras. (HERTON MURA, 2020, p. 4).

¹³ Entrevista disponível em: <https://cimi.org.br/2018/12/no-amazonas-terra-indigena-pantaleao-completa-100-anos-da-demarcacao/>.

Eles não nos consideravam mais indígenas, diziam que a terra não era nossa, que nós estávamos mentindo. Só que nós dizíamos que essa aldeia existe. Quando nossos pais nasceram e nossos avós nasceram nós já sabíamos que isso aqui era uma aldeia.

Por meio do relato é possível ver que apesar dos avanços de direitos garantidos na Constituição em vigor, continuam recentes os ataques e as invasões dentro das terras indígenas. Outra situação conflituosa ocorrida com o Povo Mura na região de Autazes é o conflito com a mineradora Potássio do Brasil, que iniciou em 2010 porque a mineradora lançou um projeto para exploração da *silvinita (cloreto de potássio kcl)* dentro da TI MURA, sem a devida consulta prévia aos povos indígenas. O conflito ganhou maior dimensão em 2015 conforme os estudos de Azevedo (2019).

Esses conflitos relatados tendem a aumentar em número na medida em que os Mura passam a se auto identificar como indígenas, isso porque esse processo tem relação direta com a reivindicação de demarcação de novas terras indígenas em áreas que hoje são ocupadas por fazendeiros. (AZEVEDO, 2019, p. 111).

O conflito ocorrido entre o Povo Mura e a mineradora Potássio do Brasil em Autazes foi decisivo para a criação do seu Protocolo de Consulta Trincheiras: Yandé Peara Mura (2019). O protocolo tem como objetivos fortalecer as associações do Povo Mura dos municípios de Autazes e Careiro da Várzea, estabelecer direito a consulta prévia segundo dispõe a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e combater outras ameaças preexistentes como a criação de búfalos que interfere diretamente no ecossistema das terras indígenas Mura.¹⁴

O processo de criação do protocolo Mura será analisado no item 2.4 da dissertação. A figura (4) mostra uma das reivindicações feitas pelo Povo Mura em Autazes contra a licença liberada sem a consulta prévia e a devida participação dos indígenas no processo de audiência pública, para que a empresa Potássio do Brasil começasse as atividades de perfuração dentro das terras indígenas Mura.

¹⁴ Azevedo (2019) em sua pesquisa de campo para escrita da tese, por meio de observação e entrevistas, afirma que a criação de búfalos é uma das ameaças mais citadas, e não é um risco potencial é uma ameaça efetiva, porque danifica os roçados, contamina os lagos, interfere na reprodução dos peixes que é um dos principais alimentos do povo Mura.

Figura 4. Reivindicação contra atividades de mineração em Autazes



Fonte: J. Rossha/CIMI (2020)

Ao analisar o processo de colonização do povo Mura, compreende-se que seus territórios foram fragmentados no passado, e hoje estão cada vez mais ameaçados por atividades exógenas à exemplo, a criação de búfalos, exploração de madeira ilegal, tentativa de legalização da mineração, dentre outros. Essas atividades econômicas são diferentes das lógicas de gestão territorial e ambiental pensadas pelos povos indígenas.

Por isso é importante visibilizar as lutas empreendidas pelo povo Mura no passado, por meio de estratégias sociais e territoriais tais como, o deslocamento pelo curso do Rio Madeira, a criação de táticas de guerra que eram as *Trincheiras de Paracuúbass* citadas por H. Mura (2020). Para que possamos de fato entender como e por que são criadas as estratégias de gestão territorial e ambiental elaborados pelo povo Mura por meio da sua associação a Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV).

O povo Mura continua o seu movimento de luta contra as invasões territoriais causadas por não indígenas. Os conflitos externos instigaram a criação da OLIMCV tendo em vista discutir as questões referentes ao ordenamento do território e buscar parcerias com indígenas e não indígenas para efetivar projetos que promovam a autonomia na gestão do território e o bem-viver conceito embasado em Krenak (2020) que o define como uma convivência harmoniosa entre o cosmos, natureza e a humanidade.

O acesso até a TI Mura do Careiro da Várzea ocorre por vários caminhos e diferentes meios de transporte, seja por via terrestre ou fluvial. Esses caminhos irão depender da época do ano (verão ou inverno amazônico) ¹⁶.

Para a pesquisa de campo realizada em Outubro de 2021 na aldeia Sissayma, o acesso até a referida TI, ocorreu por meio fluvial, saindo de Manaus (AM) do Porto da Ceasa e atravessando o rio Negro durante 15 minutos, em embarcação tipo lancha, em direção a Avenida Gutierrez mais popularmente conhecida como Gutierrez.

Após esse trecho o acesso foi feito por via terrestre através da BR-319 passando pela Comunidade São Francisco de Assis e as pontes sobre o rio Curuçá, e rio Autaz Mirim, localizadas no município do Careiro da Várzea (AM), o percurso foi feito até a chegada da entrada do rio Sissayma.

As figuras (6) e (7) representam o caminho percorrido da travessia de Manaus até Avenida Gutierrez.

Figura 6. Porto da Ceasa



Figura 7. Avenida Gutierrez

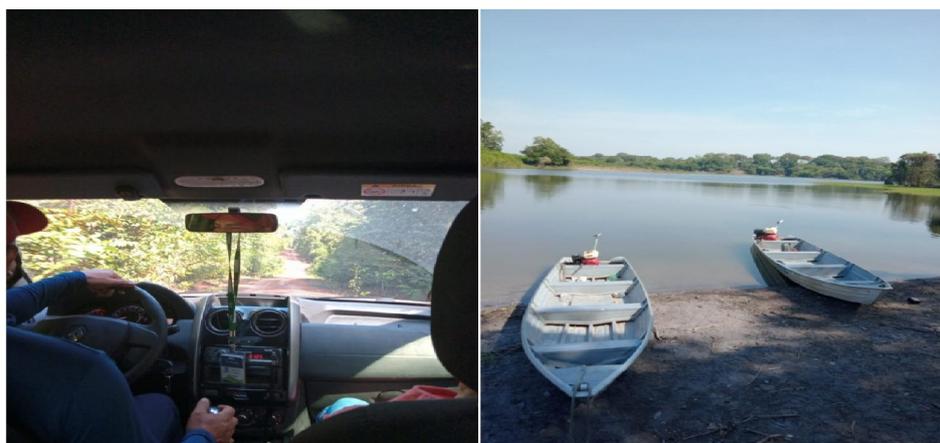


Fonte: NEICAM/UEA (2021)

As figuras (8) e (9) mostram o caminho percorrido por via terrestre em direção a entrada do rio Sissayma. Após a chegada à entrada do rio é necessário um percurso de 15 minutos até a aldeia Sissayma em lancha voadeira.¹⁷

¹⁶ O chamado "Inverno Amazônico" é a denominação regional do que ocorre com o período de chuva, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, já que é verão nesta época do ano na maior parte do hemisfério sul. Ou seja, é um nome popular utilizado por quem vive nestas regiões para justificar um período com mais nebulosidade, chuva onde faz menos calor, nestas localidades. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/climatempo/vocesabeoqueeinvernoamazonico,6b1405d2d09e2d66506a67c4c6e744fdhe3stm5k.html>. Acesso em 13/02/2022.

Figura 8. Acesso via terrestre pela BR-319 Figura 9. Entrada em direção ao Rio Sissayma



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

No que diz respeito ao aspecto jurídico, de acordo com a FUNAI há três tipos de terras indígenas. As terras ocupadas ou habitadas, as áreas reservadas que são as criadas e demarcadas pelo Estado e as terras de domínio dos povos indígenas. A TI Mura do Careiro da Várzea está dividida entre terras demarcadas e homologadas e terras em processo de reconhecimento.

Quanto as recentes demarcações das terras do Povo Mura do Careiro da Várzea têm em registro na FUNAI em 1º de Agosto de 2012, publicado no Diário Oficial da União a delimitação das terras indígenas Murutinga/Tracajá, Ponciano, Sissayma e Vista Alegre¹⁸, ocupadas tradicionalmente pelo povo Mura, no Estado do Amazonas. Trata-se da formalização e do reconhecimento oficial de áreas já identificadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nos anos de 1920.

Segundo a liderança Mura, atual chefe do departamento de desenvolvimento sustentável da Fundação Estadual do Índio (FEI), em entrevista concedida para o NEICAM/UEA durante a oficina sobre a Instrução Normativa 03/2015 da FUNAI, realizada em Outubro de 2021 na aldeia Sissayma:

TIs demarcadas e homologadas nós temos a TI Gavião (onde ficam localizadas as aldeias Jabuti e Gavião). Nós temos a TI Boa Vista (onde fica localizada a aldeia

¹⁷ A voadeira é uma embarcação de pequeno porte, muito utilizada para o deslocamento na região Amazônica por ser mais rápida. A embarcação suporta poucos passageiros. Informações coletadas na pesquisa de campo realizada na aldeia Sissayma em Outubro (2021).

¹⁸ As terras indígenas têm as seguintes superfícies aproximadas: Murutinga/Tracajá - 13.286 ha, Ponciano - 4.329 ha, Sissayma - 8.780 ha e Vista Alegre- 13.206 ha. Segundo os resultados da pesquisa sobre população indígena do Censo 2010 do IBGE, divulgado na sexta-feira (10), a população Mura é de 12.479 indivíduos. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1751-funai-delimita-quatro-terras-indigenas-do-povo-mura-no-amazonas?highlight=WyJwcm9> Acesso em 26/07/2021 às 21:48h.

Boa Vista), nós temos a TI Apipica que é dividida em duas glebas¹⁹, gleba “A” e gleba “B”, na gleba “A” se localiza a aldeia Santo Antônio, e na gleba “B” se localiza a aldeia Jutai. Essas são as TIs demarcadas. Nós temos a TI Ponciano (onde se encontra a aldeia Ponciano), e nós temos a TI Sissayma (onde se encontra as aldeias Sissayma e Galiléia), essas são TIs declaradas. TIs em processo de reconhecimento e processo de estudo pela FUNAI. A TI Bom Futuro. A TI Bom Futuro tem um projeto chamado *Muirada MURA* onde a proposta de demarcação dessa terra é ligar todas as TIs já demarcadas e declaradas, dentro dessa TI vai ficar a aldeia Bom Futuro, aldeia Mutukinha que ainda não tem processo de demarcação e vai ligar as TIs Apipica, Gavião, Boa Vista e Jacaré. E tem outra TI que está isolada, ela vai ter que ficar numa ilha porque se localiza bem distante das outras é a TI Tucumã (onde fica a aldeia Mura Tucumã). (H. MURA, Outubro de 2021).

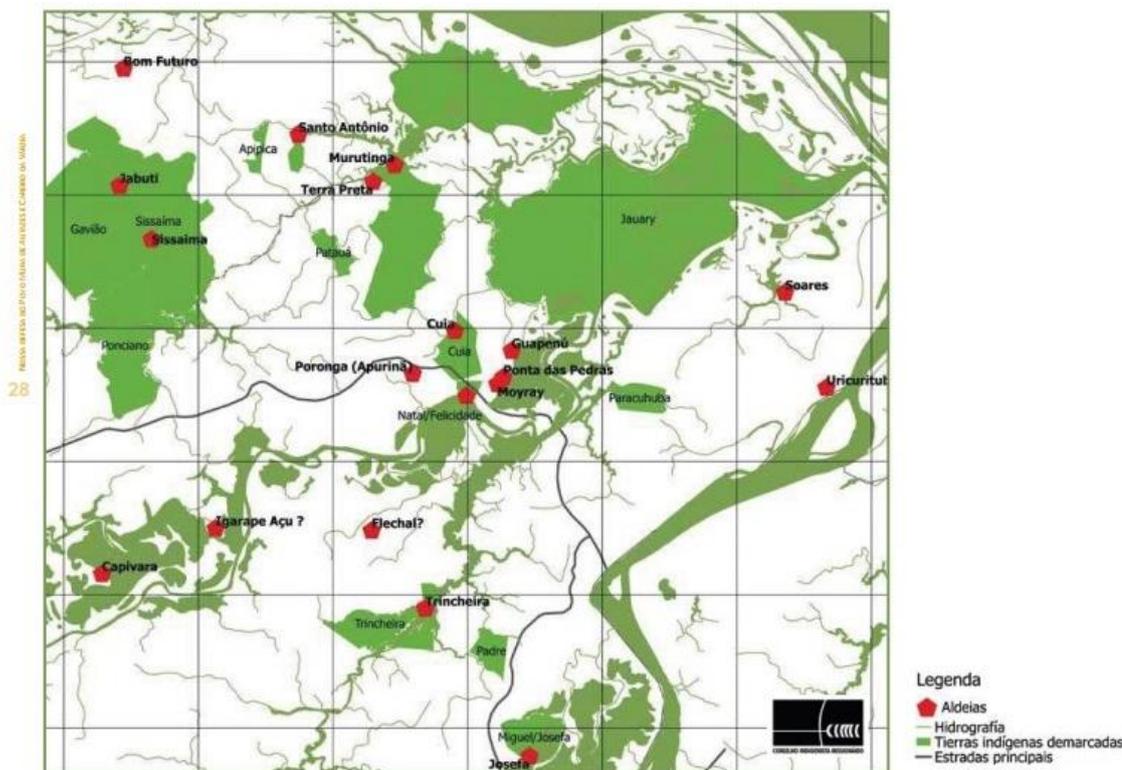
É possível observar por meio da explicação descrita pela liderança Mura, que a TI Mura do Careiro da Várzea é um território único e extenso, que foi fragmentado em vários “lotes” de terras em busca de demarcação. Hoje existem as terras que estão demarcadas ou em processo de demarcação isoladamente. H. Mura (2021) por meio de sua fala enfatizou que a compreensão do território para os Mura é uma só. “a gente já considera que a terra é contínua”, salientou que o Povo Mura está em busca de unir todas as TIs em um único território por meio do Projeto *Muirada Mura*. O projeto visa fortalecer as ações contra a invasão das terras por fazendeiros e pecuaristas.

T. Mura em entrevista para Ionova (2021) da *Mongabay* Notícias Ambientais afirmou que “a única forma de garantir a sobrevivência da cultura Mura é criar uma reserva indígena unificada”. Ambas as falas das lideranças indígenas reafirmam a concepção do território para o povo Mura como sendo único, apesar da fragmentação causada pelas ações de demarcação.

A figura (10) foi retirada do protocolo Mura e apresenta como está dividido o território em 2022, sendo as áreas coloridas em verde as TIs demarcadas, e as áreas coloridas em vermelho as aldeias declaradas (termo retirado do protocolo).

¹⁹ Conforme a Lei nº 6.766, de 1979, define-se gleba como sendo "o terreno que não foi objeto de parcelamento aprovado ou regularização em cartório". Em assim sendo, todo o terreno que tenha sido objeto de parcelamento deixa de ser gleba, passando a ser lote. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/1999/Mv0153-99.htm Acesso em 27/12/2021.

Figura 10. Mapa da Região das Terras Indígenas Mura do Careiro da Várzea.



Fonte: Protocolo de Consulta e Consentimento Trincheiras: Yandé Peara Mura (2019).

O povo Mura é representado por meio de uma associação geral que é a Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea (OLIMCV), mas cada aldeia possui suas lideranças locais os *tuxauas*, conforme está disposto no protocolo.

Nós temos nossa própria organização social: vivemos nas nossas aldeias e não temos um cacique geral que manda em todo mundo. Cada aldeia tem suas lideranças tradicionais, que chamamos de *tuxauas*, não tomam decisões sozinhas. O *tuxaua* organiza nossa comunidade para tomar as decisões, que são coletivas: esse é o jeito tradicional que queremos que seja respeitado. (PROTOCOLO TRINCHEIRAS YANDÉ PEARA MURA, 2019, p. 8).

A associação OLIMCV é fruto do movimento e organização de professores indígenas, agentes de saúde indígenas e lideranças indígenas, levou três anos para ser estruturada e tinha como objetivo a princípio discutir o direito a educação escolar indígena. No entanto segundo as lideranças ouvidas durante a pesquisa de campo e a partir do estatuto da associação disponibilizado para a realização dessa pesquisa, outras discussões e ideias foram surgindo, sobretudo para pensar no protagonismo indígena e a questões referentes ao território e cultura abrangendo a região do Careiro da Várzea.

A Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea nasceu por vontade das lideranças e suas aldeias durante a I Assembleia Geral do Povo Mura de Careiro da Várzea, realizado no período de 15 a 16 de Setembro do ano de 2008, no Centro Comunitário da aldeia Bom Futuro, situado no Paranã do Japiim/ Autaz Mirim Distrito de Cumã. O evento contou com a participação de 70 indígenas do Povo Mura, equipe do Polo Base Murutinga, GEEI/SEDUC, SEMED - Careiro da Várzea. (PLANO DE VISITAÇÃO ECOTURISMO COMUNITÁRIO POVO MURA DE CAREIRO DA VÁRZEA, 2019, p.2).

Apesar da primeira Assembleia ter ocorrido em 2008, a associação só foi legalmente constituída em junho de 2009 por meio da Assembleia Geral de Fundação e de aprovação do seu Estatuto Social.

Bem, a criação da OLIMCV, ela surgiu exatamente no ano de 2008 né, foi feita uma Assembleia nos dias 15 e 16 de Setembro de 2008. A assembleia foi realizada na aldeia Bom Futuro no município de Careiro da Várzea. Estiveram presentes na época, o maior movimento mais forte né, que era da saúde, tava lá o (CONDISI), os representantes do polo base Murutinga que era composto pela equipe multidisciplinar né, pelos enfermeiros e técnicos. Eles que na verdade na época coordenavam o movimento indígena, podemos dizer assim. E as lideranças né, a participação das lideranças, na época a gente tinha só oito aldeias, oito aldeias eram declaradas como comunidade indígena mesmo. E então foi feita uma assembleia com a participação das oitos aldeias. (H. Mura, 2022, informação verbal).

A figura (11) destaca as aldeias que participaram do processo de criação da OLIMCV. Uma data solene para o Povo Mura.

Figura 11. Primeira reunião do Povo Mura do Careiro da Várzea para a criação da OLIMCV



Fonte: H. Mura (2020)

Conforme o relato de lideranças ouvidas na pesquisa, na época da criação da OLIMCV, participaram oito aldeias, porque só existiam oito aldeias declaradas no território. Os motivos que levaram o povo Mura a construir uma única associação que representasse todas as aldeias, foram as demandas do povo por ter acesso às tomadas de decisão,

oportunidade de votar e reunir um projeto coletivo que discutisse todas as temáticas importantes para o território e não só a educação escolar indígena, mas também a saúde, cultura e território.

Era uma organização de professores indígenas, Organização de Professores Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OPIMCV), e aí eu tive a honra de ser eleito como o primeiro coordenador dessa organização de professores, e fiquei praticamente dois mandatos, na época o estatuto dizia que eram quatro anos o mandato. E aí eu fiquei o primeiro mandato até 2012 quando as lideranças se reuniram numa assembleia lá na aldeia Boa Vista, e aí eles reclamaram muito né, porque na época só quem tinha poder de decisão, de voz e voto eram os professores porque a organização era específica para área de educação, de professores indígenas. Só que aí era o único lugar que se discutia tudo né, a questão das terras indígenas, a questão das comunidades indígenas, dos conflitos e problemas. E na hora de votar os tuxauas, os profissionais da saúde, os membros das comunidades não tinham esse poder de acordo com o estatuto. E a partir desse momento surgiu uma necessidade de se criar uma organização que pudesse agregar todo mundo, não só os professores indígenas. E aí houve várias outras ideias de se criar outras associações indígenas, uma só para os profissionais de saúde, outra só para os tuxauas, só que pensamos a gente vai rachar a força desse jeito. Então vamos pegar a OPIMCV e vamos transformar ela em uma organização de lideranças, que aí acaba compondo todo mundo. (H. Mura, 2022).

A partir do consenso de todos os moradores e lideranças que participaram da assembleia, foi feita uma reformulação no estatuto e a associação passou a ser chamada de Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV). Hoje o objetivo geral da associação, conforme o estatuto, centra-se na ideia do protagonismo indígena e da luta por direitos territoriais e sociais.

A ideia era agregar todas as lideranças, todas as discussões, não só a questão da educação, **mas principalmente discutir a questão do território**, que acabou se tornando uma das principais bandeiras de luta da OLIMCV, a questão territorial porque envolve tudo né, a educação, saúde, meio ambiente, a questão social, econômica, sustentabilidade, com isso a OLIMCV passou a discutir todas essas problemáticas. (H. Mura, 2022).

A questão territorial hoje está vinculada a todos os projetos desenvolvidos pela associação, tanto do ponto de vista de proteção e conservação ambiental, quanto de geração de renda, educação, dentre outros.

A estrutura organizacional da OLIMCV está subdividida entre a diretoria geral, composta de lideranças que são escolhidas tanto por eleição ou aclamação (consenso) em assembleia. Conforme o estatuto o mandato da diretoria dura um período de dois anos, e após o término qualquer morador que tenha interesse em fazer parte da diretoria pode candidatar-

se. Sendo necessário avisar trinta dias antes das eleições. A partir de então é anunciada a candidatura para todas as doze aldeias.

Por meio de um grupo de *whatsapp* é iniciada a campanha, ou como nem todas as aldeias tem acesso à internet é feita a campanha popular “boca a boca”. Conforme destacou H. Mura (2022) “Uma vai repassando para a outra e aí eles vão discutindo os nomes, os que serão possíveis eleitos da coordenação e no dia da assembleia há a votação ou aclamação, na assembleia é feita a pergunta para as lideranças se querem ir para votação ou aclamação”. O candidato que alcançar o maior número de votos será o coordenador geral, o candidato que obter menos votos será o vice.

A estrutura da organização é formada através de assembleia eletiva, onde é composto por uma **diretoria** que tem um **coordenador geral, vice, secretaria, tesoureiro e tem o conselho fiscal** também, é composto dessa forma. Isso através claro de eleições ou então comum acordo, consenso. A última escolha da diretoria foi através de eleição, mas geralmente não costuma ter eleição, geralmente há um consenso, mas no estatuto tá né por assembleia por eleição. (H. Mura, 2022).

Além da diretoria, existem as comissões internas (secretarias) que discutem e executam as ações e projetos elaborados pelo povo, tais como educação escolar indígena, saúde, direito da mulher.

Além da diretoria, tem as coordenações internas vinculadas à diretoria da associação, por exemplo, tem o coordenador de educação, que é a pessoa que discute a parte educação junto ao Núcleo de Educação Escolar Indígena que fica na secretaria, dentro do sistema municipal de Educação. E tem o representante da educação na organização que é a pessoa que discute essas pautas voltadas pra educação dentro da organização enquanto movimento indígena. Tem o representante da saúde, tem o representante das mulheres que vai discutir a questão do direito da mulher, tem o coordenador de rodízio que é aquele que vai nas comunidades, busca as informações, faz o levantamento sobre a entrega de cestas básicas, atualiza o cadastro do quantitativo de moradores. E tem acessória técnica que ajuda o coordenador e as secretarias internas quando precisam e solicitam, temos assessoria jurídica que quem faz esse papel de forma voluntária e a advogada do CIMI, tem o Bruno Caporrino também que é antropólogo e assessor técnico. (H. Mura, 2022).

Quanto à estrutura física da associação, ainda não há um prédio construído apenas para uso do escritório, hoje ela divide o espaço com uma escola indígena. A sede está localizada na aldeia Santo Antônio, na Escola Indígena Antonio Lima, onde funcionam as assembleias e onde ficam os equipamentos eletrônicos, tais como computador e impressora.

A gente não temos um prédio da OLIMCV ainda né, porque no começo a gente decidiu que a OLIMCV seria apenas o coletivo né, ninguém pensou nessa parte, hoje a gente já sente a necessidade de ter uma sede, nós já estamos pensando em nos

organizar, inclusive a ideia é que o projeto de turismo, a estrutura física que ele trouxe para a aldeia Jabuti, já vai servir de base para a OLIMCV. Um dos objetivos do projeto de turismo, não é só estruturar para atender turista, mas também pra ter um local fixo como sede da OLIMCV. (H. Mura, 2022).

A partir dos relatos das duas lideranças ouvidas, que compõem a diretoria da OLIMCV, foi possível inferir que associação foi criada para fortalecer e organizar as discussões do movimento indígena dentro da TI Mura do Careiro da Várzea. A princípio não havia pretensão de estruturar de forma administrativa a associação, com um escritório e conta bancária, por exemplo. No entanto, a partir da necessidade do povo Mura, para que pudessem concorrer aos editais de subsídio aos seus projetos, a organização tem se consolidado e estruturado, buscando parceria de outros agentes não indígenas tais como o CIMI, NEICAM/UEA, Instituto Acariquara, para efetivar tais propósitos.

Quanto às atividades de subsistência relatadas pela liderança, verificou-se que as atividades se diferem entre as aldeias da TI Mura do Careiro da Várzea devido às condições ambientais (terra firme ou várzea). No que concerne às atividades de subsistência se destacam as atividades de pesca e a agricultura familiar. Essas são as principais fontes de sobrevivência dentro do território.

Durante a entrevista realizada em janeiro de 2022 pela plataforma *Google Meet*, a liderança destacou que o povo Mura do Careiro da Várzea não recebe auxílio financeiro do governo do Estado. O povo Mura conta com dois parceiros não indígenas que fazem ações sociais. O primeiro órgão é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que em aliança com a Fundação Estadual do Índio (FEI) e com a FUNAI conseguiu criar uma parceria para distribuição de cestas básicas aos moradores do território. O segundo agente não indígena é a Prefeitura do município do Careiro da Várzea que oferece apoio logístico para as ações do Povo Mura.

A FEI tem colaborado é com a parte técnica né, com apoio logístico. A prefeitura é muito parceira nesse ponto, a gente solicita apoio as vezes com transporte aquático como lancha, barco, eles tão sempre a disposição. A questão dos auxílios sociais, como bolsa família, aposentadoria de agricultor rural, auxílio doença, essas coisas a gente tem buscado junto ao INSS. Uma vez por ano ou até duas vezes por ano, a gente consegue realizar uma ação no município do Careiro da Várzea onde a gente pega as pessoas que estão interessadas faz a demanda e leva o pessoal até a vila do município para fazer seus auxílios, são as ajudas que a gente tem do governo. (H. MURA, 2022).

No que diz respeito ao fortalecimento de laços culturais o povo Mura realiza eventos anuais como o Festival Indígena Mura do Careiro da Várzea (FESTIM) para celebrar a sua cultura ancestral e seus modos de vida.

É um evento festivo, esse ano de 2022 nós estamos pretendendo realizar ele com ou sem pandemia, a gente vai ver como vai tá no período, geralmente ocorre no mês de julho. A gente reúne as doze aldeias, todas as aldeias trazem suas danças culturais, suas cunhãs porangas, seus índios guerreiros, seus atletas indígenas, e vão disputar os jogos indígenas, no final tem os atletas campeões. a melhor dança, tem a cunhã poranga eleita do ano, enfim. O pessoal aproveita pra trazer suas barracas, vender seus produtos, artesanato, cada comunidade tem sua barraca e geração de renda durante o evento. (H, MURA, 2022).

É importante destacar que o FESTIM é um evento realizado anualmente, contudo por causa da pandemia da Covid-19, não tem sido realizado há dois anos segundo o relato.

Diante da realidade apresentada justifica-se a busca do povo Mura do Careiro da Várzea em estabelecer parcerias com indígenas ou não indígenas tendo em vista subsidiar os projetos que garantam a sua autonomia e uma possível alternativa de renda. Aplicando-se a teoria ator-rede de Latour (2012) na análise sobre a estrutura organizacional da OLIMCV, viu-se que as formas de gestão da associação estão assentadas no que discorre o autor em sua teoria “um movimento de reassociação e reagregação”, o que quer dizer movimento.

A princípio a OLIMCV buscava discutir os desafios para implementação da educação escolar indígena dentro do território Mura, mas a partir da mudança no contexto social e com os conflitos exógenos sofridos, as estratégias da associação precisaram ser reinventadas em busca de alcançar novos objetivos.

Logo, estudar a estrutura social do povo Mura a partir das premissas de Latour, é “seguir os atores enquanto enveredam pelo meio das coisas que acrescentam às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança” (LATOUR, 2012, p.104).

2.3 Os Mura e os conflitos com Agentes sociais externos

Os indígenas Mura apesar da fragmentação territorial a qual foram submetidos, os dividindo entre municípios diferentes (Autazes e Careiro da Várzea), continuam com uma luta só, em nome do território e cultura Mura. Na atualidade são muitos os conflitos que os moradores têm que enfrentar em busca da sobrevivência, proteção e conservação dos seus territórios.

Os conflitos se diferem dentro do mesmo território devido a grande biodiversidade, porque existem aldeias localizadas em terra firme que são ricas na grande variedade de flora, por isso são propícias ao plantio e cultivo da agricultura. E as aldeias localizadas na várzea que são mais propícias à pesca conforme foi destacado.

A biodiversidade existente dentro do território Mura do Careiro da Várzea, tem despertado a ganância de agentes não indígenas tais como madeireiros, fazendeiros e pescadores ilegais, empresários do setor de turismo, em busca de invadir o território para realizar atividades ilegais.

As da várzea sofrem com invasão de pescadores, o pessoal que entram nos lagos pra pescar de forma predatória, e com isso há vários conflitos. As da terra firme já é uma invasão por fazendeiros e madeireiros né, o pessoal que entram na terra indígena para serrar madeira. Em 2020, quando a gente iniciou esse trabalho de vigilância havia um grande índice de desmatamento, principalmente de exploração de madeira e de castanheira que é uma árvore de grande porte e proibido até por lei federal. **E pior infelizmente essa extração de madeira de castanheira era causada pelos próprios indígenas** que eram assediados pelos fazendeiros que queriam comprar ripão, tábuas, porque a castanheira é uma madeira boa. E aí a gente foi pra cima, inclusive puniu alguns indígenas, na época a gente denunciou e a polícia federal apreendeu motosserra, espingarda, porque tem também essa questão da caça, o pessoal invade muito pra caçar, esses são os maiores conflitos e principalmente aqui na terra indígena Sissayma e Gavião”. (H. MURA, 2020, grifo do autor).

O que chamou a atenção em muitos relatos ouvidos, tanto na oficina realizada pela OLIMCV em parceria com NEICAM/UEA em 2021, quanto nas entrevistas realizadas com as lideranças em janeiro de 2022, é que muitos indígenas estavam sendo assediados e atraídos principalmente pelos madeireiros, o que causou um aumento do desmatamento em grande escala dentro do território, além de conflitos internos entre os indígenas.

A seguir destaco alguns dos principais agentes sociais externos (não indígenas) com os quais os Mura vivem situações de conflitos atualmente.

2.3.1 Conflitos com fazendeiros e criação de búfalos

O povo Mura vem sofrendo a pressão de fazendeiros e pecuaristas, responsáveis pelo desmatamento e invasão das terras indígenas, visando o aumento de pastos e a criação de rebanhos de búfalos. São muitos os relatos encontrados principalmente no município de Autazes- AM. Segundo uma reportagem realizada pela *Mongabay* Notícias Ambientais, em parceria com a *Global Forest Watch (GFW)*, o município abriga 80 mil cabeças de gado e os representantes locais veem na pecuária uma ideia de progresso.

As comunidades indígenas alertam que suas aldeias estão sendo cercadas por fazendas de búfalos, o que causa estragos sociais e ambientais. Elas alegam que, em alguns casos, os pecuaristas estão até mesmo invadindo os territórios indígenas, enquanto o gado destrói as lavouras de subsistência e polui as águas. (IONOVA, 2021, p. 5).

Os impactos causados pela criação de búfalos atingem diretamente o ambiente, causando a poluição das águas que o povo Mura utiliza para beber, tomar banho, provoca a destruição das plantações, aumentam o desmatamento nas terras indígenas para o crescimento das áreas de pasto.

Os búfalos não só destroem as plantações dos indígenas, mas também provocam alterações nas condições ambientais. A contaminação das águas de lagos e cabeceiras provocada por eles, por exemplo, afeta o consumo de água potável assim como interfere na reprodução dos peixes, sobretudo na área dos igapós. (AZEVEDO, 2019, p. 107).

O autor em sua pesquisa e observação de campo realizada em 2019, afirma que dentre as ameaças efetivas denunciadas pelas lideranças indígenas Mura, a criação de búfalos é uma das mais citadas.

Segundo Alricélio Martins dos Santos, liderança indígena da aldeia Igarapé Açú (TI Capivara), os búfalos entram na terra indígena, destroem a roça ou comem o que está plantado. Segundo a liderança, o prejuízo causado não é reparado pelos fazendeiros. Relatos semelhantes foram feitos por Elvídio Cordeiro dos Santos (Tuxaua da aldeia Jacaré, Careiro da Várzea), Emílio Ponciano da Silva (tuxaua da aldeia Murutinga), Ozeias dos Santos Cordeiro (tuxaua da aldeia Sissáima), Edson Santana Pinheiro (tuxaua de Canaraí), Derlande Santana Lira (tuxaua da aldeia Ponta das Pedras – TI Guapenu), Estélio Matias Pereira (aldeia Moray – TI Guapenu), Raimundo Nonato (tuxaua da aldeia Ferro Quente e presidente do CIM), Estênio (vice-tuxaua da Aldeia Guapenu) e Gilmara Leles (tuxaua da aldeia Sampaio).²⁰

Além dos impactos ambientais mencionados, há os impactos sociais que atingem diretamente os indígenas, como as ameaças dos fazendeiros, invasão e disputa pelas terras. “Líderes e ativistas indígenas relatam que os fazendeiros insultam os moradores e trazem balsas cheias de búfalos, derramando fezes e palha no rio, cujas águas os indígenas usam para cozinhar, lavar e beber”. (IONOVA, 2021, p.9).

²⁰ *ibid.*, p. 107.

Figura 12. Área da TI Trincheiras queimada por invasores para criação de pastos



IONOVA/ MONGABAY (2021)

A pesquisa sobre os conflitos dos Mura, referente à pressão de fazendeiros no entorno dos seus territórios, foi baseada em estudos de campo comparativos entre as pesquisas de Azevedo (2019), reportagens de instituições de monitoramento tais como Instituto Humanitas Unisinos (2020) e *Mongabay* Notícias Ambientais (2021).

Por meios dos estudos de Azevedo (2019) e Ionova/ *Mongabay* (2021) em anos sequenciais vê-se que os conflitos envolvendo as atividades de pecuária não diminuíram nem mesmo com a pandemia da Covid-19, pois os representantes governamentais, aliados a empresários do setor no município de Autazes, têm investido forte na criação desses animais com objetivo de expandir a produção de leite e queijo no local.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Autazes em entrevista para reportagem da *Mongabay* Notícias Ambientais (2021) afirmou que “a criação de búfalo representa o futuro”, sendo a “expansão da atividade inevitável”.

Por meio da análise dos dados é possível ver que o povo indígena Mura que habita a região do município de Autazes é colocado na contramão das políticas econômicas desenvolvidas pelo Estado. Não são discutidos os impactos ambientais e sociais causados pelas atividades que invadem o território indígena.

2.3.2 Conflitos com o asfaltamento da Rodovia Manaus/Porto Velho (BR-319)

Durante os anos de 2020 e 2021 tive a oportunidade de participar virtualmente de dois eventos referentes à discussão do projeto de pavimentação da Rodovia Manaus/Porto Velho mais popularmente conhecida como BR-319. O primeiro evento foi promovido pelo *World*

Wide Fund for Nature (WWF/ Brasil) junto com o Ministério Público Federal (MPF/AM) e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). O evento cinedebate teve como tema “Infraestrutura na Amazônia e invisibilidade dos povos indígenas”, e teve como objetivo discutir os muitos impactos sociais e ambientais existentes na construção de grandes obras na Amazônia, dentre elas a BR- 319. Durante o referido evento foi dada a oportunidade de lideranças indígenas apresentarem seus pontos de vista sobre a obra.

No debate estiveram presentes pesquisadores do IDESAM e WWF como mediadores, e o representante do MPF para dialogar com as lideranças. O evento foi importante para a pesquisa porque havia lideranças indígenas representando a TI Mura do Careiro da Várzea, território sobre o qual se debruçou a minha pesquisa. O objetivo da minha observação participante no evento foi entender o porquê o Povo Mura do Careiro da Várzea participou por meio da OLIMCV e quais encaminhamentos surgiram referente ao projeto da BR- 319.

O motivo que levou o povo Mura a participar justifica-se segundo dados coletados no evento, porque o referido povo habita o trecho do início da rodovia. Segundo a Portaria Interministerial nº. 60/2015 estabelece um raio mínimo de 40 km para a consulta de TIs, quanto ao possível licenciamento de obras e empreendimento de infraestrutura.

O Anexo I desta Portaria define parâmetros de distância de diferentes tipos de empreendimentos para que se considere o potencial impacto em TIs ou territórios quilombolas. No caso de rodovias na região da Amazônia Legal, é considerada como intervenção qualquer potencial impacto de empreendimento no raio de 40 Km. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021, p.65).

Pelo exposto, constata-se a importância da consulta livre, prévia e esclarecida para licenciamento da obra, conforme disposto pela Convenção 169 da OIT. A fala das lideranças indígenas presentes no evento, reiteram a obrigatoriedade da consulta prévia como um direito garantido. E. Mura (2020) “Nós não somos contrários a um empreendimento que já existe, queremos participar da discussão desse novo modelo de política”.²¹

Ambas as falas reafirmaram que os povos indígenas não estavam se posicionando contra o empreendimento, mas buscavam o direito a consulta prévia, de acordo com direito garantido. H. Mura (2020) afirmou “os povos indígenas são acusados de ser contrários ao

²¹Informação fornecida no dia 28 de Agosto de 2020, no evento Cinedebate “*Infraestrutura na Amazônia e invisibilidade dos povos indígenas*” promovido pelo WWF-Brasil junto ao MPF-AM e o IDESAM. O evento aconteceu ao vivo no canal: <https://www.youtube.com/watch?v=6YwW32zhRWI&t=4s>.

progresso do país, contra os avanços, o que queremos é consulta”.²² Como considerações finais feitas pelas lideranças no evento tem-se que os povos indígenas objetivam por meio da consulta prévia minimizar os riscos sociais e os ambientais, como a grilagem das terras indígenas e o desmatamento em grande escala.

O segundo evento que participei sobre os impactos do asfaltamento da BR-319 e projetos de infraestrutura e bioeconomia foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas em maio de 2021, por meio da plataforma *Zoom*. O evento foi fechado para público externo, contudo pude participar como convidada (ouvinte), porque no período eu estava realizando estágio em docência na Disciplina Desenvolvimento Local e Turismo.

Como participantes estiveram presentes na mesa lideranças indígenas, representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a turma da disciplina Desenvolvimento Local e Turismo (como ouvintes).

O evento teve como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa diagnóstico que teve como publicação o relatório técnico “Rodovias e impactos socioambientais: o caso da BR-319”. No documento foi feito um estudo do marco temporal do Processo de Tomada de Decisão da BR-319 (PTD). Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021), o PTD é longo e complexo, e já se estende por um período de 20 anos. Foram analisados 738 documentos divididos em quatro temáticas, a saber: competência para o licenciamento ambiental; EIA/RIMA; programas do Governo Federal e editais publicados pelo DNIT.

A seguir apresentarei um quadro com a síntese do marco temporal e as discussões do PTD que iniciaram em 2000 e seguem até os dias de hoje. Uma das discussões que envolvem diretamente os povos indígenas é a falta de diálogo entre os agentes sociais envolvidos no processo de tomada de decisão. “O PTD da BR-319 é marcado pela ausência de mecanismos efetivos de participação, seja por meio de audiências públicas ou por meio da consulta livre, prévia e informada” (FGV, 2021, p.107).

²² Informação fornecida no dia 28 de Agosto de 2020, no evento Cinedebate “*Infraestrutura na Amazônia e invisibilidade dos povos indígenas*” promovido pelo WWF-Brasil junto ao MPF-AM e o IDESAM. O evento aconteceu ao vivo no canal: <https://www.youtube.com/watch?v=6YwW32zhRWI&t=4s>.

Quadro 2: “Marco temporal PTD da BR-319” FGV (2021)	
ANOS	EVENTOS
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciou o debate sobre a viabilidade do projeto de pavimentação da BR-319.
2001>2002 >2003	<ul style="list-style-type: none"> • Foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) o ARPA uma política pública para a criação de UCs dentro do trecho de influência da BR-319; • O IPAAM por meio da emissão de licença autorizou a realização de obras de recuperação e pavimentação nos trechos dos Km (0, 102, 166, 370,859,4).
2004>2005>2006	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Portaria nº273/2004 que instituiu o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias federais, destinada a regularizar rodovias que já haviam sido construídas; • O MPF/AM proferiu uma decisão judicial que suspendeu as obras de recuperação da BR-319 até que fossem realizados estudos de impactos ambientais; • O IBAMA verificou irregularidades nas obras e aplicou multas. A exemplo construção de bueiros de concreto, depósitos de materiais.
2007>2008>2009	<ul style="list-style-type: none"> • O trecho do meio da BR-319 foi incluído como prioridade para o projeto de infraestrutura do Governo Federal PAC, uma política voltada para a promoção do crescimento econômico; • Foi criado o GT BR-319 para planejar medidas preventivas contra os impactos socioambientais da obra, fizeram parte IBAMA, ICMBio, MMA, UFAM; • Foi criado o Comitê Gestor Interministerial da BR-319 onde finalmente incluíram a FUNAI
2010>2011>2012	<ul style="list-style-type: none"> • O trecho do meio da BR-319 foi incluído novamente dentre os projetos de infraestrutura prioritários do Governo Federal, no PAC II; • Foram publicadas duas Portarias Interministerial nº 419/2011 e a Portaria Interministerial nº 423/2011 com objetivo de regulamentar a atuação da FUNAI, competir ao IBAMA o cargo de licenciamento ambiental. • Mudança no Código Florestal para o controle do desmatamento;
2013>2014>2015	<ul style="list-style-type: none"> • No o início de 2013 a FUNAI apontou estudos no Estudo do Componente Indígena (ECI) e sugeriu medidas para salvaguardar direitos dos povos indígenas afetados pelo empreendimento; • o DNIT publicou um pregão para realizar seleção de empresa de consultoria especializada para elaboração de estudos ambientais complementares conforme solicitado pela FUNAI, IBAMA e ICMBio; • O DNIT enviou um ofício para questionar sobre o número de TIs que devem ser consideradas para o ECI; • O DNIT obteve licença junto ao IPAAM para realizar atividades de manutenção na rodovia no trecho entre o Rio Tupanã e Rio Igapó Açu, com extensão aproximada de 82,2 km; • Em 2015 houve um avanço para o processo de licenciamento ambiental por meio da criação da portaria nº 60/2015 que estabelece procedimentos administrativos e conceitos para disciplinar os órgãos envolvidos no processo tais como o IBAMA, FUNAI.
2016>2017>2018	<ul style="list-style-type: none"> • Novamente o projeto da BR-319 foi incluído como obra de infraestrutura prioritária para o governo por meio da criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)lei nº13.334/16; • Criação do Fórum de Discussão Permanente da BR-319 com o objetivo de apresentar de forma clara e transparente o processo de licenciamento dessa rodovia para todos os atores interessados; • Realização de audiência pública no Senado Federal, houve a participação de parlamentares dos Estados do Amazonas e Rondônia e os, então, ministros da Justiça, Meio Ambiente e Transportes. Segundo o relatório da FGV (2021) o que chama a atenção na fala de um dos ministros trata-se da associação à consulta aos povos indígenas, como um dos principais entraves para o andamento da obra;
2019>2020	<ul style="list-style-type: none"> • Em abril de 2019 o MPF-AM encaminhou a uma série de órgãos como ICMBio, IBAMA, DNIT, FUNAI e SEMA a memória de uma reunião realizada com

DNIT e Consórcio Etnias 319 em março, requisitando a suspensão do cronograma do ECI do licenciamento do trecho do meio da BR-319. Solicitou que, em 30 dias, os órgãos e o Consórcio respondessem;

- Em julho de 2020, o DNIT apresentou a 4ª versão do EIA/RIMA, que foi completada com seu respectivo ECI em setembro do mesmo ano. Essa versão está, no momento, sob análise do IBAMA e da FUNAI.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados coletados no relatório técnico da FGV (2021).

No quadro (2) sintetizei informações extensas retiradas do relatório, deixando as mais relevantes sobre a pesquisa, que envolve a consulta prévia aos povos indígenas e a necessidade de um ECI para obras de grande impacto como a BR-319.

Nota-se, conforme os grifos em destaque no quadro, que apenas em 2015 as questões referentes às TIs, o licenciamento e a obrigação da consulta prévia para os povos afetados, se tornam veemente entre os órgãos IBAMA, DNIT, FUNAI. Essa mudança ocorreu em função da portaria 60/2015 ter definido parâmetros territoriais para a intervenção dentro dessas áreas.

Por meio da análise do relatório foi possível verificar que o PTD da BR-319 é composto de posicionamentos controversos, por conter vários atores envolvidos e depender das diferentes tomadas de decisão dos órgãos a nível regional e nacional. Há uma falta de diálogo entres os órgãos e não se entra em consenso quanto à quantidade de TIs que devem ser consultadas, por exemplo.

Assim, diante de todo o exposto, conclui-se que existe uma ausência de diálogo institucional entre os diferentes órgãos envolvidos no PTD, presente ao longo de todas as discussões e apontamentos realizados ao longo desta subseção. Em paralelo, falta levantamento, organização e disponibilização de informações estruturadas sobre o PTD, o que dificulta a sua compreensão e análise, até mesmo para o corpo técnico dos órgãos públicos envolvidos. (FGV, 2021, p.98)

Também foi possível compreender que órgãos como a FUNAI e o DNIT em diversos momentos transferiram a responsabilidade para o IBAMA sobre a necessidade de elaborar a consulta prévia, o que mostra que os órgãos não dialogam entre sim.

O único órgão segundo o relatório, que durante todo o processo tem afirmado, reafirmado e exigido o direito a consulta prévia é o MPF/AM, cuja presença foi marcante em todos os debates sobre a obra realizados até o momento. O PTD da BR-319 continua em fase discussão onde são encontrados muitos entraves, sobretudo no que diz respeito à legalização ambiental e a consulta prévia obrigatória aos povos indígenas e comunidades tradicionais que serão afetados pela obra.

2.3.3 Conflitos a mineradora Potássio do Brasil

Segundo Bragato et al. (2018) o conflito entre a empresa *Brazil Potash Corp* ou Potássio do Brasil Ltda e o Povo Mura iniciou em 2010 após a empresa anunciar o “Projeto Potássio Amazonas Autazes”, que previa a instalação de um porto, uma adutora e linha de transmissão para exploração de silvinita (*cloreto de potássio kcl*) próximo a duas TIs Mura a *Jauary* e a *Paracuhuba*.

No entanto, o conflito começou a ter maior visibilidade na mídia e em pesquisas das ONGs e universidades a partir de 2015. As principais causas que levaram o Povo Mura a se mobilizar contra o avanço do empreendimento dentro dos seus territórios, se deve ao fato da empresa ter recebido licença prévia irregular do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), para iniciar os estudos de perfuração. A licença foi considerada irregular pelo MPF²³ pois não houve a consulta prévia e esclarecida aos povos habitantes da região, conforme disposto na Convenção 169 da OIT.

Um dos eventos que marcaram o conflito entre os Mura e a mineradora foi a perfuração de uma área de cemitério indígena, segundo Azevedo (2019, p.106)

Os primeiros eventos que se pode classificar como situações que provocaram conflitos entre a mineradora e os Mura, ocorreram na terra indígena Jauary em 2013, quando a mineradora fez perfurações em um cemitério indígena localizado na “Ilha do Amor”. Os Mura ameaçaram colocar fogo nas balsas que a mineradora utilizava para transportar os equipamentos caso a empresa continuasse com as perfurações no local. A empresa parou com as operações nesse local e mais, não se observou outros eventos semelhantes. Todavia as operações de pesquisa minerária continuaram mesmo após a Funai ter publicado o Relatório Circunstanciado da terra indígena Jauary.

Além desse evento o autor relata a tentativa da empresa de coação e cooptação de lideranças, por meio da oferta de altos valores de dinheiro, promessas de construção de poços artesianos. Ainda segundo o autor, outros desastres que ocorreram no país chegaram aos ouvidos do Povo Mura, a exemplo o rompimento da barragem do Fundão ocorrido em 2015 no município de Mariana, Minas Gerais- MG.

Um dos fatores que colaborou para que parte dos indígenas passasse a se opor à mineração foi a divulgação nas aldeias de um vídeo da mineradora Vale, que mostrava como a mineração de potássio era realizada na mina de Taquari/Vassouras, em Sergipe. Pela primeira vez os indígenas tomaram conhecimento de informações

²³ Em dezembro de 2016, o Ministério Público Federal propôs perante a Justiça Federal do Amazonas a Ação Civil Pública no. 0019192-92.2016.4.01.3200 contra a empresa BRASIL POTÁSSIO LTDA., o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, Departamento Nacional de Produção Mineral– DNPM, e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. (BRAGATO et al, 2018, p.5).

sobre a mineração que até aquele momento não eram divulgadas pela empresa. Para os indígenas a construção de câmaras subterrâneas sob o solo onde vivem lhes causou bastante apreensão dos riscos que isso traria para as suas vidas e territórios.²⁴

A partir do exposto, o Povo Mura passou a se organizar estrategicamente para criar um documento e apresentar ao MPF, por meio de suas associações, a saber, “a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM) e o Conselho Indígena Mura (CIM), e das aldeias Moray, Cuia, Jacaré, Igarapé Açú, Bom Futuro, Guapenu, Sissayma, São Felix, Murutinga, Jutai e Santo Antônio”²⁵.

Como participantes da elaboração desse documento, estiveram 43 (quarenta e três) lideranças Mura, dentre as aldeias do Careiro da Várzea por meio da OLIMCV, estiveram as aldeias Bom Futuro, Sissayma, Jutai e Santo Antônio. O documento foi apresentado ao MPF/AM, que em 2016 propôs a realização de uma audiência pública para debater a situação.

Na Ação Civil Pública, o MPF pede a suspensão da implementação do projeto Potássio Amazonas Autazes e a imediata deflagração de processo de consulta prévia, livre e informada. Além disso, pede nulidade da licença prévia expedida pelo IPAAM, das autorizações de pesquisa mineral do DNPM sobre terras indígenas e o pagamento, pela empresa, de indenização por danos morais coletivos, na ordem de R\$500.000,00, e pelo IPAAM e DNMP, de R\$100.000,00, cada, em favor da comunidade. Por força desta ação, em audiência realizada em março de 2017, as partes entraram em acordo e a juíza do caso determinou o prazo de seis meses “para que haja deflagração do procedimento de consulta ao povo indígena Mura (e suas aproximadas 32 aldeias) e comunidades tradicionais ribeirinhas conforme Convenção 169 da OIT”. Além disso, a empresa foi proibida de realizar qualquer ato que implique influência ou cooptação das lideranças indígenas. (BRAGATO et al, 2018, p.6).

O MPF por meio de ação civil pública suspendeu todas as atividades da empresa Potássio do Brasil. A partir da audiência realizada em 2016, o povo Mura decidiu elaborar o seu protocolo de consulta que foi disponibilizado ao público em 2019, e será abordado no item 2.4 desta dissertação.

O conflito entre os Mura e a mineradora se estendem até os dias atuais, no entanto, hoje o Povo Mura se respalda em seu protocolo. Em 2022 na iminência da autorização para a Potássio do Brasil explorar recursos minerais em seus territórios, ser de fato liberada, umas das discussões propostas pelas lideranças nas reuniões de trabalho realizadas pelo *Google Meet*, é iniciar o processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) para o território.

²⁴ibid., p. 105.

²⁵ibid., p. 106.

2.3.4 Conflitos com atividades de Turismo de Pesca Esportiva Ilegais

O turismo ilegal realizado dentro da TI Mura do Careiro da Várzea é o conflito sobre o qual a dissertação se aprofundou, justificando o objeto da pesquisa. No entanto apresentar os demais conflitos enfrentados hoje pelo povo Mura é uma discussão fundamental para que possamos entender as estratégias e ações que o povo tem elaborado, por meio de suas lideranças e da associação OLIMCV para proteger seus territórios contra a poluição, o desmatamento e a invasão dos não indígenas, dentre outros impactos negativos.

As informações sobre o conflito com o turismo ilegal, realizado dentro da TI Mura, foram coletadas por meio de dois instrumentos. O primeiro foi a observação participante, feita nas rodas de conversa da 4ª Oficina sobre a Instrução Normativa 03 da FUNAI e construção participativa do plano de visitação promovida pela OLIMCV, em parceria com o NEICAM/UEA. A oficina foi realizada na aldeia Sissayma nos dias 14 a 16 de Outubro de 2021. Estiveram presentes no evento catorze indígenas moradores das aldeias Jabuti e Sissayma, e três agentes não indígenas (pesquisadoras do NEICAM/UEA). As figuras (13) e (14) mostram o local onde a oficina foi realizada.

Figura 13 e 14. Chegando à Comunidade Sissayma



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

Conforme os relatos dos indígenas as pousadas começaram a surgir em 2002, trata-se de empreendimentos de turismo ilegais que realizam a pesca esportiva e oferecem serviços de “ecoturismo”. As atividades afetam diretamente as aldeias localizadas na entrada do Rio Sissayma e ao entorno: aldeias Jabuti, Gavião, Galiléia e Sissayma.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa de campo, hoje em 2021, há cerca de onze pousadas instaladas na região da TI Mura do Careiro da Várzea. Ainda na

pesquisa de campo foi possível realizar registros fotográficos que comprovam as denúncias dos indígenas, como mostra a figura (15) uma pousada instalada na entrada da TI Gavião. A figura (16) registrou um grupo de turistas ilegais, que estavam realizando a pesca esportiva no Rio Sissayma.

Figura 15. Pousada Recanto do Mutuca



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

Figura 16. Grupo de turistas de pesca esportiva dentro do Rio Sissayma



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

O segundo instrumento adotado para a coleta de dados foi a pesquisa exploratória e descritiva com base no que propõe Cervo (2007, p.62).

Os estudos descritivos, assim como os exploratórios, favorecem na pesquisa mais ampla e completa, as tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução. Comumente se incluem nesta modalidade os estudos que visam identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos ou grupos, como também os que visam identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e

grupos, como também os que visam a identificar estruturas, formas, funções e conteúdos.

O uso da pesquisa exploratória e descritiva justificou-se porque durante as discussões sobre os “tipos de turismo”, realizadas na oficina promovida pela OLIMCV, em parceria com o NEICAM/UEA, os moradores das aldeias Sissayma e Jabuti, fizeram um levantamento dos nomes de algumas pousadas que atuam de modo ilegal dentro do território Mura. Os nomes identificados foram: Recanto do Mutuca, Rancho do Mutuca, Pousada Rio Mutuca, Pousada do Ari. Essas informações foram coletadas de modo verbal e não existiam, a priori, fontes documentais que pudessem ser utilizadas na pesquisa.

Por esse motivo, comecei uma pesquisa exploratória e descritiva em novembro de 2021, no perfil das redes sociais desses empreendimentos, com o objetivo de levantar a quantidade e o perfil das pousadas que realizam a atividade de pesca esportiva dentro do Rio Sissayma.

A pesquisa filtrou os nomes “Mutuca” e os locais de pesca esportiva em Careiro da Várzea no *Google*, como pode ser visto no quadro (3), cheguei a alguns perfis no *Instagram* (rede social de comercialização das pousadas). Foram encontradas seis pousadas, três no Careiro da Várzea e três em Autazes que possuem o nome em comum “Mutuca” e realizam atividades de pesca esportiva. É importante dizer que os municípios são próximos um do outro, o que permite um fácil deslocamento para adentrar as áreas de pesca.

Quadro 3: Quantidade de Pousadas com o nome “Mutuca”	
Nome	Local
1° Recanto do Mutuca	Autazes- AM
2° Pousada Rio Mutuca	Careiro da Várzea- AM
3° Pousada Toca do Mutuca	Careiro da Várzea- AM
4° Amazon Mutuca	Careiro da Várzea- AM
5° Mutuca Pesca&Aventura	Autazes- AM
6° Pousada Rancho Mutuca Ecofishing	Autazes- AM

Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações coletadas nos perfis das redes sociais.

Além das pousadas encontradas com filtro “Mutuca” no Careiro da Várzea que realizam atividades de pesca esportiva e oferecem serviços de “ecoturismo”, foram encontradas outras cinco pousadas próximas à referida TI, detalhadas no quadro (4).

Quadro 4: Pousadas na Região da TI Mura, sem o nome “Mutuca”	
7º Rancho Minha Tralha	Careiro da Várzea- AM
8º Pousada do Zequinha	Careiro da Várzea- AM
9º Pousada Recanto do Pescador Mamori	Careiro da Várzea- AM
10º Pousada Cabana Amazon Fishing	Careiro da Várzea- AM
11º Clube de Pesca Amazon Juma	Autazes- AM

Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações coletadas nos perfis das redes sociais.

Conforme pode ser visualizado na figura (17), as pousadas são muito próximas umas das outras e se localizam nas regiões dos municípios Careiro da Várzea e Autazes, em ambos os territórios se localizam TIs Mura.

Figura 17: Localização e nome das Pousadas próximas a TI Mura do Careiro da Várzea

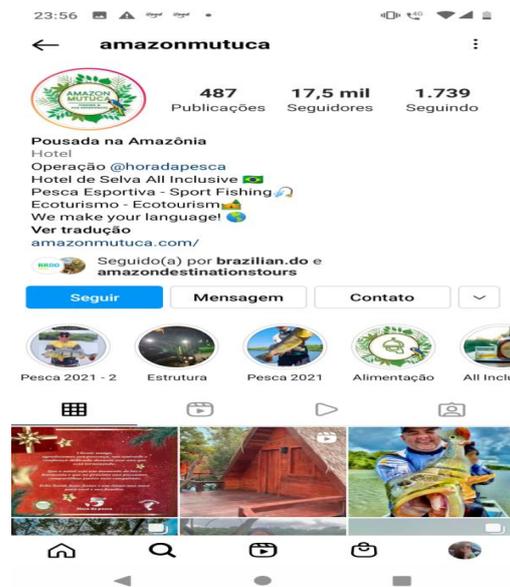


Fonte: https://www.google.com/search?sa=X&tbs=lf:1,lf_ui:2&tbm=lcl&sxsrf=AOaemvKOooWOiyEc7ycZYoyNiwRj6i9b7Q:1641189068786&q=pousadas+de+pesca+esportiva+careiro+da+varzea. Acesso em 03/01/2022.

A seguir apresento imagens coletadas nos perfis das redes sociais *Instagram* e *Websites* por meio do recurso “*print screen*”, onde as pousadas fazem a comercialização dos pacotes. Em todas as pousadas foi encontrado um perfil em comum de público alvo, que é o turismo de pesca esportiva. Todas vendem o pacote para a pesca do famoso peixe Tucunaré Açu (*Cichla temensis*). E algumas definem seus serviços como “Ecoturismo” que segundo o Ministério do Turismo (MTur) é um dos segmentos do turismo que utiliza os recursos ambientais de modo sustentável e menos impactante, buscando aliar à inclusão social.

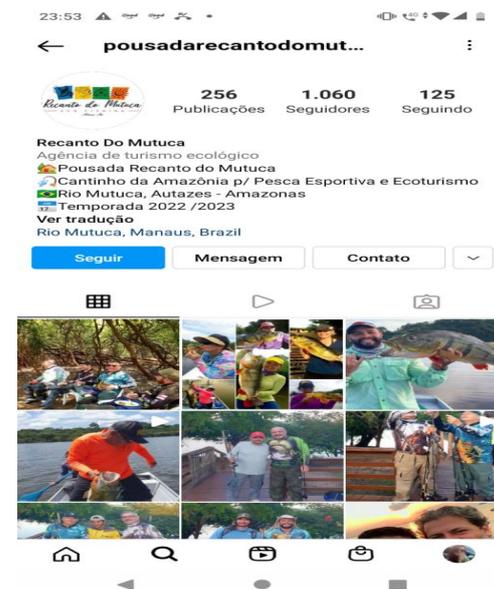
As figuras (18), (19), (20), (21) e (22) referem-se aos nomes das pousadas denunciadas pelos indígenas na 4ª Oficina sobre IN/03 da FUNAI realizada pela OLIMCV em parceria com o NEICAM/UEA.

Figura 18. Perfil da Pousada Amazon Mutuca



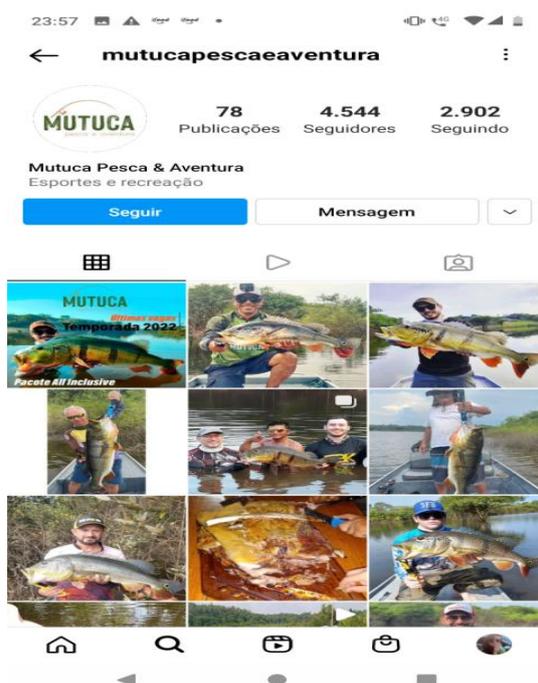
Fonte: www.amazonmutuca.com: Acesso em 03/01/2020.

Figura 19. Perfil da Pousada Recanto do Mutuca



Fonte: www.instagram.com/pousadarecantodomutuca/ Acesso em 03/01/2020.

Figura 20. Perfil da Pousada Mutuca Pesca&Aventura



Fonte: <https://mutuca-pesca-aventura.negocio.site/> Acesso em 03/01/2020

Figura 21. Perfil da Pousada Rio Mutuca



Fontes: <https://www.instagram.com/pousada.riomutuca/> Acesso em 03/01/2020

Figura 22. Perfil da Pousada Toca do Mutuca



<https://tocadomutuca.negocio.site/> Acesso em 03/01/2022.

A partir da análise feita nos perfis das redes de comercialização desses empreendimentos foram achadas as ofertas de serviços em comum: **a Pesca Esportiva e Ecoturismo.**

Diante da oferta do “Ecoturismo” pelos empreendimentos é importante refletirmos criticamente se de fato as atividades turísticas realizadas na TI Mura do Careiro da Várzea seguem as premissas propostas pelo segmento. Peralta (2008, p.30) afirma que “No centro do conceito de ecoturismo há uma proposta de sustentabilidade, de desenvolvimento econômico que minimiza seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e sobre as populações locais”. A autora supracitada analisa os impactos do ecoturismo e as mudanças sociais em povos da Amazônia Rural, apontando que na teoria o ecoturismo é utilizado como um discurso estando implícito uma “boa” utilização dos recursos naturais, contudo, na prática essa não é a realidade de muitos lugares.

Teoricamente o ecoturismo inclui a minimização de impactos ambientais e sociais negativos, contribui com a conservação e com o desenvolvimento local, além de promover a educação ambiental e o estabelecimento de códigos de conduta. Na realidade são muitos os efeitos ambientais e sociais adversos da atividade, que ainda

carecem de pesquisas para determinar o nível de atendimento aos preceitos determinados por suas definições.²⁶

Pelo exposto, é possível perceber que os empreendimentos buscam, por meio do discurso do ecoturismo, atrair um público que tem interesse em se conectar com a natureza, mas a qual custo? Quais os danos provocados aos povos indígenas e aos seus territórios?

Silva (2010, p.1) em seus estudos sobre as atividades turísticas em terras indígenas, corrobora com a fala de Peralta (2008) ao afirmar que “o ecoturismo é considerado, às vezes, como uma panaceia para resolver os graves problemas socioeconômicos de algumas comunidades tradicionais”.

O autor analisa que os discursos reproduzidos pelas operadoras de turismo, instigam nos povos indígenas algumas expectativas imediatistas, tais como um retorno econômico em curto prazo. “O resultado da pesquisa apontou que a demanda pela realização de atividades turísticas nas terras indígenas brasileiras, quando sugerido por empreendedores não indígenas, fundamenta-se essencialmente, na lógica capitalista brasileira, ou seja, obter o melhor lucro com o menor custo”.²⁷ A partir dessa lógica são excluídos os impactos negativos que a atividade pode exercer sobre o território caso não seja bem planejada.

Utilizando para análise a TI Mura, temos os relatos dos moradores sobre os impactos sociais e ambientais que estão ocorrendo em seu território. Diante do cruzamento das informações coletadas na fala dos indígenas Mura e da pesquisa descritiva constatou-se que de fato existe uma quantidade de onze pousadas identificadas, fora as que não foram encontradas por meio da pesquisa em ambiente virtual. Por isso, se faz necessário levantar a discussão sobre qual tipo de turismo essas pousadas estão fazendo na prática. Quais são os benefícios que as atividades trouxeram para o Povo Mura?

Segundo as lideranças ouvidas durante o trabalho de campo, especificamente os moradores das aldeias Sissayma, Jabuti e Galiléia, não houve um diálogo ou acordo prévio para que atividades de pesca entrassem em seus rios, ou seja, as atividades estão sendo realizadas de forma ilegal dentro do território.

Outro conflito relatado pelos indígenas, gerado a partir da entrada dos turistas ilegais, é o conflito entre os moradores, pois alguns empresários das pousadas fazem a cooptação dos moradores para trabalhar de barqueiro (condutor da embarcação), em troca de valores de diárias irrisórios, o que gera divergência de opinião.

²⁶ *ibid.*, p. 30.

²⁷ *ibid.*, p. 18.

Foram relatados outros conflitos tais como a preocupação dos indígenas com a frequência semanal da entrada de lanchas, o descarte indevido de lixo no rio Sissayma, entrada de armas e drogas ilícitas no território, dentre outros. Por meio da análise viu-se que o turismo ilegal é uma ameaça efetiva que tem crescido consideravelmente dentro e ao redor da TI Mura do Careiro da Várzea. Diante disso são necessárias ações imediatas que minimizem os impactos ambientais causados ao Rio Sissayma, e os impactos sociais causados aos moradores.

O povo Mura não tem sofrido os impactos como atores passivos, mas por meio de sua associação OLIMCV tem buscado estratégias para efetivar projetos de gestão territorial e ambiental, que buscam a proteção e conservação dos territórios, como pode ser visto na fala da liderança W. Mura (2022).

Realmente esse trabalho é muito importante pra nós, Povo Mura de Careiro da Várzea, a gente sabe que aqui estamos definindo nosso futuro, a gente sabe que nosso território está sendo muito visado na questão da mineração, a questão da invasão, e onde a gente pode encontrar um pouco de vida, um pouco de paz, ainda são as nossas terras indígenas, então a gente pretende né e vai lutar bravamente para garantir isso pros nossos descendentes e para as futuras gerações, então esse papel, esse trabalho que estamos fazendo é muito importante. Então mais uma vez agradeço e a gente vai ta aqui disponível para as próximas oficinas.²⁸

O trabalho que a liderança se referiu, é projeto de Ecoturismo Jabuti, uma iniciativa do Povo Mura do Careiro da Várzea que será descrito no capítulo três da dissertação.

2.4 O processo de construção do Protocolo de Consulta Trincheiras: Yandé Peara Mura.

Uma iniciativa recente, segundo Azevedo (2019), ocorrida em razão dos conflitos entre a Mineradora Potássio do Brasil e os Mura, foi a decisão para o planejamento e a elaboração do Protocolo de Consulta, construído após a audiência dos Mura e o MPF conforme analisado no item 2.3.3 desse trabalho.

Esse Protocolo de Consulta nasceu de um processo judicial originalmente movido a pedido dos Mura pelo Ministério Público Federal, MPF, no ano de 2016. A Ação Civil Pública, acolhida pela Justiça Federal, pediu que condições fossem criadas para amparar os Mura na consolidação, de maneira autônoma e independente, de um Protocolo de Consulta, num primeiro momento e, finalizado seu Protocolo, fosse realizado (segundo seus termos) um processo de consulta prévia, livre, informada,

²⁸ Fala retirada da transcrição de entrevista, realizada pelo *Google Meet* em 18 de Fevereiro de 2022.

de boa-fé e culturalmente adequada, como ampara a legislação. (CAPORRINO, 2021, p.10)

Com base na Convenção 169 da OIT assinada pelo Brasil em 2004, o Protocolo é um documento com um conjunto de diretrizes, aprovadas de modo coletivo pelos povos indígenas para garantir a consulta prévia e esclarecida acerca de qualquer projeto que seja desenvolvido em seus territórios. A consulta deve ser realizada pelo governo e não por empresas privadas.

A consulta deve ser livre, ou seja, sem pressões ou coações para os povos, prévia, por ser realizada antes de qualquer liberação de licença, e esclarecida, de boa fé, explicando-se para os povos indígenas todo o processo, os benefícios, malefícios de tal obra ou lei conforme dispõe o artigo 6º da OIT.

O protocolo Mura foi finalizado em 2019 e tem como título “Trincheiras: Yandé Mura Peara Protocolo de Consulta e Consentimento do povo indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas. Nossa defesa do povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea”. O título escolhido, conforme é justificado no documento pelo povo Mura, se deve ao fato do povo ter utilizado no passado uma tática de defesa contra os colonizadores cujo o nome era *trincheiras de paracuuba* (árvore típica da região).

A história Mura é repleta de momentos marcados por guerras contra os invasores brancos. Um exemplo é o nome que deu origem à aldeia Trincheira, que surgiu em virtude das táticas de guerra que usávamos para nos defender, como armadilhas de pau-a-pique debaixo da água. Os antigos pegavam madeiras afiadas e colocavam em lugares estratégicos para se defender. Os invasores vinham em grupos de soldados para massacrar os Mura. Quando os barcos dos invasores chegavam às armadilhas submersas de pau-a-pique, as trincheiras ficavam estrepados na ponta dos âmagos. Os Mura, então, aproveitavam aquele momento para atacar, flechando de um lado e do outro. O Protocolo é nossa Trincheira: nossa defesa dos direitos coletivos. (PROTOCOLO TRINCHEIRAS YANDÉ PEARA MURA, 2019, p. 2).

O povo Mura afirma que o protocolo é uma espécie de arma política contra os não indígenas e suas estratégias de invasão. O objetivo da escrita do protocolo, segundo Caporrino (2021, p.14), é “limitar a capacidade dos não índios de influenciar suas decisões internas, estabelecendo o coletivo e as instancias deliberativas à sua gestão voltadas como uma trincheira”. Caporrino²⁹ é pesquisador e foi escolhido pelo povo Mura como consultor e único

²⁹ Caporrino é antropólogo, formado em Ciências Sociais pela USP e desde 2010 atua como indigenista pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 2002 por profissionais de diversas áreas, como antropólogos, biólogos e educadores, que já atuavam junto às comunidades indígenas no Amapá e do Norte do Pará desde a década de 1980 e que, com a fundação do Iepé buscaram formalizar esta atuação para fortalecê-la em um âmbito institucional e contemplá-la em um âmbito regional, assessorando os povos indígenas da região para que fortaleçam suas associações, expressões culturais e organizações sociais, através de processos formativos, e para que possam apreender as políticas públicas e influenciá-las a fim de que assegurem seus direitos e garantias. Disponível em:

não indígena a participar da escrita e elaboração do protocolo nas reuniões internas realizadas dentro das aldeias.

O documento é composto por 14 tópicos que são intitulados em forma de indagações, a saber: Quem somos nós? Por que fizemos esse protocolo de consulta? Quem toma as decisões? Quem fala em nome dos Mura? O que deve ser consultado? Quando deve ser consultado? Como deve ser consultado? Quantas reuniões tem que acontecer para a consulta prévia valer? Quem deve participar das reuniões? Onde devem acontecer as reuniões? Quais os critérios mínimos que as reuniões entre os Mura e o Governo devem seguir? e passos no nosso processo de consulta.

A seguir relatarei como ocorreu o processo de construção coletiva do protocolo, com base na descrição de Caporrino (2021) e na análise do próprio documento, que está disponibilizado no formato impresso e PDF. A figura (23) é o registro do exemplar que tive a honra de receber pelas mãos da *tuxaua* da aldeia Jabuti.

Figura 23. Tuxaua da aldeia Jabuti



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

Segundo consta no protocolo Trincadeiras Yandé Peara Mura (2019) o plano de trabalho para a sua elaboração foi realizado durante um ano e meio, contando com a participação de lideranças indígenas por meio das organizações Mura, como o Conselho Indígena Mura (CIM) e a (OLIMCV), e de moradores das aldeias das seis regiões divididas para a metodologia de trabalho: Madeira, Rio Preto, Boca da Estrada, Careiro, Murutinga, e Paraná do Autaz-Açu totalizando a participação de 46 aldeias.

Como não indígena, o único que participou das reuniões internas e elaborou a metodologia de trabalho em conjunto com o Povo Mura, foi o consultor Caporrino. O mesmo, afirmou que a metodologia adotada por ele teve o intuito de provocar os indígenas a debaterem sobre os conflitos atuais, com exercícios de perguntas e da abertura de fala nas rodas de conversa.

Os desafios da representatividade e da pactuação de consensos foram alguns dos pontos de todo o processo que, seguindo a meta-metodologia, possibilitou a realização de sob minha coordenação e com minha participação (e de nenhum outro não índio), além da realização das reuniões locais, regionais gerais, que os próprios Mura realizaram sem a presença de qualquer não índio a fim de salvaguardar sua autodeterminação e permitir que debatessem livremente questões internas muito sensíveis sem serem expostos nesses processos e fornecerem informações sobre seus conflitos internos que pudessem ser usadas para engendr-los, acirrá-los ou manipulá-los. (CAPORRINO, 2021, p.12)

Além do consultor, o povo indígena Mura considerou como parceiros, os **agentes externos**, o Ministério Público Federal (MPF), Justiça Federal (JF), e Instituto Pacto Amazônico. Esses agentes não participaram das reuniões internas deliberativas do Povo Mura.

A elaboração deste Protocolo de Consulta contou com o auxílio de nossos parceiros Ministério Público Federal, Justiça Federal e Instituto Pacto Amazônico. Nós fizemos muitas oficinas gerais, regionais e locais, em cada aldeia, e depois uma assembleia geral para pactuar esses consensos. Este processo durou um ano e meio (setembro de 2017 a junho de 2019) e envolveu todas as aldeias Mura de Autazes e Careiro da Várzea. (PROTOCOLO TRINCHEIRAS YANDÉ PEARA MURA, 2019, p. 15).

Como metodologia de trabalho Caporrino (2021) afirmou que utilizou a experiência advinda da construção do Protocolo de Consulta do povo Wajãpi, que conceituou de “meta-metodologia”.

A meta-metodologia preconizou que os Mura organizassem as 44 aldeias do recorte que estabeleceram para constituir o coletivo em seis regiões, seguindo critérios geográficos, mas também um diagrama de parentesco que possibilitou identificar os processos de conformação de parentelas que culminaram na abertura das aldeias e nas alianças entre elas. Foram convidados a decidir coletivamente cada passo do

processo, inclusive detalhes da metodologia, e foram apresentados a desafios que aceitaram experimentar, como por exemplo organizar a realização das oficinas em quatro níveis: local (aldeias), regional (cada uma das 6 regiões), sub-geral (aldeias e parentelas de Autazes e aldeias e parentelas de Careiro da Várzea e respectivos arranjos deliberativos e representativos, como Conselho Indígena Mura, CIM e Organização das Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Varzea, Olimcv, respectivamente) e, por fim, nível geral: uma assembleia geral que unisse esse coletivo supracoletivos³⁰.

A meta-metodologia, conceito elaborado pelo autor, teve como objetivo descrever os procedimentos utilizados para a escrita do documento, baseados em provocações críticas feitas por meio dos exercícios e atividades em grupo, durante os quais os indígenas foram confrontados a buscar soluções de resolução para os conflitos internos, o objetivo dos encontros era problematizar e discutir “o controle da agência política dos não índios e dos próprios indivíduos e parentelas Mura.”³¹

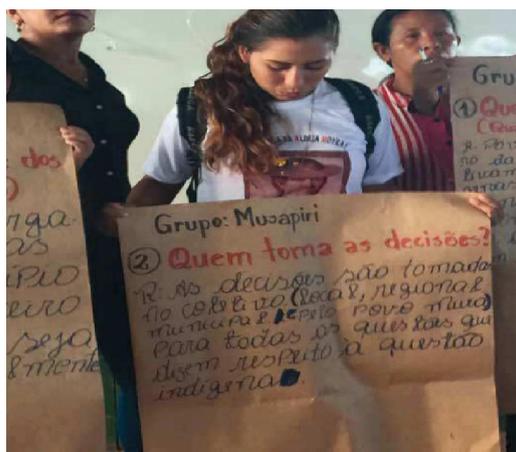
De acordo com o consultor, para o realização da metodologia proposta foi utilizada a oficina como procedimento metodológico. As oficinas foram divididas em quatro níveis, seguindo os critérios geográficos e de parentesco. Nível local (participaram todos os moradores das aldeias), nível regional (participaram as seis regiões do território representados pelos seis integrantes escolhidos, um tuxaua, um professor indígena, um agente de saúde indígena, uma mulher e um jovem), nível sub-geral (aldeias de Autazes e Careiro da Várzea, parentelas e geral) e nível geral (todas as aldeias, lideranças ou não, e o consultor).

É importante dizer sobre a metodologia, conforme a explicação de Caporrino (2021), que os indígenas foram delegados a elaborar e conduzir as oficinas, era da responsabilidade das aldeias organizarem as reuniões locais, fazerem as pautas, escreverem a ata. As figuras (24) e (25) são encontradas no protocolo e representam a estrutura das oficinas.

³⁰ *ibid.*, p. 12.

³¹ *ibid.*, p. 12.

Figura 24. Metodologia participativa das oficinas



Fonte: Protocolo Trincheiras Yandé Peara Mura (2019)

Figura 25. Apresentação dos grupos



Fonte: Protocolo Trincheiras Yandé Peara Mura (2019)

Como resultados desses encontros, houve a elaboração, a redação e finalização do protocolo, disponibilizado em 2019 na versão impressa e PDF. No documento o povo Mura definiu quem pode falar em seu nome, e quais os passos a serem tomados para a consulta prévia de qualquer projeto a ser desenvolvido em seus territórios. “Quem toma as decisões são todos os Mura das aldeias: idosos, sábios, pajés, mulheres, homens, jovens, lideranças, professores, profissionais indígenas de saúde, parteiras, todos tomam decisões e há maneira certa para isso”. (PROTOCOLO TRINCHEIRAS YANDÉ PEARA MURA, 2019, p.24).

Nota-se que o protocolo se mostra como uma estratégia política não só para combater as investidas dos não indígenas, como também para evitar os conflitos ocorridos entre as lideranças indígenas causados pelo assédio dos não indígenas, tais como cooptação por madeireiros, fazendeiros, empresários do setor de turismo. Por meio do protocolo é

representado todo o Povo Mura, tem direito a vez e voto as mulheres, anciões, moradores, e não só as lideranças.

Esse documento é um guia para nós Mura, e para os não índios. É um consenso a que nós chegamos sobre como queremos ser consultados pelo governo e como queremos nos organizar para as tomadas de decisão. Portanto, desejamos que o governo respeite este Protocolo e o siga, do mesmo modo como nós Mura, vamos fazer. Se qualquer um dos lados desrespeitar esse Protocolo, as resoluções não serão consideradas. Então o governo tem que decorar esse Protocolo e seguir. E nós Mura também vamos seguir. Se os Mura não seguirem, desrespeitarem o que está determinado, a decisão não vai valer. A mesma coisa para o governo: se não seguir a regra do jeito certo de consultar os Mura, a decisão não vai valer. (PROTOCOLO TRINCHEIRAS YANDÉ PEARA MURA, 2019, p.15).

A partir da análise do protocolo é possível entender que o Povo Mura buscou a sua criação para estabelecer parâmetros quanto à tomada de decisão das ações e projetos a serem realizados dentro do território, tanto para os não indígenas como para os indígenas. Caporrino (2021) define esse objetivo como o controle de agência política dos não indígenas e do próprio povo Mura.

O autor apontou a importância desse instrumento de gestão como uma alternativa para o protagonismo dos povos indígenas nas tomadas de decisão sobre o seu território. Segundo ele o protocolo faz com que os povos indígenas não dependam exclusivamente das políticas públicas, mas sejam protagonistas na tomada de decisão sobre os projetos que beneficiam ou não os seus territórios.

Por meio do documento e da análise feita por Caporrino (2021) foram encontrados os principais objetivos que justificaram a construção do protocolo Mura, a saber: 1º Controle de agência política dos não indígenas e dos próprios indígenas Mura. 2º Mitigar ameaças à autodeterminação e bem-viver. 3º Autonomia nos seus processos decisórios. 4º Estabelecer limites nas tomadas de decisão das lideranças indígenas em nome do coletivo.

Podemos entender que o povo indígena Mura utilizou uma ferramenta não indígena para estabelecer parâmetros de comunicação e controle sobre o seu território. Os Mura construíram coletivamente o documento, por meio do conhecimento indígena, e com a ajuda do consultor que colaborou por meio do seu conhecimento técnico e científico, o que nos mostra que não foi uma estratégia que chegou de forma unilateral de cima para baixo.

Dessa maneira, o desafio é lidar com as especificidades de cada contexto. Entretanto o Estado é uma máquina monolítica e tem grande dificuldade em definir conjuntos de políticas diferenciadas. Desenvolver alternativas econômicas e modelos de gestão exige uma sistemática qualificada e específica para cada realidade. Se houvesse algumas poucas etnias no Brasil, talvez o Estado tivesse condições de qualificar sua atuação indigenista. Porém são mais de 200 povos, sendo fundamental buscar

parceiros, na sociedade civil, particularmente no terceiro setor. No entanto também as ONGs muitas vezes não se instrumentalizam adequadamente, sobretudo do ponto de vista antropológico, de modo a apurarem a interlocução com os grupos indígenas. (VILLAS BÔAS, p.120).

Nota-se, diante do exposto, que é possível construir ferramentas de gestão territorial e ambiental que considerem as pluralidades existentes em um território. Contudo, o principal desafio é estabelecer um diálogo aberto entre os órgãos públicos, privados, academia e povos indígenas, respeitando os seus direitos garantidos em lei, como o da consulta previa, um direito que foi muito enfatizado nessa discussão.

Não se trata, conforme afirma Cunha e Almeida (2009), de tratar os conhecimentos como iguais, pois não são, mas ambos possuem artefatos importantes para elaboração de estratégias viáveis, a exemplo do protocolo Mura, como um instrumento político de gestão ambiental e territorial, que foi construído em conjunto utilizando saberes indígenas e não indígenas.

CAPÍTULO III

O TERRITÓRIO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA E OS PROJETOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

O capítulo tem como propósito apresentar as principais ferramentas de gestão territorial e ambiental compostas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), tendo como foco discutir o 5º eixo “Uso Sustentável de Recursos Naturais e Iniciativas Produtivas Indígenas”, que discorre sobre o turismo como uma das atividades possíveis para essa finalidade.

A análise trouxe uma breve apresentação sobre os projetos efetivados até o momento pelo povo Mura do Careiro da Várzea, por meio da OLIMCV, não tendo como objetivo aprofundar todos, mas ater-se ao projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, que está em fase de construção do plano de visitação conforme é uma obrigatoriedade imposta pela FUNAI por meio da IN 03/2015.

Como fundamentação teórica o texto foi dividido entre os estudos das categorias território e territorialidades, dialogando com autores das ciências tais como a Geografia que aborda tanto o aspecto físico, quanto político do território, além de autores da Antropologia que incorporam a análise da subjetividade do território a partir dos comportamentos sociais e culturais.

A análise dessas categorias, sob um aspecto interdisciplinar, buscou apresentar uma reflexão crítica que discutiu tanto o aspecto da fragmentação do território, a partir de uma lógica de ordenamento do Estado, mas que se associou a questões políticas como a garantia de direitos necessários à manutenção dos modos de vida desses povos, em meio a ameaças como a criação de leis que tentam promover o retrocesso, além de aspectos culturais como o reconhecimento e fortalecimento da identidade.

Nesse sentido, a compreensão do território no que tange aos povos indígenas deve, sobretudo, refletir os aspectos humanos e não humanos, com base na discussão do pensamento ameríndio, proposto por Viveiros de Castro (2002) que critica a dissociação entre natureza e cultura.

Para tanto, é necessário refletir que o povo indígena compreende o território de modo coletivo e a partir do contato com não indígenas e suas relações capitalistas e exploratórias do território, que interferiram diretamente na sua sobrevivência, estes povos passaram a usar de estratégias territoriais, como a luta pela demarcação de TIs, projetos comunitários,

fortalecimento de parcerias com não indígenas, como o propósito resguardar direitos e manter sua cultura dentro da sociedade contemporânea.

Diante do exposto, associada à discussão teórica, o terceiro capítulo trouxe a análise dos dados levantados na pesquisa de campo e pesquisa em ambiente virtual. A pesquisa de campo para escrita desse capítulo foi feita durante a 4ª Oficina sobre a Instrução Normativa 03/2015 da FUNAI, realizada pela OLIMCV em parceria com o NEICAM/UEA na aldeia Sissayma em Outubro de 2021. A pesquisa em ambiente virtual utilizou como ferramentas as plataformas digitais *Whatsapp* e *Google Meet*, por meio das quais se efetivaram as entrevistas com lideranças indígenas e moradores da TI Mura do Careiro da Várzea.

3.1 Territórios ou Territorialidades?

O contato dos povos indígenas com a sociedade colonizadora, sua dinâmica de gestão e ordenamento do espaço os colocou em lógicas diferentes sobre a concepção de território, como assinala Oliveira Filho (1996, p.9) “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício da sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”.

O autor chama a atenção para o fato de que as lutas dos povos indígenas, concernentes às questões territoriais, não podem ser compreendidas apenas no aspecto material, como é o caso, por exemplo, do Povo Mura e a luta pela demarcação do território. A delimitação de um território deve ser estudada como um movimento político, em busca do direito a terra e a direitos sociais. Para o autor a partir de relações de imposição social e cultural foi necessário estabelecer limites físicos no espaço anteriormente ocupado, o que pode ser interpretado como a criação de um novo conceito de território.

O conceito território passa a se fazer presente na organização social dos povos indígenas tendo em vista estabelecer a autonomia na gestão de um determinado lugar, habitado antes mesmo da colonização, como foi visto na historiografia do Povo Mura que habitava a região do rio Madeira e a partir das investidas coloniais para expandir o comércio na região, precisaram então reinventar suas estratégias territoriais para a sobrevivência.

O território apesar de ser confundido como sinônimo de espaço, não é equivalente. São muitas as abordagens sobre o conceito e estas se distinguem de acordo com as linhas teóricas de cada pesquisador, que pode estudar diferentes perspectivas tais como a material, política, relacional, por meio das ciências como a Geografia e a Antropologia.

Nesse sentido o capítulo propôs um exercício reflexivo que percorreu os diferentes campos do conhecimento, não no sentido de traduzir o conceito, porém entender as dinâmicas sociais que o envolve.

A relação com o território se diferencia entre a lógica dos povos indígenas e a lógica ocidental, ultrapassa o aspecto físico da terra como direito, abrangendo forças econômicas, políticas e culturais, definidas por Saquet (2004) como (EPC) as três dimensões para a compreensão do território.

Para o diálogo sobre a relação dos povos indígenas com o seu território é imprescindível uma abordagem que percorra a relação histórica e social, como também a perspectiva política das relações de poder e desigualdade estabelecida pela colonização, onde muitos desses povos tiveram seus territórios invadidos, mediante violência física e simbólica. Essa relação de poder se correlaciona com as lutas desses povos até os dias atuais, pois continuam lutando para não perderem a autonomia e o direito de gerir seus lugares.

Raffestin (1993) estuda o território contrapondo a dimensão materialista, a partir dos estudos do aspecto político e relacional, o mesmo afirma que o espaço existe antes do território, a concepção de um território é, portanto, uma apropriação do espaço e se estabelece em uma relação desigual de poder. Para o autor a discussão da legitimidade do território se inicia a partir da divisão da sociedade em classes, onde o espaço passa a ser marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Para ele as relações de poder estão presentes em todos os territórios ainda que de maneira intrínseca.

Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (...) Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O autor compreende o território como um espaço controlado por relações desiguais de poder político, como também simbólico, muitas vezes empreendido pelo Estado, mas não como único instrumento de poder. Para ele as relações desiguais de poder estão presentes em todas as vivências sociais, sejam na escola, no trabalho, em casa.

Aplicando a teoria do autor, no estudo sobre os povos indígenas podemos analisar que as relações desiguais de poder existiram no passado com a imposição da violência física, cultural e social, por parte da sociedade colonizadora, mas ainda existem de modos distintos, tanto por questões econômicas e políticas, muitas vezes representada por órgãos que em tese deveriam garantir os direitos sociais e culturais.

Desse modo a análise da categoria território, a partir da perceptiva relacional apresentada por Raffestin (1993), compreende o “movimento” na formação de um território, pois não é algo estático. No que diz respeito aos povos indígenas há um paralelo entre a imposição cultural, a violência física e invasão do território para o fortalecimento do movimento indígena em busca de resguardar seus direitos e gerir seus territórios conforme suas práticas culturais. Vê-se que na contemporaneidade há uma “reviravolta” dessa relação desigual de poder, para o autorreconhecimento da luta do movimento indígena em defesa dos seus territórios e pela consolidação de alianças com outros povos originários.

No entanto, apesar dos avanços garantidos em lei, ainda são reproduzidos discursos naturalizados entre a sociedade civil e pelos governantes do país, tais como, “para quê os indígenas querem tanta terra”? “Tem muita terra para pouco índio”³², dentre outros.

Até mesmo o reconhecimento como “índios” apenas aqueles que moram em territórios rurais, e não os indígenas que vivem em territórios urbanos são pensamentos naturalizados, enraizados por um projeto colonizador de homogeneização cultural e social. O que nos mostra que as lutas pela defesa, proteção e conservação do território são contínuas e não se referem apenas ao território material.

Essas ideias “naturalizadas” evidenciam as diferentes compreensões acerca do território, que se definem a partir das lógicas de vida de cada sociedade. Por isso levantar discussões quanto as diferentes abordagens da categoria território nos ajuda a refletir sobre os diferentes modos de existir e entender o “lugar” que integra a memória desses povos.

As relações desiguais de poder no passado foram expressas por meio de violência, sobretudo física, com a dizimação de vários povos e imposição cultural. Na atualidade essas relações desiguais ainda existem, porém expressas de outros modos, tais como a criação de leis que promovem o retrocesso, o incentivo público a projetos de mineração, exploração madeireira, que interferem diretamente sobre o modo de vida dos povos indígenas.

Para os povos indígenas, o território abrange a história de ocupação de um determinado lugar com suas heranças ancestrais, os elementos culturais, as experiências, todos esses elementos são frutos de interação entre os agentes humanos e não humanos envolvidos em um contexto, cada povo indígena tem seus modos de interação com o território.

³² Na década de 1980, a extensão das terras indígenas no Brasil parecia exagerada “muita terra para pouco índio”. Esse enfoque mudou. A matéria de capa da *Veja* de 20 de junho de 1999 falava dos 3,6 mil índios xinguanos que “preservam um paraíso ecológico” do tamanho da Bélgica. (CUNHA E ALMEIDA, 2009, p. 287).

Sack (2011) contrapondo Raffestin (1993) analisa o território a partir da dimensão relacional, mas também considera as dimensões econômica e cultural, o território para ele é uma área geográfica que contém estratégias para mantê-lo, pode ser um “tipo de lugar”, mas quando assim definido deve ser distinguido enquanto tal de outros tipos de lugares, para o autor o que distingue a concepção de “lugar” para território, são as estratégias de uso e gestão do espaço, ou seja, as territorialidades.

O referido autor também estuda as territorialidades, como uma estratégia social e intencional de uso do espaço, discutindo suas dimensões em nível global, local, urbano, rural. Para ele a territorialidade pressupõe um controle de pessoas, fenômenos e relações e pode exercida de diversas maneiras, nesse sentido nem toda a efetivação de um território cria uma territorialidade, o que quer dizer que as estratégias de controle sobre uma área variam em diferentes contextos sociais. A exemplo do povo Mura aqui estudado, uma forma de controle e gestão territorial e ambiental foi a criação do protocolo de consulta que foi analisado no item 2.4 deste trabalho. O documento foi elaborado a partir de um conflito externo com a mineradora Potássio do Brasil, que instigou o povo a criar ferramentas de controle contra a agência dos não indígenas, sobre todo e qualquer projeto que seja realizado em seus territórios tendo em vista garantir o direito a consulta prévia.

Os dois autores ora citados, apesar de analisarem diferentes perspectivas sobre a concepção de território, dialogam sobre uma característica em comum, o território para ambos é uma construção e requer movimento, seja por questões econômicas na visão materialista, ou a partir de relações desiguais de poder na perspectiva relacional.

Pode-se inferir que a partir da delimitação de um território, os indivíduos se territorializam, ou seja, começam a exercer processos de representação sobre tal área por meio da territorialidade. Para Sack (2011) a territorialidade é uma ferramenta geográfica de controle. O autor define três pilares para o entendimento da territorialidade:

Área, comunicação e controle. A área seria a porção geográfica da qual se constitui o território, portanto uma base física. A comunicação seria a delimitação de tal área para o grupo de indivíduos-sujeitos. A definição de uma fronteira pode ser tanto por meios físicos (cerca, muro) como por meios não materiais (sinais, símbolos). O importante é que esta fronteira seja comunicada de alguma maneira a ficarem claro os limites que estão subjugados ao controle. O controle passa a ser exercido sob tal área para que se definam as questões de acesso e não acesso ao território. (SACK, 2011, p.20).

Ainda, de acordo com o autor, a territorialidade pode ser criada e recriada por meio da mobilização de um grupo social, de seu contexto histórico e geográfico. Ou seja, a ferramenta da territorialidade como a comunicação, é uma estratégia de uso e controle que pode expressar

tanto regras que definem os indivíduos como iguais dentro de um mesmo território, para fins de organização social, como também definem os aspectos dos indivíduos diferentes, tais como a cultura, a religião, dentre outros.

Desse modo, as muitas abordagens do território se mostram complementares para explicar o exercício das territorialidades multiformes, dinâmicas ou construídas. Haesbaert (2007, p.78) traz uma análise do território a partir da dimensão simbólico-cultural, assim, “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”.

A discussão que o autor desenvolve propõe uma análise pós-moderna do território, conforme ele enfatiza, não é mais possível no contexto dos conflitos do mundo contemporâneo, apresentar uma reflexão desintegrada entre território político e cultural.

Território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (HAESBAERT, 2004, p. 72-73)

O território e a territorialidade para o autor dizem respeito à identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, o mesmo apresenta a superação da dicotomia entre o que conceitua de território zona, onde predomina a lógica política para a integração de um território rede, onde agregue as muitas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais.

Ao dialogar sobre as relações dos povos indígenas com seus territórios é imprescindível a abordagem cultural do território, o papel simbólico de identidade e pertencimento, pois este antecede as relações de controle e demarcação analisados por Sack (2011).

Tal qual a perspectiva cultural, a abordagem política é indissociável da trajetória dos povos indígenas, porque na contemporaneidade não são apenas agentes sociais são também agentes políticos, pois a partir do momento que passaram a sofrer ameaças externas e relações desiguais de poder, os mesmos se reinventaram por meio das territorialidades expressas em suas organizações sociais, da criação de redes para parceria com indígenas e não indígenas tendo em vista efetivar seus projetos.

Bonnemaison (2002, p.101) reafirmando o sentido de pertencimento diz que “a territorialidade pode ser compreendida pela relação social e cultural mantida pelos grupos na trama de lugares e itinerários relacionados à mobilidade, constituindo dessa forma um

território”. O autor defende o conceito de território relacionado com os aspectos simbólicos e culturais.

A partir dos estudos das três perspectivas sobre o conceito de território viu-se que as estratégias de territorialidade dos povos indígenas são complexas e não se resumem às lutas pela demarcação de TIs, mas compreendem o movimento indígena, ou seja, a mobilização e as ações desenvolvidas por meio de suas associações formais e informais para manter seus territórios, suas culturas e o direito a autodeterminação conforme disposto na legislação.

A territorialidade indígena não tem como premissa apenas estabelecer limites geográficos, mas inclui, sobretudo o pensamento ameríndio que tem uma lógica diferenciada das cosmologias modernas, como afirma Viveiros de Castro (2002).

Os autores que discutem o território na perspectiva cultural apregoam uma abordagem antropológica mais descentralizada, menos dependente dos modelos impostos pelas lógicas dominantes de ordenamento do território.

Aparentemente, provar a ocupação continuada de um grupo indígena numa área e, a partir dessa relação histórica, caracterizar um modo de vida indígena a partir de sua adaptação ao ambiente ocupado seria suficiente para configurar a relação que um grupo indígena mantém com esta “sua terra”. Mas não é tão simples. Primeiro porque seria negar o tremendo impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas, muitas delas rechaçadas e refugiadas em áreas que não correspondem à sua localização histórica, nem a extensão territorial ocupada antes da dizimação gerada pelo encontro com frentes de colonização. (GALLOIS, 2001, p.39)

A análise da autora nos reafirma que os povos indígenas possuem suas concepções próprias, “uma visão não ocidental” de território, não reivindicam apenas lotes de terra, lutam pelo reconhecimento da identidade coletiva e memória dos seus antepassados, conforme pontua Krenak (2020).

As diferentes compreensões de território que se baseiam em perspectivas ocidentais e não ocidentais, com as análises dos autores referendados tais como Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Sack (2011), Viveiros de Castro (2002), explicam os muitos conflitos que ainda existem em torno dessa temática.

O exercício reflexivo e crítico quanto às diferenças das categorias TIs, UCs, território, territorialidade, é importante para promover um diálogo mais simétrico entre os povos indígenas, a academia, o Estado e a sociedade civil. Apresentar a perspectiva indígena sobre o conceito de território, por meios da fala de autores indígenas é um diálogo central, para entendermos as diferentes lógicas existentes entre pensamentos ocidentais e não ocidentais. Por isso trouxe a reflexão crítica de duas lideranças indígenas.

Iniciei com Krenak (2020), que em sua entrevista sobre a Aliança dos Povos da Floresta, discorreu sobre a relação intrínseca e simbólica do indígena e o território “os povos indígenas vivem a Floresta e não na Floresta, a violência que se incide sobre os povos indígenas é pelo modo de estar na terra que os índios representam que vai na contramão do repertório urbano”.³³

A fala da liderança indígena enfatizou a discussão proposta por Viveiros de Castro (2002) sobre o pensamento ameríndio e a análise subjetiva e cultural que o território em seu aspecto coletivo representa para os povos indígenas. Krenak (2020) reiterou que para os povos indígenas o território diz respeito à memória, para ele a memória é a consciência crítica, democratizar não é apenas colocar as lideranças indígenas no governo, mas ter direito conquistado, legitimado na vida brasileira como indígena e não cidadão integrado.

A liderança indígena criticou a relação que o Estado brasileiro utilizou para a criação de “espaços sustentáveis”, o mesmo denomina de “equivocada” porque recorreu a práticas desumanas de violência. Para ele a história da colonização brasileira pode ser descrita como uma “marcha” sobre os territórios indígenas.

A análise do autor na entrevista refletiu um avanço sobre os direitos indígenas apresentando o modo como esses povos por meio de suas lutas e resistência política se reinventaram e passaram a ser protagonistas da sua história ao perder a sua subjetividade. Ele enfatizou também o retrocesso proposto pelo governo brasileiro através dos projetos de incentivo às atividades como a mineração.

Em outro contexto, no debate sobre políticas ambientais, na conferência realizada em Portugal, que resultou no livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o autor reafirma seu pensamento crítico quanto à compreensão ocidental de território que dissocia homem e natureza. Krenak (2019, p.10) “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”.

Conforme a reflexão apresentada por ele a dissociação homem/natureza incide diretamente na criação de políticas públicas que não dialogam com as territorialidades desses povos na busca de autonomia em gerir seus territórios e manter suas raízes culturais, as próprias instituições que deveriam agir para consolidar um diálogo mais plural, acabam por legitimar ações do pensamento ocidental, a exemplo disso o mesmo exemplifica:

³³ KRENAK, Ailton. Vozes da Floresta. [Entrevista concedida a Le Monde Diplomatique Brasil]. Produção Memória Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>. Acesso em 22/04/2021 às 11:40.

Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera, em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a UNESCO por que era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade.³⁴

Diante da análise crítica do autor quanto a legitimação das diferentes compreensões do território e suas implicações na construção de políticas públicas, leis, projetos, desiguais, é preciso reiterar que não só Estado detém o poder desigual conforme apontou Raffestin (1993). As ONGs, os órgãos públicos como a FUNAI, se não forem instrumentalizados adequadamente, por meio de estudos e diálogos desnaturalizados, podem agir de maneira invasiva no território desses povos, impondo uma lógica ocidental sobre o território. Logo o papel das associações e organizações indígenas comunitárias na gestão e proteção dos seus territórios faz o diferencial na construção de políticas participativas.

Para sintetizar as duas perspectivas de pensamento sobre o território o autor analisou as UCs como “espaços de segurança temporária em que as comunidades, mesmo quando já esvaziadas do verdadeiro sentido do compartilhamento de espaços, ainda são, digamos, protegidas por um aparato que depende cada vez mais da exaustão das florestas” (KRENAK, 2019, p.23). Enquanto o território apreende a compreensão coletiva, a tradição de diversos povos, a memória, o respeito não só pela vida humana, como também dos agentes não humanos.

Para dialogar com análise de Krenak (2020) sobre o território e seu aspecto imaterial trouxe a fala de Rodriguez Makuna (2009, p. 32) “o território é fundamental também para recriar nossa cultura, que é fonte espiritual de poder e que permite a gente adquirir os conhecimentos para fazer as danças, os rituais, que fazem parte do nosso Sistema de Manejo do Mundo”. A liderança indígena do povo Makuna³⁵, apresentou durante um encontro sobre mudanças climáticas no Noroeste Amazônico, sua concepção sobre o território, o ambiente e a representatividade cultural.

A liderança indígena afirmou que cada sociedade tem seus métodos de manejo adequados, segundo seus conhecimentos ancestrais e que os povos indígenas não precisam estar em busca de coisas novas, criando novas necessidades, porque seria como não estar contente com o que tem feito, e isso destruiria sua própria existência.

³⁴ *ibid.*, p. 8.

³⁵ Esse texto é uma adaptação de fala do Maximiliano Garcia Rodriguez em Leticia (2009), durante encontro da Coordenação e Aliança do Noroeste Amazônico (CANOA). In: CABALZAR, Aloisio. Manejo do Mundo: Conhecimento e Práticas tradicionais dos povos indígenas do Rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010.

Em ambas as falas as lideranças enfatizaram a relação da coletividade do território na compreensão indígena e associaram diretamente a relação homem/natureza na conservação e proteção.

Para a conservação da natureza é importante que os governos de qualquer parte do mundo se deem conta da realidade: que há povos no Amazonas com um pensamento e visão diferente e que tem que respeitar isso, porque desde os tempos imemoriais tem sido assim, segundo nosso conhecimento, história e pensamento todo esse território é nosso, esta é nossa vida, nós somente queremos viver em paz com nosso povo, com o território, respeitando os rios. Este território é nosso e nada mais. (RODRIGUEZ, 2009, p.35)

Atualmente, para muitos povos indígenas, a exemplo, do Povo Mura do Careiro da Várzea, essas diferentes estratégias envolvem atividades não indígenas, como o ecoturismo, que é uma ferramenta exógena. Por isso é relevante estudar a respeito dos motivos que os levaram a implementar essa atividade ao seu planejamento, e a perguntar se seria uma estratégia de territorialidade?

A compreensão de território para os povos indígenas possui aspectos entrelaçados com a identidade cultural, memória e gestão coletiva ou comunitária, esses são alguns dos principais motivos que impulsionam suas lutas. É um grande desafio para esses povos no que diz respeito à efetivação de suas ações e projetos, tanto para aquisição de recursos, quanto capacitação técnica. Por isso são importantes alianças compostas por redes de atores indígenas e não indígenas, instituições públicas e privadas, com intuito de fortalecer suas ações.

Os quadros (5) e (6) apresentam de forma sintética as diferentes perspectivas estudadas sobre o conceito de território. A visão ocidental proposta por teóricos de diferentes perspectivas conceituais e a visão não ocidental que traduz a análise crítica de importantes lideranças do movimento indígena.

Quadro 5 - Território na perspectiva ocidental		
Dimensão materialista. Sack (2011)	Dimensão relacional/ política. Raffestin (1993)	Dimensão cultural Haesbaert (2020)
<ul style="list-style-type: none"> • Território representa crescimento econômico, disputa, projeto homogeneizador. • Espaços interligados pela globalização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisa o território a partir das diferentes relações de poder, nem sempre realizadas pelo Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Propõe uma análise integradora do território a partir das práticas humanas. • Lugar de memória, identidade, individualidade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quadro 6 - Território na perspectiva não ocidental		
Dimensão simbólica e cultural. Krenak (2020); Rodriguez (2009).	Regras de uso Krenak (2020); Rodriguez (2009).	Dimensão política Krenak (2004)
<ul style="list-style-type: none"> • Território representa tradição, memória, raízes históricas; • Relações com a vida humana e não-humana; • Corresponsabilidade com os lugares onde vivem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Usofruto coletivo; • Cultura de subsistência • Atividades de baixo impacto 	<ul style="list-style-type: none"> • Busca pelo protagonismo na gestão e proteção; • Os povos indígenas são organizados por meio de suas associações comunitárias, à exemplo do Povo Mura a OLIMCV, e o uso do Protocolo de Consulta para criar diretrizes de ações dentro do território.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O quadro (7) apresenta a compreensão dos moradores da TI Mura do Careiro da Várzea sobre o conceito de “território”, a partir dos relatos feitos na roda de conversa durante a 4ª Oficina sobre a Instrução Normativa 03 da FUNAI,³⁶ realizada pela OLIMCV em parceria com o NEICAM/UEA em Outubro de 2021, na comunidade Sissayma, participaram em maior quantidade moradores das aldeias Jabuti e Sissayma.

Quadro 7 - Território na perspectiva dos moradores da TI Mura do Careiro da Várzea		
Dimensão materialista	Dimensão relacional/política	Dimensão cultural
<p>“Se a gente tem um território e não tem nada produtivo, começa o problema com o desmatamento”. (S, 2021, professor da aldeia Jabuti).</p> <p>“Se a gente tiver um recurso para diminuir o desmatamento, pensando em todas as famílias”. (J, 2021, aldeia Jabuti)</p> <p>“A terra é grande é difícil monitorar” (E, 2021, professora da aldeia Jabuti).</p>	<p>“O que falta pra gente é tomar atitude, é conhecimento, o que fazer, quem procurar”. (A, 2021, tuxaua da aldeia Jabuti).</p> <p>“Eu tenho um território que lutei” (O, 2021, tuxaua da aldeia Sissayma).</p> <p>“Terra indígena é federal. Como trazer pessoas para o lago dos outros? O parente não sabe ver dinheiro”. (O, 2021, tuxaua da aldeia Sissayma).</p>	<p>“O território nasci e me criei aqui, os próprios índios desmatam”. (O, 2021, tuxaua da aldeia Sissayma).</p> <p>“A maioria do povo não tá nem aí. Que não querem ser índio. Eu não sei nem escrever. Qual futuro? Cuidar da nossa terra, porque hoje tem bastante peixe no nosso rio por causa do acordo de pesca, mas tem muito desmatamento”. (O, 2021, tuxaua da aldeia Sissayma).</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

³⁶ Instrução Normativa 03/2015, 11 de junho de 2015. É uma norma e diretriz relativa às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas (TIs).

Vê-se que existem muitas dimensões do conceito de território, estas se diferem não só para os teóricos como também para os povos indígenas. Ao estudar os atuais conflitos pelo direito a proteção e conservação do território, é importante analisar as diferentes perspectivas dos agentes sociais, para correlacionar os eventos que ocorreram no passado e instigam movimentos sociais no presente.

São várias relações em jogo, desde a ótica do Estado, a academia, até a visão indígena, por isso é relevante trazer uma discussão integradora que ouça as diferentes vozes, a fim de desenvolver um diálogo, políticas públicas e projetos mais plurais. A leitura dos teóricos e a observação em pesquisa de campo na TI Mura do Careiro da Várzea foi importante para desnaturalizar a “visão romantizada” do território indígena, como uma única perspectiva do lugar neutro onde todos buscam um único objetivo e não há conflitos.

Existem ações em comum como as estudadas na pesquisa tais como a criação da OLIMCV e a escrita do Protocolo Mura. Como também existem os conflitos dentro da TI, grande parte causados por ações dos não indígenas. Um território é composto de comando, controle e comunicação, como afirmou Sack (2011), como também de relações desiguais e conflitos internos e externos apontados por Raffestin (1993). Esse contexto explica as ações de um movimento indígena em busca de manter a coletividade do povo.

É nesse sentido que o próximo tópico deste capítulo objetiva estudar as ferramentas de gestão ambiental e territorial dispostas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), tendo como objeto de estudo entender o processo de construção do projeto de Ecoturismo Jabuti, elaborado pela OLIMCV. A PNGATI em seu 5º eixo que tem como tema “Uso Sustentável de Recursos Naturais e Iniciativas Produtivas Indígenas” e dispõe no item “g” sobre o apoio a atividades de turismo.

3.2 Ferramentas para consolidação de gestão ambiental e territorial

O termo gestão, segundo Little (2006), se refere a ações humanas que tem como objetivo administrar, gerir, gerenciar o uso tanto do território como do ambiente, pontuando que apesar do termo ser muito utilizado no plano empresarial ou governamental, se aplica também aos modos de uso dos recursos naturais. Para o autor os termos territorial e ambiental são distintos, “o termo território sempre está associado a uma entidade política específica,

enquanto que o termo ambiental é mais amplo, a relação entre os organismos e seu meio ambiente é de tipo ecológico e não diretamente político”³⁷.

Ainda segundo o teórico as lógicas de gestão do ambiente e território se diferenciam de acordo com o objetivo das ações, pois “a gestão ambiental tem menos interesse em transformar o ambiente que em sua manutenção enquanto sistema ecológico. Quando a gestão ambiental é utilizada para fins produtivos, apoia-se em técnicas com baixo impacto sobre os fluxos biofísicos”. (LITTLE, 2006, p.21). A gestão territorial, no entanto objetiva agir no campo político de administração de um território.

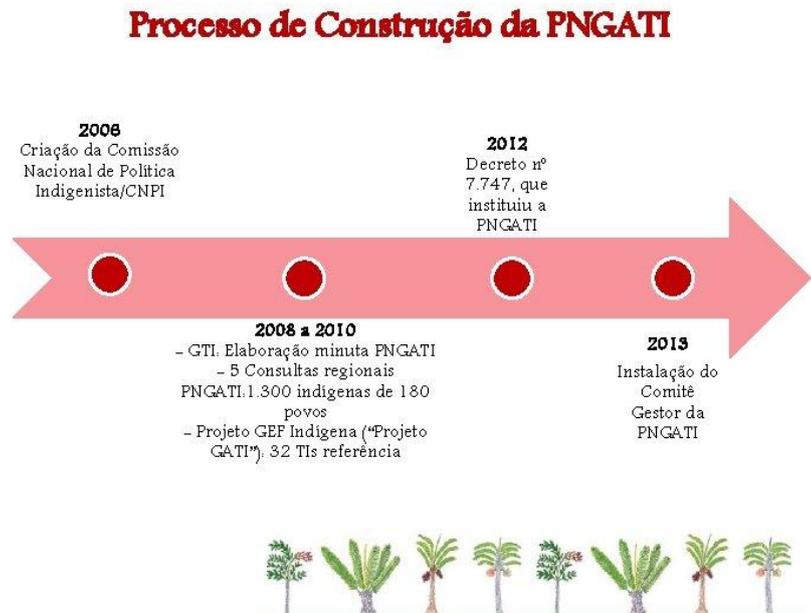
O autor analisou as duas categorias gestão ambiental e gestão territorial identificando os aspectos diferentes em ambas, com base em seus estudos vê-se que a gestão territorial se refere à busca pela autonomia e governança no aspecto político e no que cerne aos povos indígenas diz respeito à luta para que se faça valer a legislação sobre as terras indígenas e direitos sociais indígenas. A gestão ambiental tem como premissa criar mecanismos para uso dos recursos naturais com atividades de baixo impacto e colaborar com ações já desenvolvidas por esses povos tais como o manejo e vigilância ambiental.

No que diz respeito à compreensão indígena o território não se dissocia do ambiente, é um bem de uso comum e coletivo, conforme foi apresentado nos estudos de Viveiros de Castro (2002) sobre o pensamento ameríndio. Logo as lutas para desenvolver estratégias de gestão ambiental e territorial visam o protagonismo indígena para a garantia de autonomia em suas organizações sociais, seus modos de vida e bem-viver.

Nesse sentido os povos indígenas lutaram para a construção de uma política pública que contemplasse suas aspirações e visões de futuro. Segundo os autores Bavaresco e Menezes (2014), a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) é uma conquista dos povos indígenas no que se refere a uma política pública do Estado brasileiro para apoiar ações de gestão ambiental e territorial, que já fazem parte da relação homem/natureza na compreensão indígena de território e suas formas de uso dos recursos naturais com base na cultura autóctone. A figura (26) traz os principais projetos que influenciaram na criação da política atual, tais como o Projeto Gestão Ambiental e Territorial (GATI).

³⁷ *ibid.*,p.19

Figura 26. Projetos que contribuíram para a construção da PNGATI



Fonte: Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável- DPDS/ FUNAI (2017)

A PNGATI é firmada pelo decreto 7.747, 5 de julho de 2012, e dividida em quatro seções, sendo a primeira seção uma contextualização do caminho até a elaboração da política. A segunda seção traz as ferramentas de gestão territorial e ambiental. A terceira apresenta e discute os sete eixos que compõem a política, e a quarta aborda as instâncias de governança e financiamento.

A PNGATI foi construída com a participação dos povos indígenas e vem para reconhecer e apoiar a gestão ambiental e territorial que já é realizada por estes povos em suas terras. Essa política pública cria espaço e traz oportunidades para que povos indígenas e o Estado dialoguem em torno de um objetivo comum e aliem suas forças para o enfrentamento das dificuldades e desafios que os povos indígenas brasileiros enfrentam nos dias de hoje. (BAVARESCO E MENEZES, 2014, p.9).

A PNGATI se mostra um caminho para o diálogo mais amplo e simétrico entre povos indígenas e o poder público, além de promover o protagonismo e autonomia na gestão e o fortalecimento de planos e projetos desenvolvidos para defesa e proteção dos territórios, valorização de suas culturas e possível alternativa de renda. A política tem como objetivo principal:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos

indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (PNGATI, decreto nº 7.747, 5 de julho de 2012).

Para que o objetivo proposto seja alcançado, o documento apregoa ferramentas para a gestão territorial e ambiental sendo elas o etnomapeamento, o etnozoneamento³⁸ e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs).

Os PGTAs estão embasados nas noções de **autonomia, protagonismo e autodeterminação** dos povos, no que se refere à negociação e ao estabelecimento de acordos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como à construção coletiva de estratégias, ações e projetos de interesse das comunidades indígenas. Dessa forma, os PGTAs propiciam o fortalecimento dos sistemas próprios de tomada de decisão dos povos indígenas, contribuindo para a valorização do conhecimento dos povos indígenas sobre seus territórios e permitindo a transmissão de conhecimento entre gerações, entre outros benefícios. (BAVARESCO E MENEZES, 2014, p. 25, grifo do autor).

A construção do PGTA como instrumento para a gestão ambiental e territorial possibilita incluir várias estratégias e projetos planejados para um mesmo território, porque o plano se divide em sete eixos com objetivos em comum, a saber: 1º Proteção territorial e dos recursos naturais; 2º Governança e participação indígena; 3º Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; 4º Prevenção e recuperação de danos ambientais; 5º Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; 6º Propriedade intelectual e patrimônio genético; 7º Capacitação, formação, intercâmbio e educação.

Diante o exposto e contextualizando as estratégias de gestão territorial e ambiental do Povo Mura do Careiro da Várzea, tem-se que o povo ainda não desenvolveu um PGTA para o seu território conforma a fala da liderança W. Mura (2022).

A gente sabe né, que não é só o turismo, tem muitas coisas aqui para construir. E também como a gente já vem discutindo né nas assembleias, esse ano a gente vai dar muita prioridade pro plano de gestão territorial do Povo Mura de Careiro da Várzea que é uma coisa que a gente não temos ainda e estamos em discussão e temos que colocar isso no papel. A gente sabe da importância também do plano de gestão territorial, eu acredito né que essa é uma pauta que esse ano a gente vai tentar, tentar realmente, colocar efetivamente em cima dos nossos planejamentos para que esse ano a gente possa menos dar um pontapé no início desse plano de gestão territorial, que pra gente é muito importante também.³⁹

³⁸ Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa a categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento. (BAVARESCO E MENEZES, 2014, p. 25)

³⁹ Transcrição da entrevista realizada com a liderança indígena em Março de 2022 pelo *Google Meet*.

Apesar do Povo Mura ainda não ter construído um PGTA para o seu território, uma das ações em busca de desenvolver uma estratégia de gestão territorial e ambiental foi a criação do Projeto de Ecoturismo Jabuti. O projeto é uma iniciativa do Povo Mura, que começou a ser articulado em 2019 por meio da OLIMCV, está em fase de construção do plano de visitação conforme será estudado no item 3.2.2 dessa dissertação.

É importante dizer que a PNGATI no 5º eixo “Uso Sustentável de Recursos Naturais e Iniciativas Produtivas Indígenas” dispõe sobre o incentivo e apoio de atividades como o turismo, desde que as atividades sejam assentadas na decisão dos povos indígenas por meio de consulta prévia e participação comunitária efetiva no planejamento e na gestão.

Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitando a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades. (POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS- PNGATI, decreto nº7.747, 5 de julho de 2012).

Tendo como objeto de estudo o processo de construção do projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, elaborado pelo Povo Mura do Careiro da Várzea, buscou-se identificar quais os principais atores envolvidos no processo de planejamento sendo indígenas ou não indígenas e os fatores que instigaram a busca do povo para estabelecer uma atividade econômica exógena.

3.2.1 Os projetos implementados pela OLIMCV

A dissertação se direcionou em analisar um dos projetos elaborados pela OLIMCV, o Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti. No entanto, como é um projeto novo que está em fase de construção, considerou-se importante trazer também os demais projetos que a associação elaborou até o momento, não sendo o objetivo aqui aprofundar a análise sobre eles, mas tendo em vista apresentá-los como ações de gestão territorial e ambiental consolidadas.

Durante a pesquisa foram encontrados **quatro** projetos elaborados pela associação, em parceria com demais agentes não indígenas. Sendo três já em desenvolvimento: o projeto de Manejo de Pesca em parceria com o município do Careiro da Várzea, com a Secretaria de Pesca e Aquicultura (SEPA) e a Fundação Estadual do Índio (FEI), o projeto de Agricultura Familiar em parceria com o Núcleo de Socioeconomia NUSEC/UFAM e o projeto Guardiões

da Floresta em parceria com o Fundo Casa. O projeto que ainda está em fase de construção e andamento é o projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, que foi elaborado pela OLIMCV e tem contado com a parceria do NEICAM/UEA.

a) Projeto de Manejo de Pesca

O projeto de manejo de pesca iniciou em 2020, é realizado nas aldeias Boa Vista e Jacaré. O objetivo do projeto conforme a fala da liderança H.Mura (2022) é desenvolver o manejo da pesca e legalizar a atividade para que os moradores das aldeias citadas possam vender o pescado.

A ideia do projeto é regularizar a pesca, para que os moradores possam manejar o pescado e tirar pro seu sustento, possam vender sem ter problemas com a fiscalização do IBAMA. A gente ta fazendo esse projeto em parceria com o município, com a SEPA que é a Secretaria de Pesca do Estado e a FEI". (H, MURA, 2022).

O projeto foi idealizado pela FEI, é coordenado pela OLIMCV, e conta com parceiros não indígenas sobretudo para auxiliar com as questões burocráticas da legalização ambiental. Hoje o projeto encontra-se em fase de regularização ambiental na Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA), o órgão ficou responsável por elaborar o decreto com as regras criadas pelos moradores das aldeias participantes.

O projeto também foi submetido para regularização junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para que após o período mínimo de três anos disposto pelo órgão, as vendas do pescado possam começar e beneficiar as famílias moradoras da TI Mura do Careiro da Várzea.

b) Projeto de Agricultura Familiar

O projeto de Agricultura Familiar ou Extensão Rural como é chamado pelo Povo Mura, começou em 2019 por meio do curso de agricultura orgânica realizado pela OLIMCV em parceria com Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/UFAM). O principal objetivo da criação do projeto é buscar uma forma de comercializar seus produtos produzidos nas aldeias.

Segundo relato de uma liderança indígena durante a oficina realizada pela OLIMCV em parceria com o NEICAM/UEA em Outubro 2021, a primeira tentativa de efetivar o projeto foi estabelecer uma parceria com a instituição que auxiliou no processo de construção do protocolo de consulta. No entanto, a parceria não deu certo, pois os indígenas relataram a

falta de transparência sobre o repasse dos recursos financeiros de outro projeto desenvolvido em conjunto com a instituição, o “Projeto Guardiões da Floresta ou Projeto de Vigilância Ambiental”.

A primeira parceria que a gente procurou foi o Instituto Pacto Amazônico que foi a instituição que nos auxiliou durante a construção do protocolo de consulta, só que depois quando a gente foi tentar falar sobre um projeto que é o Guardião da Floresta, que a gente iniciou com ele, não deu muito certo porque eles até hoje não repassaram todo recurso pra gente, sumiram, deram uma desculpa dizendo que a ata estava vencida e que o dinheiro estava preso na conta jurídica, só sei que ficou pra lá vinte e oito mil reais. (H, MURA, 2021).

Diante da dificuldade encontrada pelas lideranças, em gerir o recurso financeiro conquistado nos editais submetidos e por objetivar a dar continuidade ao projeto Guardiões da Floresta, a OLIMCV por meio de rede de contatos com não indígenas chegou até o Instituto Acariquara.

O instituto é uma organização formada por pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) que presta serviços socioambientais sem fins lucrativos.

O Instituto Acariquara oferece a parceria na gestão do recurso, mas todo o projeto teria que ser coordenado por nós. Toda vez que a gente faz uma solicitação dessa, eles mandam o documento, a gente assina pedindo que faça aquela compra, apresentam a nota fiscal, bem legal e organizado, gostei muito de trabalhar com eles. (H, MURA, 2021).

Conforme salientou H. Mura (2021), o Instituto Acariquara se tornou um parceiro da OLIMCV que auxilia na gestão dos recursos financeiros, mas todas as ações são submetidas, dirigidas e realizadas pelo Povo Mura.

Na época convidamos o pessoal do Instituto Acariquara para dar o suporte técnico na formação agrícola, como melhorar a plantação, a forma de cultivo a produção orgânica. Porque sempre foi orgânica. Porque a gente gostaria de ter no nosso produto um certificado, um selo para a comercialização. Então o NUSEC foi parceiro na assessoria técnica.

A figura (27) mostra a reunião feita com outros agentes indígenas e com o NUSEC/UFAM para a participação do povo Mura na feira de agricultura familiar realizada na UFAM em 2021.

Figura 27. Reunião da Feira de Agricultura Familiar realizada da Universidade Federal do Amazonas (AGROUFAM)



Fonte: NUSEC/UFAM (2021)

Conforme a informação publicada no portal da UFAM⁴⁰, por Pereira (2021), pesquisador do NUSEC/UFAM, “Identificamos que a agricultura Mura é de base agroecológica, com alguns pontos a serem melhorados. Nosso papel tem sido traduzir conceitos da agricultura sustentável, valorizar práticas tradicionais de produção e aprimorar mecanismos de controle social”. Vê-se na prática um exemplo do que apregoa Cunha e Almeida (2019) sobre o uso dos conhecimentos científicos e tradicionais para a construção de projetos e políticas públicas mais simétricas, que incentivem as atividades rurais.

Como principais resultados até o momento, tem-se que o projeto iniciou com a inclusão da aldeia Mura Tukumã e hoje já proporcionou assessoria técnica e treinamento para moradores da aldeia Sissayma. Por meio do projeto o Povo Mura tem conseguido escoar seus produtos agrícolas na AGROUFAM. Considera-se que a pandemia da Covid-19 impactou negativamente durante os anos de 2020 e 2021, porque não foi possível realizar as edições da feira, no entanto há boas expectativas por parte das lideranças para o ano de 2022.

c) O Projeto Guardiões da Floresta ou de Vigilância Ambiental

O Projeto Guardiões da Floresta ou de Vigilância Ambiental conforme denominado pelo povo Mura, é desenvolvido pelos próprios moradores da TI Mura do Careiro da Várzea e

⁴⁰ Informação disponível em: <https://www.ufam.edu.br/ultimas-noticias/2906-agricultura-indigena-do-povo-mura-do-careiro-da-varzea-agona-vai-ser-organica.html>. Acesso em 11/02/2022.

tem o objetivo de fiscalizar ações ilegais de indígenas e não indígenas dentro do território, para conter o desmatamento, extração de madeira ilegal, pesca ilegal, poluição do rio, dentre outras atividades impactantes, como destaca uma liderança.

É mais concentrado nas aldeias Jabuti, Sissayma, Jacaré e Boa Vista (onde é realizado o manejo de pesca). Esse é o único projeto que a gente tem um recurso, que a gente realiza em parceria com o Fundo Casa. A gente conseguiu esse projeto através da Enimar Krenak que é filha do Ailton, numa das viagens que fiz para Brasília acabei conhecendo ela, e falei dessa nossa preocupação com o meio ambiente e os conflitos que a gente enfrenta, ela se colocou muito a disposição. E quando foi em junho de 2020, infelizmente no pico da pandemia, houve muita invasão de madeireiro de fazendeiro, e foi quando eu entrei em contato com ela, ela me mandou o edital, eu elaborei o projeto, e a gente fez a primeira versão em 2020. E nos já estamos na terceira versão do projeto Guardiões da Floresta, e graças a Deus tem dado certo. Com o recurso do projeto, que não é muito né, mas a gente tem conseguido dar o suporte com gasolina, a gente conseguiu algumas embarcações, equipamentos, lanternas, binóculos, rádios de comunicação, antenas de comunicação, compramos motores de rabeta, pra ajudar nesse trabalho de vigilância. (H, MURA, 2022).⁴¹

O projeto iniciou por meio de parceria com o Fundo Casa Socioambiental, é o **único projeto com financiamento**, conta com uma estrutura física de uma base flutuante para a fiscalização, onde os indígenas atuam como fiscais ambientais em regime de escala. Conforme os relatos dos moradores das aldeias Sissayma e Jabuti os indígenas fazem um rodízio de quatro em quatro pessoas. A única comunidade que tem uma base física flutuante para receber os fiscais, é a aldeia Sissayma. “O flutuante é exclusivo do Sissayma, inclusive nós estamos trabalhando pra montar uma outra base flutuante lá na aldeia Jacaré e outra no Boa Vista, porque a agente viu que há essa necessidade”. (H. MURA, 2022). O projeto em Janeiro de 2022 está na terceira versão, e a OLIMCV está elaborando o relatório de prestação de contas das ações realizadas com o recurso recebido.

Durante a 4ª oficina sobre a IN/03 da FUNAI realizada pela OLIMCV em parceria com o NEICAM/UEA, por meio da observação participante foi possível ouvir relatos dos moradores das aldeias Sissayma e Jabuti afirmando que durante o início da pandemia da Covid-19 os indígenas criaram barreiras para conter a entrada de não indígenas dentro do território, tendo em vista evitar o contágio pelo vírus, mas o controle foi difícil porque alguns indígenas precisavam sair em busca de receber seus benefícios sociais. Como consequência desse fator, houve alguns casos de contaminação. Por meio do exposto, conclui-se que as ações de vigilância realizadas pelo povo Mura não objetivam apenas resguardar os recursos não-humanos tais como os rios, a floresta, mas incluem a vida humana indígena.

⁴¹ Informação transcrita da entrevista realizada pelo *Google Meet* em Janeiro de 2022.

3.2.2 O projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti

A ideia de estruturar um projeto de turismo comunitário dentro da TI Mura do Careiro da Várzea começou a ser planejada em 2019, segundo os relatos dos moradores e das lideranças que participaram da criação do projeto. Essas informações também foram acessadas por meio das atas das reuniões disponibilizadas pela OLIMCV, para a realização da pesquisa e das entrevistas realizadas em janeiro de 2022, pela plataforma *Google Meet*.

Os motivos que levaram o povo Mura a buscar o turismo como uma das alternativas no processo de gestão territorial e ambiental, além de alternativa de renda, se deve ao fato de que os moradores perceberam que o desmatamento estava tendo uma grande proporção dentro do território, conforme pode ser visto no relato de uma das lideranças ouvidas na pesquisa de campo. Segundo sua percepção “o pior” é que havia participações de indígenas nessas ações. A liderança indígena relatou conflitos internos, causados pelo assédio dos não indígenas, que invadem o território para a derrubada de madeira ilegal, como também para realizar atividades de pesca esportiva ilegais.

Muitos dos indígenas ouvidos relataram o mesmo problema, conforme H. Mura (2022), os indígenas estavam sendo assediados pelos madeireiros para realizar o corte de madeira principalmente da castanheira (*Bertholletia excelsa*), como foi relatado no item 2.3 e pode ser reiterado na fala a seguir.

Os próprios parentes estavam andando junto com os fazendeiros, desmatando a própria terra indígena e isso tornou-se pra nós uma grande preocupação. E a gente percebeu também que ao nosso redor cresceu muito essa questão de pousadas de turismo, entendeu? E a gente sabe que no nosso território existe essa vantagem pro turismo ecológico”. E a gente começou a ter esse pensamento né, como você vai chegar com um parente e dizer pra ele parar de desmatar que aquilo é crime e ele não deve fazer, porque uma vez que o parente já ta desacostumado, já perdeu a prática de plantar roça, já perdeu a prática de pescar e que achou um meio mais viável e até mais fácil de ganhar recurso, serrando madeira. E aí você fica imaginando mil coisas e tentando buscar uma alternativa pra isso. Então a gente percebeu que se a gente pensasse numa proposta de fazer turismo com a terra indígena, mas no sentido de preservar a natureza e manter a natureza intacta, mas ter um retorno financeiro para essas famílias. Porque eles vão parar a prática de derrubar madeira, mas aí você tem que apresentar uma contra proposta pra eles. E a gente viu o turismo como essa alternativa. (H.MURA, 2022).⁴²

Conforme a lideranças citadas, os membros da associação se reuniram para discutir sobre a ideia de desenvolver o turismo ecológico dentro do território visando minimizar os efeitos do desmatamento e propiciar uma possível alternativa econômica. Como

⁴² Informações retiradas das entrevistas virtuais realizadas pela pesquisadora em 28/01/2022.

encaminhamentos das reuniões realizadas, as lideranças começaram a pesquisar sobre projetos de turismo. H. Mura (2022) “Uma vez eu vi o Marivelton Baré fazendo uma apresentação na Amazonastur, e aquilo me chamou muita atenção. Outra vez eu participei de uma apresentação da FEI. A gente discutiu entre as lideranças”.⁴³

A partir das informações ouvidas na pesquisa e correlacionando com os estudos de Maldonado (2009); Silva (2010) e Moraes (2018), teóricos que analisam o surgimento da categoria turismo de base comunitária (TBC) e suas controvérsias e conflitos de interesses, podemos inferir que a chegada do turismo em terras indígenas, caso não seja bem planejada e instrumentalizada, pode causar vários impactos negativos, sobretudo para a cultura e o meio ambiente. Conforme assinala Maldonado (2009, p.30), “o TBC se baseia na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos”.

É com o objetivo de regulamentar o TBC dentro do território Mura, garantindo a autonomia da OLIMCV e a participação efetiva dos moradores na gestão conforme orienta a FUNAI por meio da IN 03/2015, que as lideranças buscaram construir uma rede sociotécnica composta por agentes indígenas e não indígenas, na tentativa de viabilizar a execução do projeto. Latour (2012) define a rede sociotécnica como um conjunto heterogêneo de agentes humanos e não humanos alinhados em torno de objetivo em comum. A rede segundo o autor, apesar de buscar um objetivo em comum é composta de controvérsias e requer movimento “se o social permanece estável e consegue justificar um estado de coisas, não é a ANT” (LATOURE, 2012, p. 30). O que significa que existem os conflitos para que atividade seja de fato regulamentada dentro do território, esses conflitos só são possíveis de serem descritos alimentando-se do contexto social enfrentado pelo povo Mura e por meio do levantamento de informações sobre o processo de construção do plano de visitação.

Com base nessa perspectiva a teoria ator rede foi adotada na pesquisa tendo em vista analisar quais os papéis dos sujeitos humanos e não humanos envolvidos na rede e quais os principais objetivos propostos. Moraes (2018) afirma que um dos principais motivos encontrados para a construção de uma rede de TBC é a comercialização de um destino.

A construção de redes nas iniciativas de TBC, se configura como um movimento de articulação de ações direcionadas, sobretudo, à comercialização no mercado de viagens e turismo, ao intercâmbio e ao compartilhamento de informações, à gestão e à operacionalização de empreendimentos, à influência em políticas públicas e ao

⁴³ Informações retiradas das entrevistas virtuais realizadas pela pesquisadora em 28/01/2022.

fortalecimento de capacidades locais e de mobilização social, realizando alianças em escala local, nacional e internacional. (MORAES et al. 2018, p.249)

No entanto viu-se que a rede sociotécnica do povo Mura centra-se em discutir todas as questões referentes à preservação e conservação do território, tendo o turismo como uma alternativa, e não como umas das principais ações da associação.

É importante deixar claro que o projeto é uma iniciativa do Povo Mura, que tem buscado apoio de outros agentes indígenas e não indígenas. O projeto de turismo tornou-se uma das ações prioritárias da OLIMCV em 2019. O primeiro contato em busca de uma instituição parceira não indígena, segundo a liderança Mura, foi com a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR). “Quando a gente foi pra uma reunião e primeira visita técnica a representante da Amazonastur condenou tudo, falou que ali não tinha estrutura e que não é isso que o turista quer, ela botou bem pra baixo”. (H. MURA, 2022).⁴⁴ Vê-se na prática uma das controvérsias apontadas por Latour (2012), na construção de uma rede, de um lado está o povo Mura em busca de seguir os direcionamentos da FUNAI para a construção do plano de visitação, e do outro a AMAZONASTUR como um agente estatal responsável por incentivar iniciativas de turismo, mas que se mostra pouco acessível a um diálogo simétrico, aberto as especificidades culturais conforme pressupõe o processo de construção do Plano de Visitação.

Segundo a liderança nesse primeiro momento de articulação, outros agentes não indígenas demonstraram interesse em colaborar com o desenvolvimento do projeto e ofertaram a estrutura logística para a realização da primeira oficina. “Além da Amazonastur, entraram como parceiros a prefeitura do município de Careiro da Várzea, a Secretaria de Cultura e Turismo, as quais tinham muito interesse, inclusive a prefeitura colocou a disposição a estrutura logística, uma lancha pra gente realizar as oficinas”. (H.MURA, 2022).⁴⁵

Atualmente o projeto está em andamento e se encontra na fase de construção do plano de visitação para fins turísticos conforme obrigatoriedade disposta no artigo 5º da IN 03/2015, p.2.

As atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas serão propostas mediante Plano de Visitação, apresentado por indígenas, suas comunidades ou suas organizações, denominados para fins dessa Instrução Normativa como proponentes, contendo: objetivos e justificativas da proposta de visitação; público alvo; frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas [...].

⁴⁴ Informações retiradas das entrevistas virtuais realizadas pela pesquisadora em 28/01/2022.

⁴⁵ Informações retiradas das entrevistas virtuais realizadas pela pesquisadora em 28/01/2022.

Quanto às atividades que foram realizadas até o momento, existe uma linha cronológica entre o período antes da Pandemia da Covi-19, e a retomada das atividades pós-período de surto pandêmico no Estado do Amazonas. Neste sentido, é necessário problematizar os dois cenários que fazem parte do processo. De janeiro de 2019, até o presente momento, fevereiro de 2022, foram realizadas pela OLIMCV, quatro (4) oficinas para a construção do plano de visitação, conforme pode ser visto no quadro (8) a seguir.

Quadro 8- OFICINAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DA TI MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA			
OFICINAS	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
1ª Oficina	30 e 31 julho/2019.	aldeia Jabuti.	Participantes: representantes da Prefeitura e Secretaria de Turismo do Município de Careiro da Várzea, representantes da Amazonastur, representantes das dez aldeias da TI Mura do Careiro da Várzea, a saber: Bom Futuro, Gavião, Jabuti, Jacaré, Jutai, Mura Tucumã, Mutukinha, Ponciano, Santo Antônio e Sissayma.
2ª Oficina	12 e 13 setembro/2019.	aldeia Jabuti.	Participantes: moradores e lideranças de seis aldeias da TI Mura do Careiro da Várzea: Boa Vista, Bom Futuro, Jabuti, Gavião, Ponciano, Santo Antônio. E representantes da Prefeitura do Município do Careiro da Várzea, Secretaria de Turismo do Município de Careiro da Várzea, Amazonastur, NEICAM/UEA e FEI.
3ª Oficina	22 e 23 novembro/2019	aldeia Sissayma	Participantes: representantes das aldeias Sissayma, Jabuti, Gavião, Santo Antônio e representantes da Secretaria de Turismo do Município do Careiro da Várzea, Amazonastur e pesquisadoras do NEICAM/UEA.
4ª Oficina	14 à 16 outubro/2021.	aldeia Sissayma.	Participantes: 14 moradores das aldeias Jabuti, Sissayma e Jacaré, duas lideranças, tuxauas das aldeias Jabuti e Sissayma. Um representante do governo por meio da (FEI), que é indígena e atualmente ocupa o cargo de chefe do departamento de desenvolvimento sustentável e (3) pesquisadoras do (NEICAM/UEA).

Fonte: NEICAM/UEA (2022)

A fase inicial para a construção do Plano de Visitação, segundo dados fornecidos pela OLIMCV por meio de fonte documental e pelas entrevistas virtuais, foi a realização da visita técnica e 1ª Oficina sobre o processo de construção do Plano de Visitação em julho de 2019 na aldeia Jabuti. Estiveram presentes indígenas e não indígenas tais como representantes da Prefeitura e Secretaria de Turismo do Município de Careiro da Várzea, representantes da Amazonastur.

A oficina iniciou no dia 30 de julho do corrente ano, iniciamos com a presença das autoridades do município de Careiro da Várzea, o prefeito Ramiro Gonçalves de Araújo, Secretária de Educação Eliene Almeida de Araújo, Coordenador de Educação Escolar Indígena Edinaldo Ferreira do Nascimento, Secretário de Turismo Vivaldo Silva dos Santos, Ouvidor da Prefeitura Jaques, Assessores do Departamento Técnico da Fundação Estadual do Índio – FEI Alex Ximango e Herton Mura que foram convidados pelas lideranças indígenas por meio da Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea – OLIMCV, para participar da abertura da I oficina de Turismo de Base Comunitária e de uma breve reunião com as lideranças indígenas Mura de 10 aldeias de Careiro da Várzea. (1ª ATA DA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS DE CAREIRO DA VÁRZEA, OLIMCV, 2019, p.1).

As figuras (28) e (29), disponibilizadas pela OLIMCV mostram os agentes não indígenas que participaram da primeira oficina.

Figura 28. Agentes não indígenas que participaram da 1ª Oficina de Construção do Plano de Visitação



Fonte: OLIMCV (2019)

Figura 29. Agentes não indígenas



Fonte: OLIMCV (2019)

Como participantes indígenas, estiveram presentes representantes das dez aldeias como pode ser visualizado nas figuras (30), (31) e (32), a saber: Bom Futuro, Gavião, Jabuti, Jacaré, Jutaí, Mura Tucumã, Mutukinha, Ponciano, Santo Antônio e Sissayma. Conforme relatos das lideranças Mura, participaram da oficina representantes de todas as aldeias Mura do Careiro da Várzea, porque na época existiam apenas dez aldeias declaradas dentro do território. A oficina teve a duração de dois dias 30 e 31 de julho de 2019.

Figura 30. Participantes indígenas e não indígenas



Fonte: OLIMCV (2019)

Figura 31. Moradores das 10 aldeias Mura do Careiro da Várzea



Fonte: OLIMCV (2019)

Figura 32. Moradores da TI Mura do Careiro da Várzea



Fonte: OLIMCV (2019)

A oficina teve como objetivo reunir os indígenas e não indígenas parceiros do projeto, para apresentar e discutirem sobre a elaboração do Plano de Visitação, tirar dúvidas sobre a IN 03/2015 da FUNAI que regulamenta as atividades de turismo dentro das TIs.

Primeiro foi feita uma leitura coletiva da Instrução Normativa (IN nº 03 de 2015/FUNAI) da FUNAI sobre turismo em Terras Indígenas e depois foram divididos em grupos para cada grupo ler dialogar entre si os critérios e normativas da FUNAI. Neste momento a Assessoria Técnica da FEI e mais os Secretários de Turismo e de Cultura foram os orientadores dos grupos formados, durante o trabalho em grupo houve vários questionamento dos indígenas sobre o plano de visitação. 17h foi encerrada a oficina, demos uma pausa para o banho e depois de todos terem jantado retornamos 19h, onde socializamos com todos os presentes alguns exemplos de Turismo de Base Comunitária, um dos exemplos foi o turismo de pesca esportiva desenvolvido no Rio Marié, no Alto Rio Negro. Depois continuamos com a exposição do vídeo do Festival Indígena Mura de Careiro da Várzea sugerido como um dos potenciais para o turismo nas aldeias Mura, depois de vários comentários entre a equipe técnica e os indígenas, demos por encerrada o primeiro dia da oficina as 21h da noite do dia 30/07/2019. (1º ATA DA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS DE CAREIRO DA VÁRZEA, OLIMCV, 2019, p.1).

Durante o segundo dia da oficina, foram definidos alguns pressupostos dispostos na IN/03 de 2015, para a construção do Plano de Visitação tais como, objetivo geral, justificativa, público alvo, além de um plano de negócios simplificado objetivando estudar a viabilidade econômica da atividade proposta. Como encaminhamentos da primeira oficina pra a construção do plano de visitação, os indígenas construíram o escopo do projeto, e propuseram buscar outros parceiros além da Amazonastur. A figura (33) mostra a primeira versão do projeto, que começou a ser desenhado em julho de 2019, na primeira oficina de construção do Plano de Visitação das aldeias de Careiro da Várzea.

Figura 33. Primeira versão do Projeto de Turismo Comunitário do Povo Mura do Careiro da Várzea



Fonte: OLIMCV (2019)

Após um diálogo entre uma rede de contatos em comum, por meio dos assessores Alex Ximango e Herton Mura lotados no Departamento Técnico da Fundação Estadual do Índio (FEI), a OLIMCV estabeleceu o primeiro contato com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM/UEA), conforme pode ser visualizado na figura (34). “As oficinas sobre a instrução normativa 03, veio trazer esse norte para o projeto, porque a gente queria fazer, mas não sabia quando e nem como”.⁴⁶ A liderança afirmou na entrevista, que a OLIMCV buscou o NEICAM/UEA devido as linhas de pesquisa e experiência do grupo com estudos sobre o turismo em terras indígenas. A partir do diálogo com o NEICAM/UEA, foi articulada e planejada a segunda oficina para a construção do plano de visitação das aldeias Mura de Careiro da Várzea.

⁴⁶ H.Mura (2022) informação verbal retirada das transcrições de entrevistas feitas pela pesquisadora em Janeiro de 2022.

Figura 34. Equipe da FEI e do NEICAM



Fonte: OLIMCV (2019)

A 2º Oficina foi realizada em setembro de 2019, na aldeia Jabuti. A oficina teve como objetivo geral dar continuidade às discussões sobre a elaboração do Plano de Visitação e propiciar um debate dirigido pela Amazonastur, como mediadora no processo de construção do plano. Durante o evento o grupo de pesquisa NEICAM/UEA realizou a sua primeira visita técnica, para ouvir e conhecer a proposta de trabalho do Povo Mura por meio da OLIMCV.

A oficina iniciou no dia 12 de setembro de 2019, na aldeia Jabuti, às 13 horas da tarde, no Centro Cultural Pedro Francisco. Estiveram presentes lideranças indígenas das aldeias Boa Vista Marclivania Mendes, Bom Futuro Socorro Nascimento, Edite Nascimento, Aldeia Jabuti Luciano Oliveira, Ana Cláudia, Alessandra Cordeiro, Joel Castro e Josué Castro, Aldeia Gavião Luziane Santos e Luziete Amorim, Ponciano Joel Rodrigues, Aldeia Santo Antonio Elzilange Souza, Jaime Figueiredo e Matuzalem Dias. Também participaram da oficina a equipe técnica e parceiros Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea Vivaldo Silva e Reginaldo, AmazonasTur Lorena Regina, UEA Jocilene Gomes e Kátiuscia da Silva, FEI Herton Mura. (ATA DA 2º OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS DE CAREIRO DA VÁRZEA, OLIMCV, 2019, p.1).

Os temas abordados foram a IN 03/2015 da FUNAI e as diferentes categorias de turismo elencadas pelo Ministério do Turismo (MTUr), tendo em vista esclarecer as possíveis dúvidas que os moradores pudessem ter sobre o turismo e a legislação que regulamenta a atividade em terras indígenas, ao final do evento definir coletivamente qual tipo de turismo o povo Mura desejava desenvolver em seu território.

Estiveram presentes como indígenas os moradores e lideranças de seis aldeias (Boa Vista, Bom Futuro, Jabuti, Gavião, Ponciano, Santo Antônio). E como não indígenas representantes da Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea, Secretaria de Turismo do

Município de Careiro da Várzea, Amazonastur, NEICAM/UEA e FEI. As figuras (35) e (36) mostram as lideranças presentes e os mediadores não indígenas que participaram.

Figura 35. Abertura do evento com a fala do tuxaua da aldeia Jabuti L. Mura



Fonte: OLIMCV (2019)

Figura 36. Agentes não indígenas da 2ª oficina



Fonte: OLIMCV (2019)

Para a realização das atividades propostas foram utilizados dois dias (12 e 13 de setembro/2019). A metodologia utilizada foi a participativa, tendo como instrumentos metodológicos a Roda de Conversa e a apresentação em *power point* sobre os diferentes tipos de turismo.

Em seguida iniciamos uma atividade onde a professora Jocilene juntamente com os demais membros da equipe técnica lançaram perguntas sobre: O que os indígenas entendem sobre Turismo? Como foi a participação das lideranças das aldeias nas oficinas anteriores? Neste momento os participantes iniciaram um bate papo entre eles conduzindo o tema da conversa de acordo com as perguntas lançadas pela equipe técnica. Várias pessoas falaram de suas expectativas sobre o turismo em terras indígenas. Disseram o que é possível oferecer aos turistas durante as

atividades de visitação nas aldeias de Careiro da Várzea. Continuando as atividades da oficina foi realizada uma leitura coletiva da minuta do plano de visitação elaborado na oficina realizada anteriormente nos dias 30 e 31 de julho. A leitura iniciou com o Assessor Técnico da FEI e depois outros participantes conduziram a leitura de forma coletiva com a participação de todos os presentes. Durante a leitura a equipe técnica direcionava perguntas aos participantes sobre o processo de construção do plano de visitação, principalmente com aqueles que estão participando desde o início do processo de construção. Em seguida fizemos uma avaliação da proposta do plano de visitação elaborado na oficina anterior, depois da avaliação, às 17 horas da tarde encerramos as atividades do dia. (ATA DA 2º OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS DE CAREIRO DA VÁRZEA, OLIMCV, 2019, p.2).

Ao término do segundo dia de oficina, como encaminhamentos foi decidido por meio de votação entre os participantes, qual tipo de turismo o povo Mura iria escolher para desenvolver em seus territórios e quais atrativos as aldeias iriam ofertar. O povo Mura escolheu a categoria Ecoturismo para ser desenvolvida em seus territórios.

E por unanimidade ficou definido que as aldeias de Careiro da Várzea irão realizar em dois momentos na várzea e na terra firme o Ecoturismo. Depois destas atividades foi realizado um trabalho em grupo onde todos os presentes elaboraram desenhos e descreveram detalhes de cada ação; caminhada na trilha ecológica, focagem de jacaré, observação de pássaros e alguns animais localizados nas aldeias. **Um dos temas durante a conversa que mais chamou a atenção e também gerou conflitos de opiniões entre os participantes foi a pesca esportiva**, mas no final todos entraram em consenso que neste primeiro momento o objetivo é concentrar nos espaços ecológicos voltado para o Ecoturismo. (ATA DA 2º OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS DE CAREIRO DA VÁRZEA, OLIMCV, 2019, p.3, grifo do autor).

Nota-se, conforme grifo em destaque na citação, que em 2019 já ocorriam divergências de opiniões entre os moradores da TI Mura do Careiro da Várzea sobre autorização das atividades de turismo de pesca esportiva realizadas por não indígenas. As figuras (37) e (38), mostram os representantes indígenas e não indígenas que participaram da 2ºOficina e o encerramento do evento.

Figura 37. Roda de Conversa



Figura 38. Encerramento da II Oficina



Fonte: OLIMCV (2019)

A 3ª Oficina para construção do Plano de Visitação conforme orienta a IN 03/2015 da FUNAI, foi realizada nos dias 22 e 23 de novembro/2019, na aldeia Sissayma. O objetivo do evento foi dar continuidade ao processo de elaboração do plano de visitação. A oficina seguiu a metodologia participativa, com base nas discussões e encaminhamentos feitos no 1º e 2º dia de oficina, realizadas na TI Mura do Careiro da Várzea.

O plano de trabalho foi organizado em dois dias, para que no primeiro fossem revisadas as atividades feitas na oficina anterior e discutida a IN 03/2015 da FUNAI. No término do segundo dia de oficina como encaminhamentos, foram elaborados pelos moradores quatro roteiros turísticos (provisórios) para serem debatidos quanto a viabilidade dos custos, a logística, dentre outros aspectos.

Como participantes estiveram indígenas das aldeias: Sissayma, Jabuti, Gavião, Santo Antônio e como não indígenas estiveram, representantes da Secretaria de Turismo do Município do Careiro da Várzea, Amazonastur e pesquisadoras do NEICAM/UEA, conforme mostram as figuras (39), (40) e (41).

Figuras 39 e 40. Os grupos discutindo quais ofertas turísticas as aldeias poderiam oferecer



NEICAM/UEA (2019)

Figura 41. Elaboração e discussão dos roteiros



NEICAM/UEA (2019)

De acordo com o planejamento elaborado pela OLIMCV, a próxima oficina para construção do plano de visitação estava prevista para o ano seguinte (2020), no entanto as atividades foram totalmente paralisadas devido o surto da Pandemia do Covid-19⁴⁷ que assolou o mundo inteiro. Os indígenas, assim como os não indígenas passaram a adotar medidas de segurança e distanciamento social, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁴⁷ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. No dia 11 de março de 2020, a OMS declarou que o COVID-19 pode ser caracterizada como uma pandemia. Lembrando que o alerta de surto foi relatado pela primeira vez em Wuhan, China, em 31 de dezembro de 2019, e se tornou uma crise de saúde pública. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/u6200/institucional_folheto_coronavirus.pdf. Acesso em 11/01/2022.

Em 2021 as atividades da OLIMCV foram retornando, após o avanço da vacinação contra a Covid-19.⁴⁸ E então em Outubro de 2021, foi autorizada pela associação a retomada das ações para elaboração do plano de visitação.

A 4ª oficina teve como tema a Instrução Normativa 03 da FUNAI, objetivando dar continuidade a construção do plano de visitação. Foi realizada nos dias 14 a 16 de outubro 2021 na aldeia Sissayma. É importante ressaltar que durante a oficina utilizou-se um dos procedimentos metodológicos para a pesquisa de campo e escrita desse trabalho, que foi a observação participante. Como indígenas tivemos 14 participantes, sendo moradores das aldeias Jabuti, Sissayma e Jacaré e duas lideranças, tuxauas das aldeias Jabuti e Sissayma. Um (1) representante do governo por meio da (FEI) que é indígena e atualmente ocupa o cargo de chefe do Departamento de Desenvolvimento Sustentável. Como não indígenas estiveram três pesquisadoras do (NEICAM/UEA).

Figura 42. Equipe do NEICAM e representante da FEI Figura43. Participantes da 4ª oficina



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

A oficina foi dividida em dois dias 14 e 15/10/2021 nos horários matutino e vespertino, para apresentação da IN 03 DA FUNAI, debates sobre as categorias de turismo, rodas de conversa e análise dos roteiros turísticos elaborados pelos moradores.

⁴⁸ O Ministério da Saúde confirmou nesta terça-feira (19) a entrega de 6 milhões de doses da CoronaVac para todos os estados e o Distrito Federal. A vacinação já começou em quase todo país. A vacinação teve início pelos grupos prioritários da chamada fase 1: trabalhadores de saúde, pessoas institucionalizadas (que residem em asilos) com 60 anos de idade ou mais, pessoas institucionalizadas com deficiência e população indígena aldeada. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/vacinacao-contr-a-covid-19-ja-teve-inicio-em-quase-todo-o-pais>. Acesso em 08/02/2022.

No primeiro encontro no turno matutino, foi retomada a discussão sobre as atividades feitas na 3ª oficina realizada em 2019. Em seguida abrimos a roda de apresentação dos integrantes do NEICAM/UEA, e dos indígenas, onde todos puderam falar seus nomes e quais aldeias fazem parte, além de expor suas expectativas para a Oficina.

Após a apresentação, foi retomada a discussão sobre o turismo com as perguntas iniciais: O turismo ainda é importante para nós? Por que o turismo é importante para a minha comunidade? Nesse momento todos os participantes puderam expor suas opiniões sobre o projeto de turismo e foram contextualizados alguns motivos pelos quais o povo indígena Mura do Careiro da Várzea deseja desenvolver o ecoturismo em seus territórios. A seguir elaborei por meio da transcrição dos relatos, quais são os principais motivos que instigaram o Povo Mura a criar o Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti. As falas de 1 a 4 referem-se a relatos de alguns moradores das aldeias Jabuti e Sissayma.

Fala 1. “Queremos o turismo **legalizado**”. (O. MURA, 2021, grifo do autor).

Fala 2. “A aldeia diz que é bom”. (Z. MURA, 2021).

Fala 3. “Ecoturismo que a gente pensamos aqui envolve todas as aldeias. Se a gente tiver um recurso para **diminuir o desmatamento**, pensando em todas as famílias”. (J. MURA, 2021, grifo do autor).

Fala 4. “A terra é grande é difícil monitorar. Gostamos do projeto, hoje nós luta em uma linguagem só que queremos o turismo”. (E. MURA, 2021).

As falas 5 e 6 referem-se a relatos de duas lideranças que fazem parte da OLIMCV.

Fala 5. “Não foi uma ideia do H. Mura. A partir de 2015 a TI Gavião pensou em construir um **projeto que mantenha a floresta em pé**. O projeto inicial era pra captar recurso, um plano emergencial sobretudo para conter o desmatamento”. Liderança indígena e atual chefe do departamento sustentável da FEI. (H.MURA, 2021, grifo do autor).

Fala 6. A gente sabe né, que não é só o turismo, tem muitas coisas aqui para construir. A gente sabe que no nosso território a gente não quer apenas trabalhar o turismo, mas sim reforçar a nossa agricultura familiar, reforçar a questão do manejo né, manejo do pirarucu, **reforçar a questão da vigilância ambiental**. Então assim são várias coisas né que são importantes, e que a gente realmente tem que colocar em pauta nas nossas aldeias, tem que colocar em pauta, em documento. (W. MURA, 2022, grifo do autor).

A partir dos relatos viu-se que um dos motivos em comum, encontrados em todas falas, é o intuito de desenvolver o ecoturismo dentro da TI Mura do Careiro da Várzea, como uma ferramenta de gestão ambiental para o território conforme dispõe o 5º eixo da PNGATI, para controlar sobretudo o desmatamento ilegal. Outro fator encontrado é o desejo de legalizar um projeto de turismo do Povo Mura, de modo que atividade ocorra de forma legal conforme orienta a IN 03/2015 da FUNAI e não como tem ocorrido de forma invasiva

causada pelos não indígenas. As falas dos indígenas encerraram a oficina durante o período da manhã.

No turno vespertino, conforme mostram as figuras (44) e (45), a oficina iniciou as 14h30m, com uma explanação sobre as categorias de “ecoturismo”, “etnoturismo” e “turismo de base comunitária” (TBC), além de dialogar sobre os diferentes “perfis de turistas”.

Figuras 44 e 45. Turno Vespertino da 4ª Oficina da OLIMCV



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

No segundo momento foi aberta a roda de conversa onde os participantes relataram os problemas atuais enfrentados, principalmente nas comunidades Gavião e Sissayma com a invasão do território por empresas do setor de turismo que ofertam a prática de turismo de pesca esportiva. Além do problema com o turismo, também foi citado um problema ambiental que é o descarte de lixo deixado pelos turistas dentro do rio Sissayma. No final da reunião foram levantadas algumas questões para serem refletidas e discutidas no dia seguinte: a) Qual o cenário desse conflito? b) Quantas pousadas existem? c) A entrada de turistas já existia antes da Pandemia?

A partir da roda de conversa foi possível identificar que o turismo ilegal tem sido um conflito em grande escala, enfrentado no cotidiano pelo povo Mura, porque conforme os relatos dos moradores, a quantidade de pousadas aumenta a cada ano, bem como os impactos ambientais causados aos rios e lagos.

Conforme os encaminhamentos da roda de conversa, a equipe do NEICAM/UEA precisou reestruturar as temáticas previstas para a apresentação e discussão no dia posterior, porque havia sido preparado um material sobre a IN 03/2015 da FUNAI, com o objetivo de continuar a escrita colaborativa do plano de visitação. No entanto, percebeu-se a partir do conflito relatado, que seria fundamental trazer a contextualização da Política Nacional de

Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) como instrumentos que podem subsidiar estratégias tanto econômicas como de proteção e conservação ambiental.

Um dos instrumentos chaves para o planejamento é o Plano de Gestão Territorial (ou Ambiental). O plano de gestão territorial tem uma clara dimensão normativa, já que é nesse plano onde o povo indígena estabelece as metas ambientais e econômicas a serem alcançadas pelas suas atividades de gestão. Isto, por sua vez, implica na construção de consensos sociais em torno da sua visão do futuro para a Terra Indígena, algo que, muitas vezes, é difícil de conseguir devido as divergências internas do grupo ou a indisposição por parte de certos membros do grupo em mudar seu comportamento ambiental (caça, pesca, etc.). (LITTLE, 2006, p. 32)

A partir da observação participante, as mediadoras do NEICAM/UEA reestruturaram o material de trabalho para o dia 15/10/2021 turno matutino. O turno iniciou com uma apresentação em *power point* sobre a PNGATI, OIT e IN 03 da FUNAI, as principais bases jurídicas que dizem respeito a atividades de gestão, consulta prévia e legalização do turismo em terras indígenas. O objetivo dessa etapa foi trazer questionamentos coletivos, sobre a importância da construção de um PGTA para a TI Mura do Careiro da Várzea, tendo o turismo como uma das estratégias e não como foco principal das discussões.

Durante a apresentação da pesquisadora do NEICAM/UEA, vários participantes expuseram suas opiniões e dúvidas. A partir dessas falas foi possível levantar informações sobre a quantidade de pousadas ilegais que atuam no território Mura e qual o segmento de turismo que é realizado de forma ilegal, nas comunidades Gavião e Sissayma. No relato dos indígenas dentre as principais denúncias, estiveram a entrada de armas de fogo, exploração de madeira, pesca ilegal e entrada de drogas.

Durante o turno vespertino do dia 15/10/2021 a oficina iniciou 14h30m. O momento foi destinado à discussão sobre os roteiros turísticos elaborados pelos indígenas na 3ª Oficina realizada em 2019. Os participantes foram divididos em dois grupos grandes e mediados pelas três pesquisadoras do NEICAM/UEA. Essa etapa teve o objetivo de estudar a viabilidade na execução dos roteiros tanto em questões logísticas, custos e operação.

Após a discussão em grupos distintos, foi aberta uma roda de conversa com todo o grupo, onde foram compartilhadas as opiniões positivas e negativas dos participantes sobre os roteiros turísticos elaborados anteriormente. Foram identificadas pelos indígenas muitas falhas quanto às questões logísticas, além disso, os indígenas voltaram a questionar qual perfil de turista as aldeias querem receber, dentre outras questões.

Como encaminhamentos da 4ª oficina, os indígenas das aldeias Jabuti e Sissayma ficaram responsáveis em compilar os quatro roteiros elaborados pelas equipes, em apenas um roteiro, para ser discutido e estudado na 5ª oficina. As figuras (46) e (47) mostram o encerramento do evento.

Figuras 46 e 47. Encerramento da 4ª Oficina



Fonte: NEICAM/UEA (2021)

A pesquisa de campo propiciou a compreensão sobre qual situação se encontra o projeto de Ecoturismo Jabuti na atualidade, e quais os fatores que instigaram a criação do projeto pelos moradores e pela OLIMCV.

Em março de 2022, o projeto está em fase de escrita do Plano de Visitação e articulação com instituições indígenas e não indígenas tais como a OLIMCV, FEI, NEICAM/UEA, Secretaria de Turismo do Município do Careiro da Várzea, Instituto Acariquara, seguindo as diretrizes da IN 03/2015 Art. 5º item 2.

Os proponentes poderão convidar parceiros públicos ou privados de seu interesse para a elaboração e execução dos Planos de Visitação, respeitada a autonomia e os direitos dos povos indígenas, considerando, ainda o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam e os recursos naturais nelas existentes.

E dentre os principais motivos que fizeram com que o povo buscasse elaborar o projeto conforme visualizado na fala dos indígenas, estão conter o desmatamento dentro do território, mitigar a poluição do rio Sissayma e diminuir a pesca esportiva excessiva, que afeta diretamente sua qualidade alimentar.

Além de propor o turismo como uma estratégia de gestão ambiental, o projeto tem como objetivo também oferecer uma alternativa de renda para os indígenas, bem como

construir uma estrutura física, que sirva ao mesmo tempo para receber os turistas e nos períodos com baixa ocupação sirva como escritório para a OLIMCV, conforme relatado pela liderança H. Mura em entrevista realizada pela pesquisadora em janeiro de 2022, através do *Google Meet*.

A gente tá com expectativa de continuar com as oficinas pra gente terminar pelo menos o plano de visitação, a gente tá dependendo na verdade da equipe do NEICAM mesmo, a gente tá com expectativa que a partir de março a gente continue, a gente sabe que depende muito da questão da pandemia, mas graças a Deus nas nossas aldeias o pessoal tá vacinado. Toda e qualquer mudança no projeto será discutida nas oficinas. (H. MURA, 2022).

Para o ano de 2022, a OLIMCV tem como meta finalizar o plano de visitação e dar continuidade com as oficinas. A 5ª oficina está agendada conforme o planejamento da associação, em articulação com o NEICAM/UEA, para os dias 18 e 19 de março/2022 e como encaminhamentos a serem discutidos, um deles é estudar a viabilidade do roteiro compilado pelos moradores. Entendeu-se a partir da pesquisa que o Povo Mura quer implementar o ecoturismo em seus territórios, de forma legalizada, conforme é uma diretriz da FUNAI e da PNGATI, para garantir a gestão comunitária da atividade e propiciar uma alternativa de renda.

Aplicando-se a TAR de Latour (2012), na análise dos dados levantados no terceiro capítulo, referente aos projetos criados pela OLIMCV, foi possível identificar como é formada a rede sociotécnica da TI Mura do Careiro da Várzea. Pode-se afirmar que essa rede vem se constituindo desde 2008, com a criação da OLIMCV, como uma associação que representasse estrategicamente todas as aldeias do território. É importante lembrar que, a priori, a associação era composta apenas de professores indígenas para discutirem sobre a Educação Escolar Indígena, contudo, como um dos objetivos principais das lideranças e dos moradores da TI é discutir e planejar ações estratégicas que se referem sobretudo a proteção e conservação ao território, ampliou-se as linhas de ações da OLIMCV para todos os moradores interessados em debater, elaborar projetos sobre todos os temas referentes ao território Mura.

Vê-se que o contexto social do povo Mura é indissociável de um agente definido por Latour como não-humano, que é o território.

As coisas é que fazem a rede entre humanos e não humanos, ela é necessária para que se possa estabelecer o relacionamento social, e por isso que ela é denominada de rede sociotécnica. Embora os quase objetos não tenham intencionalidade, eles agem, transformam e são, portanto, coparticipes das ações. (LATOURE, 2012, p. 109).

Todas as ações da rede sociotécnica do povo Mura se direcionam à defesa do território, autonomia e bem viver, buscando alternativas e mecanismos que subsidiem seus projetos. Em 2022 nota-se que a rede tem se consolidado de agentes humanos indígenas e não indígenas e de agentes não humanos. A mudança na estruturação da rede se deve ao fator da OLIMCV buscar parcerias externas para a efetivação dos seus projetos, a exemplo do projeto de turismo aqui estudado. A figura (48) exemplifica como está organizada a rede na atualidade.

Figura 48. Estrutura da rede sociotécnica da TI Mura do Careiro da Várzea



Fonte: Elaborado pela autora - 2022.

O povo Mura definiu em 2022 que iniciará a construção de um PGTA para o seu território, o que implica uma reestruturação da rede sociotécnica, em busca de órgãos responsáveis pela regularização ambiental. A partir da pesquisa foi possível entender que a rede Mura é recente e vem se instrumentalizando de forma administrativa e técnica de acordo com as demandas que surgem no território, seja por conflitos com não indígenas como é o caso da empresa Potássio do Brasil, ou também, por uma demanda dos indígenas a exemplo a criação da OLIMCV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objeto de estudo o processo de construção do Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, buscando responder de modo geral quais as motivações do Povo Mura para desenvolver o turismo em seus territórios e quais agentes indígenas ou não indígenas fazem parte das ações. Para que o objetivo geral fosse alcançado, a pesquisa adotou como base teórico-metodológica a Teoria Ator Rede (TAR), fundamentada em Latour (1994), também chamada de sociologia das associações, que foi desenvolvida a partir de meados da década de 1980, no âmbito dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, por um grupo de investigadores dentre os quais se destacam Bruno Latour, John Law, e Michel Callon.

O propósito do uso da TAR na pesquisa foi entender como é composta a rede sociotécnica do Povo Mura, por meio de sua associação OLIMCV para a efetivação de seus projetos, dentre eles o Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti. Com base na (TAR), entendeu-se que a rede sociotécnica do Povo Mura do Careiro da Várzea é constituída de indígenas, segundo seu próprio reconhecimento, e não indígenas tais como os órgãos parceiros encontrados na pesquisa, a saber: NEICAM/UEA, FEI, NUSEC/UFAM, Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea, Secretaria de Turismo do Município do Careiro da Várzea, Instituto Acariquara, CIMI, MPF/AM.

E compreendem-se os agentes não humanos, o território Mura, as doze aldeias, a cultura, as técnicas envolvidas na gestão da associação OLIMCV, os projetos elaborados com parcerias não indígenas, tais como o projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, dentre outros. O principal objetivo da construção dessa rede é manter autonomia na gestão do território e fortalecer estratégias de gestão territorial e ambiental tendo em vista combater a invasão dos seus territórios, combater o desmatamento, lutar contra o assédio de madeireiros e fazendeiros, e efetivar os projetos do Povo Mura por meio da OLIMCV. A (TAR) como ferramenta de análise nos permitiu apresentar um novo olhar sobre os conflitos sociais e ambientais, enfrentados pelo Povo Mura, incluindo na análise os agentes não humanos que são centrais para entender o elo social.

Por meio do cenário aqui estudado foi possível responder às investigações propostas como objetivos específicos da pesquisa. Sendo o primeiro objetivo, apreender as dinâmicas da OLIMCV na gestão territorial e ambiental da TI Mura do Careiro da Várzea. Diante da análise vimos que o povo Mura é organizado politicamente e socialmente por meio de sua associação comunitária a OLIMCV que representa as doze aldeias. A associação surgiu como

uma iniciativa para discutir as questões da educação escolar indígena, contudo por uma demanda dos indígenas que desejavam ter direito a voz e voto, foi proposta a ideia de ampliar a associação para abranger todas as discussões sobre o território. Atualmente a associação está organizada por uma diretoria geral e as demais secretarias, que tem um período de dois anos de mandato. Dentre os projetos já efetivados, tem-se o projeto de agricultura familiar e o projeto de vigilância ambiental (único projeto com recurso financeiro) e o projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti, que está em fase de construção do plano de visitação conforme a diretriz da FUNAI por meio da IN03/2015.

Quanto ao segundo objetivo proposto, que foi identificar as motivações dos moradores das aldeias Mura do Careiro da Várzea e da OLIMCV para desenvolver um projeto de turismo nos seus territórios. Segundo os relatos dos moradores e lideranças indígenas ouvidas na pesquisa inferiu-se que o projeto de turismo é uma iniciativa do povo Mura. Como o principal motivo encontrado para desenvolver o turismo dentro do território Mura está a proteção e conservação ambiental dos seus territórios, que estão cada vez mais sendo invadidos nas áreas de terra firme, por fazendeiros e madeireiros, e nas áreas de várzea por atividades de pesca esportiva ilegais.

Dentro da análise o turismo é compreendido como fenômeno social complexo que envolve cultura, natureza, tecnologia e rompe com a visão simplista de apenas atividade econômica. O turismo estudado sobre a perspectiva da (TAR) segundo Moraes et al (2020) é um caminho inovador e recente por isso ainda são encontradas algumas limitações no que cerne a produção acadêmica sobre o tema. Por isso é importante o aprofundamento de pesquisas e discussões que analisem o turismo a partir dessa abordagem teórico-metodológica.

São muitos os conflitos enfrentados hoje pelo Mura, que tem buscado estabelecer uma rede de parcerias com agentes indígenas e não indígenas tendo em vista buscar alternativas para efetivação de seus projetos. Quanto ao terceiro objetivo que foi identificar os agentes sociais indígenas e não indígenas envolvidos na elaboração e execução da proposta de turismo no território Mura. Vimos que o projeto Ecoturismo Jabuti é uma demanda dos moradores da TI Mura do Careiro da Várzea, sobretudo pelos moradores das aldeias Jabuti, Sissayma, Gavião e Galiléia porque são as aldeias afetadas diretamente com a invasão de atividades de turismo e pesca esportiva ilegais. Estiveram como agentes não indígenas colaboradores para a construção do plano de visitação até o momento, a Amazonastur, a Secretaria de Turismo do Município do Careiro da Várzea, a Prefeitura do Município do Careiro da Várzea, a FEI, e o NEICAM/UEA.

Considera-se que a pandemia da Covid-19, causou um atraso na construção do plano de visitação que era previsto para ser finalizado em 2021. Devido ao cenário conflituoso enfrentado, sobretudo pelas aldeias Sissayma, Jabuti, Gavião e Galiléia, com as constantes invasões dos não indígenas, como caminhos propostos para o ano de 2022, a OLIMCV tem como meta criar um PGTA para o território para que o turismo seja incluído como uma das ações de gestão ambiental conforme orienta a PNGATI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, David. Primeiros parques nacionais da América: aspectos históricos. In: Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 16., 2018, Campina Grande, Paraíba.

AMOROSO, Marta Rosa. Guerra Mura no século XVIII versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial. Campinas: UNICAMP, 1991. (Dissertação de Mestrado).

AYRES, J.M. (2006). As matas de várzea do Mamirauá. Sociedade Civil Mamirauá.

AZEVEDO, Renildo Viana. Território dos “flutuantes”: resistência, terra indígena Mura e mineração de potássio em Autazes (AM). UFAM. Manaus/AM, 2019.

BARROS II, S. M.; LA PENHA, D. H. M. (Coord.). Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BAUMAN, Zygmunt; VECCHI, Benedetto. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BRAGATO, Fernanda *et al.* Irregularidades e Riscos do “Projeto Potássio Amazonas-Autazes” sobre as terras habitadas pelo Povo Indígena Mura. Disponível em: <https://infoamazonia.org/wp-content/uploads/2021/05/2018.02-BRAGATO-Estudo-de-Caso-Mura-Pota%CC%81ssio.pdf>.

BENSUSAN, N. & GONÇALVES, M. A. “Terras Indígenas e Unidades de Conservação: debate centrado em conflitos não tem futuro”. In: LIMA, A. (org). Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica. Documentos ISA n. 7. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2001.
BÔAS, André, V. Gestão e Manejo em Terras Indígenas. In: Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 119-122.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. Em CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). Geografia Cultural: um século (3), Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BORBA, M. C.; VILLARREAL, M. E. Humans-With-Media and the Reorganization of Mathematical Thinking: information and communication technologies, modeling, experimentation and visualization. v. 39, New York: Springer, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CABALZAR, Aloisio. Manejo do Mundo: Conhecimento e Práticas tradicionais dos povos indígenas do Rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História (São Paulo)* v.35, e75 (1-22), Outubro,2015.

CAPORRINO Bruno. O desenvolvimento e o fim da cosmovisão indígena. [Entrevista concedida a Paula Fachin]. Instituto HumanitasUnisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/546118-o-desenvolvimento-e-o-fim-da-cosmovisao-indigena-entrevista-especial-com-bruno-caporrino>. 26 de Agosto de 2015.

CAPORRINO, Bruno Walter. Dos que flecham longe: o protocolo de consulta e consentimento Wajãpi. 2019. 412 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CEDEAM. Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739). Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília: INL, 1986.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CUNHA, Manuela C. e ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Cultura com aspas*. São Paulo; Cosac Naify, 2009. p. 277-300.

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DAMBRÓS, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. *Revista NERA*, v. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DIEGUES, A. C. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Tradução Roberto Cataldo Costa. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação Uwe Flick) Porto Alegre: Artemed, 2009.

FURRIELA, Rachel B. Democracia, cidadania e proteção do Meio Ambiente. São Paulo, Annablume, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV DIREITO/SP). Rodovias e impactos socioambientais: o caso da BR-319. Centro de Direitos Humanos e Empresas (CEDHE). São Paulo, 2021.

GALLOIS, D.T. Territorialidade e representações do ambiente entre os Zo´é/PA. São Paulo, PPGAS-FFLCH-USP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa. Esta é a questão? Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol.22, n.2, p.201-210, Universidade de Brasília.(2006).

HAWKINS, D. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995.
HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terrence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.LACED/Museu Nacional, 2006.

IONOVA, Ana. Criação de búfalos ameaça Terras Indígenas no Amazonas. MongabayNotícias Ambientais para informar e transformar. 22, Nov. de 2021. Disponível em: <<https://brasil.mongabay.com/2021/11/criacao-de-bufalos-ameaca-terras-indigenas-no-amazonas/>> Acesso em 29 de dez. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA (IDESAM). **Cinedebate: Infraestrutura na Amazônia e Invisibilidade dos Povos Indígenas.** 23, mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=swljn3DmPdc> Acesso em 30, dez de 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Búfalos, potássio, Covid: as ameaças contra o povo mura só crescem.** 05, Jun. de 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599699-bufalos-potassio-covid-as-ameacas-contr-o-povo-mura-so-crescem>. Acesso em 29. dez de 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Vozes da Floresta. [Entrevista concedida a Le Monde Diplomatique Brasil]. Produção Memória Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>> . Acesso em 22/04/2021.

LADEIRA, M. I. Yvy. Rupa, onde se assenta o mundo ou território/espaço geográfico do mundo. Em: Espaço geográfico Guarani-M'bya: significação, constituição e uso. Maringá: delem; São Paulo: Edusp, 2008.

LATOUR, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: ed.34, 1994.

LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator -rede. Salvador: Aduba,2012.

LAW, J. Notas Sobre a Teoria Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade.Tradução de Fernando Manso. Disponível em:<<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20AtorRede.htm>>. Acessoem: 29/04/2015. Do original emInglês: Notes on Actor Network-Theory: Ordering, strategy and heterogeneity. Systems Practice, 5, 1992, p.

379393.HeterogeneitiesDotNet.Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActorNetwork.pdf>>. Acesso em: 29/04/2015.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

MORAES, E. Áreas protegidas, inclusão social e turismo. In: II SAPIs — Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/edilainemoraes.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2008.

MORAES, E. et al. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro », Revista Crítica de Ciências Sociais[Online], 122 | 2020, posto online no dia 10 setembro 2020, consultado o 15 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/10761> ;DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>

MIRAS, Júlia Trujillo. De terra(s) indígena(s) à terra indígena O caso da demarcação krĩkati. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Instituto de Ciências Sociais – ICS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Universidade de Brasília-UNB. Brasília, 2015.

MURA, Herton. Autogoverno e soberania alimentar do povo Mura de Careiro da Várzea: nossos conhecimentos diante da pandemia de coronavírus. Info Amazônia, Manaus, 2020.

NEICAM. Memória de Pesquisa de Campo “Oficina sobre a Instrução Normativa 03 da FUNAI e Definições de Ecoturismo e Etnoturismo segundo o MTur. Careiro da Várzea, setembro de 2019.

_____. Memória de Pesquisa de Campo “Oficina sobre a Instrução Normativa 03 da FUNAI. Careiro da Várzea/ AM, outubro de 2021.

OLIMCV. Ata da I Oficina de construção do Plano de Visitação das aldeias de Careiro da Várzea. Careiro da Várzea/ AM, julho de 2019.

_____. Ata da II Oficina de construção do Plano de Visitação das aldeias de Careiro da Várzea. Careiro da Várzea/ AM, setembro de 2019.

_____. Plano de visitação Ecoturismo Comunitário Povo Mura de Careiro da Várzea. Careiro da Várzea/ AM, 2019.

OLIVEIRA FILHO, J.P. Os poderes e as Terras Indígenas. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1989.

OLIVEIRA, J o Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na Forma o do Brasil. Brasília: Ministério da Educa o, Secretaria de Educa o Continuada, Alfabetiza o e Diversidade: LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Clóvis Fernando Palmeira. Educa o e identidade indígena: um estudo de caso sobre os limites e possibilidades da educa o na (re) constru o e reafirma o de identidade Mura. Disserta o de Mestrado do Programa de Pós-Gradua o da Faculdade de Educa o da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: PPGE/UFAM, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas. Ed. UNESP- Funda o HUCITEC, São Paulo, 1998. Qualitativa. Porto Alegre: Penso.

PÁDUA, José, A. "Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920)". In: SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. Ambientalismo no Brasil, passado, presente e futuro. São Paulo. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Instituto Socioambiental, 1997.

_____. "Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo no Brasil". In: SVIRSKY, Enrique e CAPOBIANCO, J o Paulo (Orgs.), Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo, Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 1997b, pp. 13-18.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiões do caminho fluvial. Revista de Estudos e Pesquisa, Funai, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 133-155, jul./dez., 2006.

RAFFESTIN, C. O que   o território? _____. Por uma geografia do poder. São Paulo:  tica, 1993 [1980].

RENDEIRO, Manoel. Autos da devassa contra os  ndios Mura. In: BiblioAtlas - Bibliotecade Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Autos_da_devassa_contra_os_%C3%ADndios_Mura. Data de acesso: 24 de maio de 2019.

RIBEIRO, Darcy. Os  ndios e a Civiliza o: a integra o das popula es indígenas no Brasil Moderno. São Paulo; Global Editora, 2017.

SANTILLI, Juliana. Povos indígenas, quilombolas e popula es tradicionais: a constru o de novas categorias jurídicas. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpreta es na literatura italiana. In; RIDAS, A. D.; SPOSITO, E. SAQUET, M. A. (orgs) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SILVA, Gilberto da. Atividades Turísticas nas Terras Indígenas Brasileiras: Abordagem Analítica e Proposta de Regulamentação. Florianópolis, 2010.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) § 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 12/04/22.

THIOLLENT, Michel. (2002) Metodologia da pesquisa-ação. 11.ed. São Paulo: Cortez.

TRINCHEIRAS: YANDÉ PEARA MURA. Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas. Elaborado pelo Conselho Indígena Mura- CIM e Organização das Lideranças Mura do Careiro da Várzea -OLIMCV. Manaus, 2019.

VILLAS-BÔAS, André. Gestão e Manejo em Terras Indígenas. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (1996/2002). Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena. In A inconstância da alma selvagem (PP.345-399). São Paulo: Cosac&Naify.

APÊNDICE A

CARTA CONVITE PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



CARTA CONVITE

Prezado(a) Sr(a)(nome do(a) convidado(a)).....
 Liderança ou associado(a) indígena da OLIMCV
 Comunidade (nome da comunidade)

Ao cumprimenta-lo(a) cordialmente, gostaríamos, primeiramente, de esclarecer que obtivemos seus contatos (nome, telefone) por meio de(a) Jeremias Oliveira dos Santos coordenador presidente da OLIMCV, que após explicarmos o motivo da solicitação, nos forneceu as informações. Nesse sentido pedimos desculpas, caso nossa atitude lhe cause alguma insatisfação.

Na oportunidade, por meio desta, CONVIDAMOS o(a) sr(a) para participar, de forma voluntária, da pesquisa de mestrado intitulada **"A experiência do Povo Mura do Careiro da Várzea com o Turismo: entrelaçamentos entre defesa do território, alternativas de renda e identidade"**, sob a responsabilidade da pesquisadora Andreia Benchimol de Andrade, aluna do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH/UEA, inscrito sob a matrícula nº 2094930002. A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar a mobilização do Povo Mura, por meio da OLIMCV- Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea visando à proteção do território, os projetos e as alternativas de renda na gestão do território. Caso o(a) sr(a) aceite participar da pesquisa, solicitamos que acesse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, por meio do link <https://forms.gle/dSbrTBaFqi3nGFaf8> e marque a primeira opção que diz "concordo em participar da pesquisa", que consta no final do documento. O TCLE é um documento onde consta as principais informações sobre a pesquisa, esclarecendo algumas dúvidas.

Caso o(a) sr(a) decida desistir de participar da pesquisa, em qualquer momento, sugerimos que entre em contato com a pesquisadora responsável, Andreia Benchimol de Andrade, por meio do endereço de e-mail: abda.mic20@uea.edu.br, ou andreiabenchimol@gmail.com ou ou ainda pelo telefone celular (92) 99183-1972, manifestando por escrito, ou por meio de áudio, seu desejo de sair da pesquisa, e a retirada da utilização de dados. O(a) sr(a) não tem obrigação de explicar os motivos de sua desistência. Sua decisão não lhe trará nenhuma despesa ou prejuízo.

O(a) sr(a) receberá, da pesquisadora responsável, um documento de ciência confirmando que concorda com sua decisão, conforme orienta o item 4.2 do Ofício Circular Nº 02/2021 – CONEP/SECNS/MS.

Agradecemos sua atenção

Manaus/AM, ____ de _____ de 2021

Universidade do Estado do Amazonas
 Escola Superior de Artes e Turismo
 Centro de Estudos Superiores de Tefe
www.cea.edu.br
www.pps.uea.edu.br/ciencias/humanas
 Fone: (92) 3876 4405



APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)-ENTREVISTA



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)- Entrevista

O(A) Sr(a) está sendo convidado a contribuir com o projeto de pesquisa “ **A experiência do Povo Mura do Careiro da Várzea com o Turismo: entrelaçamentos entre defesa do território, alternativas de renda e identidade**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Andreia Benchimol de Andrade, endereço: Avenida Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus - Amazonas – Brasil, CEP: 69020-070, telefone/Fax: +55 92 3878-4405, email: abda.mic20@uea.edu.br, e orientada pela Profª Dra. Jocilene Gomes da Cruz, endereço: Avenida Leonardo Malcher, 1728, Praça 14, Manaus - Amazonas – Brasil, CEP: 69020-070, telefone/Fax: +55 92 38784405, e-mail: cienciashumanas@uea.edu.br.

Conforme o OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021, que fornece Orientações para procedimentos em pesquisas com coleta de dados em ambiente virtual, esclarecemos alguns dos seus direitos, abaixo:

- a) O (a) Sr.(a) tem o direito de guardar uma cópia deste documento eletrônico, em seus arquivos, pois o mesmo se configura em um documento que autoriza a sua participação na pesquisa, bem como ajuda a esclarecer algumas dúvidas referente a pesquisa. (2.2 do Ofício Circular n. 2/2021 – CONEP/SECNS/MS).
- b) O (a) Sr.(a) também tem o direito a não responder qualquer pergunta realizada pelo pesquisador, sem ter que dar explicações do motivo que o(a) leve a não responder, pois a pesquisa não tem nenhuma pergunta que seja obrigatória. Também poderá sair da pesquisa em qualquer momento que achar necessário, sem nenhum prejuízo ou necessidade de explicações. (2.2.1 do Ofício Circular n. 2/2021 – CONEP/SECNS/MS).
- c) Informamos que, antes de responder a qualquer pergunta, o (a) sr.(a) terá acesso ao teor do conteúdo que será abordado na entrevista, para que sua resposta seja uma tomada de decisão informada. (2.2.3 do Ofício Circular n. 2/2021 – CONEP/SECNS/MS).
- d) Considerando que a pesquisa será realizada em ambiente virtual, o TCLE será apresentado via Plataforma Google Forms por meio do link (<https://forms.gle/dSbrTBaFqi3nGFaf8>) e anexado na Plataforma Brasil em formato PDF. Esclarecemos também que o(a) Sr.(a) pode fazer o download deste documento através do link (<https://drive.google.com/drive/folders/1tn6NWC47uKtUigBUJSSiBKLZrOsUtm?usp=sharing>) ou ainda solicitar através do email abda.mic20@uea.edu.br sua via rubricada e assinada pela pesquisadora responsável.
- e) Com base na Resolução CNS 304/2000, a pesquisa poderá ser suspensa, nos casos de ocorrência previstos no Item V (solicitação da comunidade, geração de conflitos).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a mobilização do Povo Mura, por meio da OLIMCV- Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea visando à proteção do território, os projetos e as alternativas de renda na gestão do território.

Tendo como objetivos específicos: 1) Contextualizar a luta do Povo Mura pela demarcação e gestão de seus territórios; 2) Apreender as dinâmicas da OLIMCV- Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea na gestão territorial e ambiental da terra indígena Mura do Careiro da Várzea; 3) Identificar as motivações das comunidades Mura do Careiro da

APÊNDICE C

PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA DA PESQUISA



PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA DA PESQUISA

Considerando o disposto na Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, que declara situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), e a Lei nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia pelo Coronavírus (2019-nCoV), entre elas o distanciamento e isolamento social.

O presente Protocolo Sanitário visa garantir a realização de pesquisa de campo no contexto da pandemia de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), reduzindo os riscos para o pesquisador e os participantes da pesquisa, assim dispendo:

- I. Havendo a necessidade de visita na Terra Indígena Mura do Careiro da Várzea área de estudo destinada a essa pesquisa, que é representada pela Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), serão respeitadas todas as normas para prevenção ao Coronavírus, recomendadas pelo Ministério de Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Fundação de Vigilância Sanitária do Amazonas (FGV) e Organização Mundial de Saúde (OMS);
- II. O pesquisador fornecerá e orientará sobre a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual-EPIs e orientará quanto ao seu uso obrigatório, tais como: máscaras cirúrgicas ou de tecido, álcool gel, luvas e capotes quando necessário, como forma de evitar a contaminação do Coronavírus COVID-19;
- III. A dinâmica de observação e entrevista, caso seja necessário a realização de entrevista presencial, serão organizadas, levando em consideração o quantitativo de pessoas e o espaço físico;
- IV. A visita contará com distanciamento seguro entre os sujeitos (entrevistado(a), entrevistador/pesquisador e tradutor (se necessário), respeitando o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio), com vista a garantir sua segurança e dos participantes da pesquisa;
- V. O tempo necessário de permanência no espaço e de realização das entrevistas usando o instrumento de pesquisa, bem como dos EPI's, será de aproximadamente 30 a 90 minutos;
- VI. Em todas as interações, o pesquisador e o entrevistado deverão respeitar a confidencialidade e as recomendações sanitárias previstas neste protocolo.

Manaus, 14 de Outubro de 2021.

Andreia Benchimol de Andrade



APÊNDICE D

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS DA OLIMCV



**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Pesquisador: Andreia Benchimol de Andrade

Título da Pesquisa: A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VARZEA COM O TURISMO: entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade.

Data: (a ser definida pelo entrevistado)

ENTREVISTA VIRTUAL – representante da Organização de Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea- OLIMCV

1. Quando foi criada a OLIMCV e quais os principais fatores influenciaram a criação da associação?
2. Há quanto tempo o (a) senhor (a) faz parte da diretoria?
3. Como ocorre o planejamento das atividades desenvolvidas pela associação?
4. Como são escolhidos os representantes de cada comunidade dentro do território Mura do Careiro da Várzea que farão parte da diretoria da OLIMCV?
5. Como são pensados e elaborados os projetos de gestão da Terra Indígena Mura do Careiro da Várzea?
6. Em sua percepção qual a importância de elaborar alternativas e estratégias de defesa do território?
7. O quê o território representa para o (a) senhor (a)?
8. Quais os projetos e ações elaborados pela associação **antes da** pandemia/ Covid-19 e quais as mudanças foram feitas nos projetos após o avanço da pandemia?
9. Sobre a proposta de elaboração do Plano de Turismo de Base Comunitária- TBC, quando iniciou, quais os principais objetivos propostos?
10. O que é o turismo para o (a) senhor (a)?
11. O (a) senhor (a) acredita que o turismo possa trazer mais benefícios ou malefícios? Explique sua resposta.
12. Em sua opinião quais os motivos impulsionaram o seu povo em desenvolver um projeto de turismo para comunidade?



APÊNDICE E

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM OS MORADORES DA TI MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA



**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Pesquisador: Andreia Benchimol de Andrade

Título da Pesquisa: A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VARZEA COM O TURISMO: entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade.

Data: (a ser definida pelo participante)

Participantes- moradores da TI. Mura do Careiro da Várzea

ENTREVISTA VIRTUAL– Sobre o Projeto de Ecoturismo Comunitário Jabuti

1. O (a) senhor (a) é morador de qual comunidade da TI Mura do Careiro da Várzea?
2. Quando foi pensada a ideia de criar o projeto Ecoturismo Comunitário Jabuti? E por quais motivos?
3. Quantas pessoas participaram da elaboração do projeto?
4. O (a) senhor (a) já tinha ouvido falar de turismo antes do projeto?
5. O que é turismo para o (a) senhor (a)?
6. O (a) senhor (a)? acredita que o turismo possa trazer mais benefícios ou malefícios para a sua comunidade?
7. Em sua opinião quais os motivos impulsionaram o seu povo em desenvolver um projeto de turismo para comunidade?
8. Como é a participação das doze comunidades da TI Mura do Careiro da Várzea no projeto? Todas estão inseridas no projeto de turismo, e de qual maneira vão participar?
9. Existe algum órgão responsável ou envolvido na elaboração ou execução da proposta de turismo além da OLIMCV? Se sim, quais órgãos não-indígenas são parceiros da OLIMCV na articulação do projeto?
10. Como está o andamento do projeto de turismo nesse novo contexto de pandemia/Covid-19 em 2022?

Link do formulário online: < <https://forms.gle/NuyBQMhDztVSGpBd6>>



APÊNDICE F

LISTA DE FREQUENCIA DA 3ª OFICINA SOBRE INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 (turno matutino)

15 / 10 / 2021

LISTA DE PRESENÇA

Dia 15/10/2021 - 8h

OFICINA INSTRUÇÃO NORMATIVA 03 (MATUTINO)

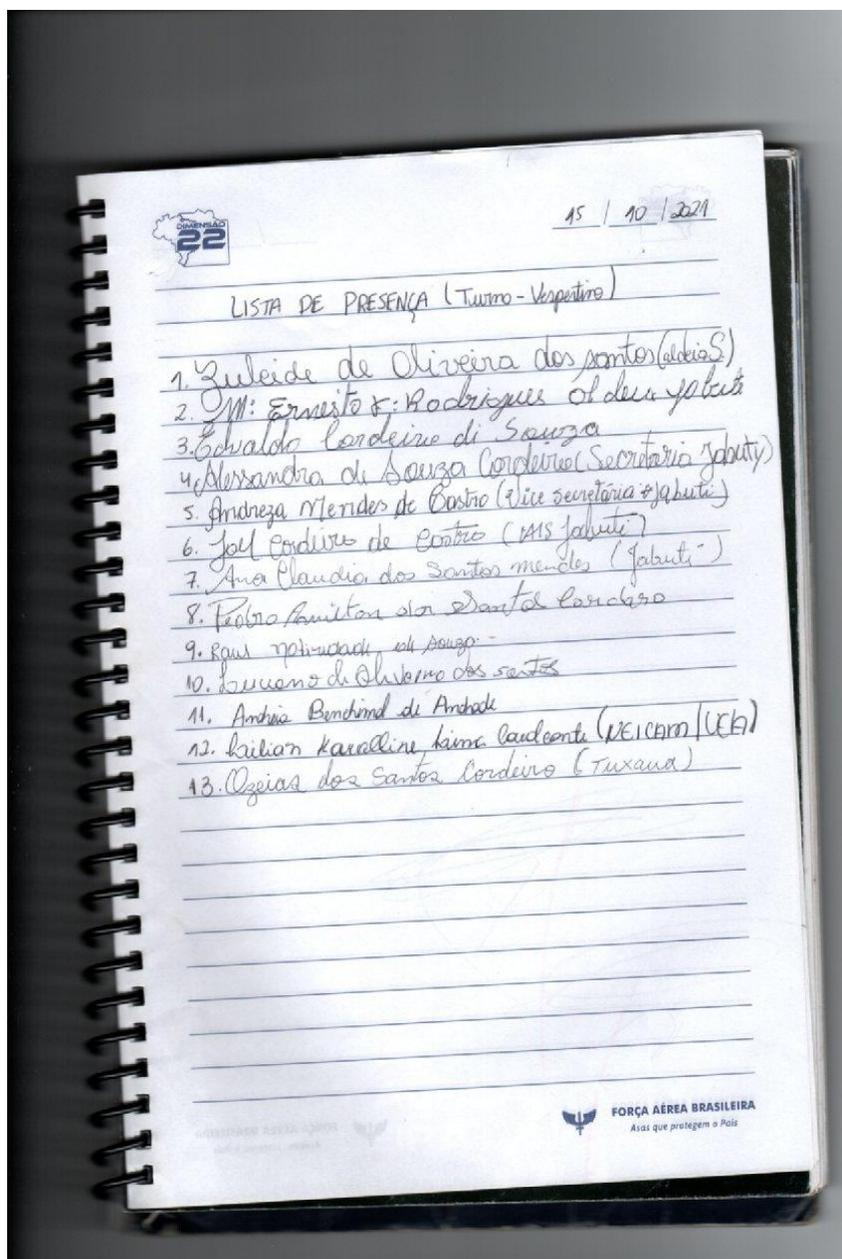
1. Ana Claudia S. Mendes (Tuxarna Jbati)
2. Andreza M. Mendes de Bastro
3. Raia Matindade de Souza
4. Edvaldo Cordeiro de Souza
5. Osair dos Santos Cordeiro (Tuxarna)
6. Joel Cordeiro de Castro (PAIS) Jbati
7. Zuleide de Oliveira dos Santos.
8. Elton Matindade de Souza
9. Pedro Brito da Silva Cordeiro
10. Kelson Karallim Lima Landim (NEXAM/UEA)
11. Andreia Beneditina de Andrade (NEXAM/UEA).
12. Luciano de Oliveira de Santos
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.



FORÇA AÉREA BRASILEIRA
 Asas que protegem o País

APÊNDICE G

LISTA DE FREQUENCIA DA 3ª OFICINA SOBRE INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 (turno vespertino)



APÊNDICE H

LISTA DE FREQUENCIA DA 3ª OFICINA SOBRE INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 (encerramento)

Data
Início

Assinatura

01 Esther Cordeiro de Souza (professora. Dissertação)

02 José Cordeiro de Castro CAIS

03 João Amilton dos Santos Cardoso

04 Geraldo Cordeiro de Souza

05 Alessandra de Souza Cordeiro (Secretaria Geral)

06 André Barchini de Andrade (equipe do NEICAM/UEA)

07 Tatiana Karolline Lima Cavaleante (equipe do NEICAM/UEA)

08 Dalila Santos Cordeiro

09 M: Ernesto F. Rodrigues

10 Andreza Mendes de Castro

11 Priscila dos Santos Cordeiro

12 Zuleide de Oliveira dos Santos

13 Jaque Cordeiro de Castro

14 Ana Cláudio Santos Mendes

15 Juliana Mendes de Castro

16 Jairo de Natunidade de Souza

ANEXO A
CARTA DE ANUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS ÍNDIGENAS MURA
DO CAREIRO DA VÁRZEA (OLIMCV)



ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS ÍNDIGENAS MURA DE CAREIRO DA VÁRZEA
 (OLIMCV) CNPJ: 15.051.190/0001-43

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA nº 001/2021 – OLIMCV

A.
Ilustríssima JOCILENE GOMES DA CRUZ
Coordenadora do NEICAM
Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas - PPGIC

Senhora Coordenadora

A Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea, representante legal do povo Mura deste Município, conforme o Protocolo de Consulta "Trincheiras Yandé Peara Mura de Autazes e Careiro da Várzea", neste ato, representada por sua diretoria executiva, vem por meio desta, em nome das doze aldeias deste município; declarar que estamos de acordo e autorizamos a realização da pesquisa da mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas- PPGICH, **Andreia Benchimol de Andrade**, CPF: **014.551.202-94**, sob a orientação da **Profa. Dra. Jocilene Gomes da Cruz**, com o título: **A EXPERIÊNCIA DO POVO MURA DO CAREIRO DA VÁRZEA COM O TURISMO**; entrelaçamentos entre a defesa do território, alternativas de renda e identidade.

O trabalho tem como objetivo geral: Analisar a mobilização do Povo Mura, por meio da OLIMCV – Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea, visando à proteção do território, os projetos e as alternativas de renda na gestão do território. Como objetivos específicos: Apreender as dinâmicas da OLIMCV – Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea na gestão territorial e ambiental da terra indígena Mura do Careiro da Várzea; Identificar as motivações das comunidades Mura do Careiro da Várzea e da OLIMCV para desenvolver um projeto de turismo nos seus territórios; Identificar os agentes sociais (indígenas e não indígenas) envolvidos na elaboração e execução da proposta de turismo no território Mura.

Careiro da Várzea, Estado do Amazonas
Situada no Lago do Apipica, TI Apipica s/nº - Aldeia Santo Antonio CEP 69255-000 |
Fone: (92) 98446-6055/ 99145-8813 email: olimcv.mura@gmail.com

ANEXO B

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO NA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP) E NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1727280.pdf	12/11/2021 11:52:16		Aceito
Declaração de Pesquisadores	CARTA_RESPOSTA_12_11_2021.pdf	12/11/2021 11:49:40	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_ENTREVISTA_forms_12_11_2021.pdf	12/11/2021 11:48:30	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_QUESTIONARIO_forms_pdf.pdf	07/10/2021 00:01:12	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_16_07_2021.pdf	19/07/2021 16:20:23	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
Outros	CARTA_CONVITE_CEP_16_07_2021.pdf	19/07/2021 16:02:29	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
Outros	Modelo_QUESTIONARIO_pdf.pdf	07/04/2021 18:16:26	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_OLIMCV_pdf.pdf	07/04/2021 18:15:40	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito
Declaração de concordância	Carta concordancia_OLIMCV.pdf	07/04/2021 18:04:57	ANDREIA BENCHIMOL DE	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.215.618

Declaração de concordância	Cartaconcordancia_OLIMCV.pdf	07/04/2021 18:04:57	ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	AndreiaBenchimol_FolhadeRosto_CEP.pdf	07/04/2021 18:03:43	ANDREIA BENCHIMOL DE ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 30 de Janeiro de 2022

Assinado por:

Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador(a))